

VALDIR ROCHA SANTANA

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR: SABERES DO TRABALHO
NA PRODUÇÃO DE BEIJU DA COMUNIDADE DA BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA.

Amargosa-BA
2021

VALDIR ROCHA SANTANA

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR: SABERES DO TRABALHO
NA PRODUÇÃO DE BEIJU DA COMUNIDADE DA BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA.

Dissertação de Mestrado Profissional
apresentada ao programa de Pós Graduação em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia – UFRB, como
requisito para a obtenção de crédito em
Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Drº Luís Flávio Reis Godinho

Amargosa-BA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S232e Santana, Valdir Rocha.
Educação do campo e agricultura familiar: saberes do trabalho na produção de beiju da comunidade da Boa Vista no município de Santo Antônio de Jesus, BA. / Valdir Rocha Santana. – Amargosa, BA, 2021.
119 fls.; il. color.

Orientador: Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA, 2022.
Bibliografia: 112 - 118
Inclui Apêndice.

1. Educação do Campo. 2. Mandioca – Aspectos econômicos. 3. Economia agrícola. I. Godinho, Luís Flávio Reis. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

VALDIR ROCHA SANTANA

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR: SABERES DO TRABALHO
NA PRODUÇÃO DE BEIJU DA COMUNIDADE DA BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA.

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao programa de Pós Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito para a obtenção de crédito em Trabalho de Conclusão de Curso.

Aprovado em: 15 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Drº Luís Flávio Reis Godinho - Orientador
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(PPGEducação/UFRB)



Profa. Drª Rocío Castro Kustner - Co-Orientadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Campus V)



Prof. Drº Luiz Paulo de Jesus Oliveira - Examinador
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(PPGEducação/UFRB)



Prof. Drº Tiago Rodrigues Santos - Examinador
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(PPGEducação/UFRB)

Amargosa-BA
2021

Dedico este trabalho a todas aquelas pessoas que emanaram energias positivas com palavras, gestos e ações durante este processo de construção.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é dizer gratidão pela vida e por tudo que nos foi concedido, é a oportunidade de recomeçar com fé, força e coragem.

Agradeço a Deus e aos deuses, a luz e a energia positiva do Universo pelas boas vibrações, ao Sol que brilham trazendo alegria durante o dia e a chuva para lavar a alma e a vida.

Agradecer a lua e as estrelas que trazem durante a noite o brilho da alegria, adormecer para recomeçar um novo dia.

Agradeço aos pássaros por despertar seu canto no fundo de casa e aquele bem-te-vi que me visita todas as manhãs.

Agradecer ao vento que sopra a brisa fria da noite e refresca o dia.

Agradeço ao calor para me aquecer nas noites frias, de um dia chuvoso e cansativo.

Agradecer com a canção “um dia frio, um bom lugar para ler um livro”.

Agradeço a hidrografia, por matar a minha sede, molhar as plantas e cair na pia da cozinha.

Agradecer a Terra pelos frutos da vida e pedir desculpas pela ação humana em riscar as rochas e os relevos com sangue.

Agradeço as folhas verdes pela clorofila, pela fonte de energia e o reflexo da luz.

Agradecer a Ciência pela oportunidade de continuar a viver a vida.

Agradeço a justiça pela iniciativa de reconhecer as atitudes e o caráter da pessoa humana.

Agradecer a Educação pela oportunidade de seguir caminhando aprendendo e ser humilde na certeza de dizer “nada sei”.

Agradeço a família pelas experiências de vida e por todas as vezes que me ensinou a continuar a seguir.

Agradecer pelo pão de cada dia, em poder repartir e lutar por justiça.

Agradeço aos amigos pelas doces palavras e as mais sábias na hora certa.

Agradecer aos amigos sim, por ensinar experimentar o amargo e aprender adoçar a vida.

Agradeço as amigas da balbúrdia, uma nomenclatura que soa uma ironia, “das meninas arrasativas”.

Agradecer ao meu Orientador pela contribuição em ajudar a fazer da Universidade um lugar de reconstrução de vidas.

Agradeço aos colegas e amigos do curso pela preocupação de um com o outro e pela união nestes mais de 730 dias.

Agradecer a Universidade pelo trabalho realizado e o compromisso com a sociedade, principalmente a campesina.

Agradeço aos professores e professoras pelo fato de existir para ensinar a lutar e vencer as batalhas da vida.

Agradecer a minha Coorientadora pela pessoa justa que é, são de pessoas assim que o mundo precisa obrigado por me ajudar a caminhar e por transformar realidades de vida.

Agradeço a Comunidade da Boa Vista, pelo consentimento em poder pisar no seu chão carregado de histórias de vida e muita sabedoria.

Agradecer aos agricultores familiares pelo trabalho realizado e aos produtores e produtoras de beiju por saborear a vida das pessoas com a culinária e os saberes do trabalho.

Agradeço aos companheiros e companheiras de luta em ensinar como se faz a revolução.

Agradecer as Escolas do Campo os professores e professoras do Campo, em meio as dificuldade consegue acolher os estudantes sem medir esforços.

Agradeço ao Curso Educação do Campo me apresentou coisas importantes e valiosas que vou guardar pelo resto da vida.

Agradecer ao Girassol pelo brilho dourado e fortaleza de suas pétalas, a Educação do Campo é feliz porque você o simboliza.

Agradeço por estar aqui, em meio tantos que se foram sem ter direito a despedida.

*“Escrever deixa marca, registra pensamento,
sonho, desejo de morte e vida. Escrever dá
muito trabalho porque organiza e articula o
pensamento na busca de conhecer o outro,
a si, o mundo”.*

Madalena Freire.

RESUMO

O trabalho intitulado “Educação do Campo e Agricultura Familiar: Saberes do Trabalho na produção de beiju, Comunidade da Boa Vista no município de Santo Antônio de Jesus/Ba” tem como objetivo conhecer através da observação direta e Grupo de Discussão com 12 famílias produtoras de beiju os saberes do trabalho desenvolvidos pelos agricultores familiares com vantagens e limitações á luz da Educação do Campo. Os agricultores perceberam que a produção de farinha de mandioca já deixava de ser uma perspectiva de vida para a população e passaram a investir na fabricação de beiju reorganizando a produção mesmo com certas dificuldades. Atualmente, Boa Vista se destaca na produção de beiju, mas foi necessário utilizar os saberes do trabalho agrícola familiar no campo para viabilizar a comercialização do produto numa densa dinâmica socioeconômica e cultural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Educação do Campo. Mandiocultura. Beiju.

ABSTRACT

The work entitled "Education of the Field and Family Agriculture: Knowledge of Work in the production of beiju, Community of Boa Vista in the municipality of Santo Antônio de Jesus/Ba" aims to know through direct observation and Discussion Group with 12 families producing beiju the knowledge of work developed by family farmers with advantages and limitations in the light of Rural Education. The farmers realized that the production of cassava flour was no longer a life prospect for the population and began to invest in the manufacture of beiju reorganizing production even with certain difficulties. Currently, Boa Vista stands out in the production of beiju, but it was necessary to use the knowledge of family agricultural work in the field to enable the commercialization of the product in a dense socioeconomic and cultural dynamics.

Keywords: Family Farming. Country Education. Mandioculture. Beiju.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da Boa Vista no município de Santo Antônio de Jesus/BA.....	21
Figura 2: Localização do município de Santo Antônio de Jesus no território de identidade do Recôncavo Baiano.....	73
Figura 3: processo de preparação da fécula	83
Figura 4: produção de beiju no forno a lenha	83
Figura 5: beijus coloridos com polpa de frutas	84
Figura 6: empacotamento dos beijus pelas mulheres	84
Figura 7: processo de hidratação da fécula	88
Figura 8: forno artesanal dos beijus	89
Figura 9: beijus assados	89
Figura 10: beijus embalados para ser vendido	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil socioeconômico dos principais produtores de beiju da comunidade da Boa Vista. ...	77
Tabela 2: representação da produção de farinha de mandioca e do beiju.	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
CFR	Casa de Família Rural
COOPAMIDO	Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia
ABAM	Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca
DERAL	Departamento de Economia Rural
EFA	Escola Família Agrícola
GD	Grupo de Discussão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamentos e Assuntos Econômicos
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
UPD	Unidade de Processamento Diversificado
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
LGBTQIA	Lésbicas Gays Bissexuais Transgênero
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário Queer Intersexo Assexual
MST	Movimento dos Sem Terra
ENERA	Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
PENSSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNERA	Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FUNDEB	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação Básica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTC	Relatório Técnico do Território da Cidadania
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade -
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UPD	Unidade de Processamento Diversificado

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2 CAPÍTULO I A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	29
2.1 Da Educação rural à Educação popular e à Pedagogia da Alternância	29
2.2 Construção do conceito Educação do Campo desde o MST e os outros movimentos sociais no campo	35
2.3 Educação do Campo: um conceito em constante discussão e desafios	49
3 CAPÍTULO II: AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E OS SABERES NO TRABALHO DA MANDIOCULTURA	57
3.1 O trabalho da mandiocultura na Bahia	67
3.2 Contextualizando a mandiocultura com os saberes do trabalho agrícola familiar do Recôncavo Baiano, com destaque no município de Santo Antônio de Jesus	72
4 CAPÍTULO III: SABERES DO TRABALHO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PRODUÇÃO DO BEIJÚ DA COMUNIDADE DE BOA VISTA.....	77
4.1 A Educação do Campo na Boa Vista: algo desejado para enfrentar as dificuldades	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES.....	118

INTRODUÇÃO

Conhecendo a construção do sujeito do e o conhecimento no campo

Os estudos agrários e educacionais têm sido de grande valia e referências necessárias para contextualizar o campo com outros espaços da sociedade. Com o passar do tempo, o campo vem se transformando e se dinamizando de acordo as suas necessidades, é nesta perspectiva que pretendo fazer um recorte temporal sobre o contexto sociocultural, político, econômico e das atividades agrícolas familiares da Comunidade da Boa Vista. A referida comunidade está localizada no município de Santo Antônio de Jesus no interior da Bahia. A pesquisa trata dos saberes do trabalho na produção do beiju da comunidade relacionado com princípios da Educação do Campo.

Primeiro gostaria de enfatizar o porquê o uso da primeira pessoa do plural na escrita da pesquisa, que remete uma opção particular considerada necessária por estar relatando as narrativas da referida comunidade e suas origens. Concordando com Oliveira (1996). Durante todo o processo da escrita o pensamento caminhou em várias direções, descobrindo e encontrando algumas respostas através da observação sistemática da realidade de vida da comunidade. Entretanto, escrever e pensar são ações que caminham juntos entre si, fazem parte da mesma representação cognitiva no ato da pesquisa. Uma boa história é contada pelo pesquisador a partir de suas observações, uma vez que a narrativa não é apenas uma forma escrita, mas também ocorre pelo um valor metodológico que representa a oralidade para a produção do conhecimento. O ato de escrever é um ato cognitivo, que tende a se manter vivo de acordo às nossas necessidades, não apenas para aprimorar a formalidade de um texto, mas também para aperfeiçoar a narrativa, argumentar e consolidar os fatos. O Olhar, o Ouvir e o Escrever estão sintonizados em um conjunto de valores e ideias caracterizados em um único lugar (OLIVEIRA, 1996).

Não pretendemos aqui levantar uma discussão complexa dos estudos agrários que caracterizam o campesinato, a reprodução social e a agricultura familiar na sua conjuntura ampla, mas apresentar algumas concepções históricas teórico-metodológicas da Educação do Campo e das principais relações atuais entre o campo e os saberes do trabalho organizado pelos movimentos sociais populares e do campo em especial, a comunidade da Boa Vista. Também não é a intenção polemizar em todos os aspectos os diversos discursos dessas concepções que diferenciam e contempla a educação, precisamos politizar nossos argumentos

com mais praticidade e polemizar um pouco menos os problemas sociais que afligem as comunidades, especialmente as camponesas.

Acredita-se que a solidariedade humana é um processo que caminha para a evolução da justiça social. Temos que chegar mais próximo da realidade de vida das pessoas não apenas nesse momento de crise mundial evidenciado pela Pandemia do Covid19, é um movimento necessário para levantar o marginalizado que durante séculos “vem sendo atirado terrivelmente no chão”. Não apresentamos aqui um discurso demagogo romantizado pelas emoções, luxúria ou qualquer tipo de vaidade, trata-se de discutir a importância da cultura e o trabalho de uma comunidade que precisa ser valorizada, a partir de uma pesquisa de campo realizada com muitas limitações e dificuldades.

A história do trabalhador do campo é construída no campo, com o campo e para o campo, com familiares vizinhos da comunidade. Desde cedo, assumimos responsabilidades com as atividades do campo como primeira experiência de trabalho. As atividades da roça exigem dos trabalhadores e trabalhadoras força física e principalmente força de vontade. A cultura camponesa é muito linda e necessária, mas ainda é desvalorizada. A educação formal seria uma oportunidade de crescer como pessoa e profissionalmente poderia ajudar o campo diante das dificuldades existentes - às vezes a insegurança e o pessimismo frustravam qualquer perspectiva de vida. O caminho para a escola desperta-se o ativismo e a necessidade de encarar a realidade do campo.

A escola da comunidade Prédio Escolar Manoel Couto foi o primeiro espaço de educação formal onde o autor da referente pesquisa cursou a pré-alfabetização até o 5º ano antiga 4ª série, proporcionando muitas coisas boas. As professoras eram excepcionais e preocupadas com seus alunos, as aulas de campo realizadas no próprio terreno da escola, dos passeios e banho de rio e das brincadeiras e confraternização de fim do ano debaixo do pé de jambo. A relação com o campo se dar desde a alfabetização até a formação do Ensino Médio. Durante este período, passou-se o tempo entre as atividades da escola e as atividades do campo, onde ainda mora parte da sua família e logo depois passou a trabalhar na cidade de Santo Antônio de Jesus, buscando outras oportunidades assim como fazem outros jovens que do campo.

A nossa relação tornou-se afetiva com as histórias de vida e o trabalho realizado pelas pessoas da comunidade, os produtores familiares que produzem um alimento regional e saboroso carregado de histórias e tradições do lugar: o famoso beiju da Boa Vista, considerado o principal produto de valor cultural e rentável para muitas famílias da comunidade. Tanto a comunidade de origem (Gameleira) quanto a Boa Vista têm algumas características em

comum nos espaços de produção, na relação entre homem e natureza e na vida cotidiana. Porém, ambas possuem formas diferentes de produzir e comercializar os derivados da mandioca em suas regiões.

Em 2016, foi apresentado de forma prévia no trabalho final de graduação (TCC) o processo de reorganização agrícola dos agricultores familiares da Boa Vista na produção de beiju realizado no curso de Licenciatura de Geografia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus V, cidade de Santo Antônio de Jesus – Ba. Devido à afinidade com a temática, houve a oportunidade de continuar com a pesquisa no Mestrado. A atual pesquisa trata dos saberes do trabalho dos produtores de beiju na perspectiva de refletir sobre a Educação do Campo com a agricultura familiar da comunidade da Boa Vista. Atualmente, o autor desta pesquisa é professor de Geografia na Rede Pública de Educação do Estado da Bahia em uma escola do Ensino médio na cidade de Nazaré- Ba e leva para a escola e a sala de aula a importância da educação e dos sujeitos do campo, é preciso compreender e reafirmar a nossa identidade de pertencimento com o lugar onde vivemos. Nesta escola 60% dos estudantes são oriundos e moradores do campo, mas muitos ainda não se reconhecem como camponeses; esta resistência ocorre devido à imposição cultural do processo de globalização que, infelizmente, ainda não está sendo bem trabalhado e esclarecido para e pela população.

Durante a pesquisa de campo, experimentou-se a sensação de estar assistindo um filme sobre a vida do trabalhador do campo, as lembranças pessoais de adolescência e da juventude foram revisitadas, e a escola do campo e as atividades da roça são lembranças que guardadas na memória com muito orgulho essa experiência. As desigualdades sociais do nosso Brasil afetam o povo camponês que apesar das injustiças, procuram viver a vida com dignidade no campo.

Problemática, problema e objetivos da pesquisa

Antes do período da colonização, a cultura da mandioca já era cultivada e formava parte da cultura alimentar dos indígenas exercendo grandes influências nas regiões do Brasil. Essa cultura é importante para a vida dos brasileiros, por conter características riquíssimas que diferem de outras culturas alimentares produzidas e consumidas no país. Nos últimos anos tem demonstrado grande importância na produção de amido (fécula), conhecida popularmente como goma, nas preferências nutricionais modernas na mesa do brasileiro. A mandioca é considerada como uma das principais fontes de renda que atende milhares de agricultores familiares de cada região (EMBRAPA, 2018).

Por força da tradição, a mandiocultura se tornou essencial nas atividades agrícolas da Bahia e conseqüentemente na região do Recôncavo baiano onde milhares de agricultores familiares sobrevivem desta cultura. A comunidade de Boa Vista que fica localizada no município de Santo Antônio de Jesus, também construiu sua história a partir da mandiocultura. Com poucos investimentos para continuar cultivando a mandioca, os produtores passaram a diminuir o plantio e decidiram investir tecnicamente apenas na produção de beiju por acreditarem que o tempo e os custos seriam menores para a produção e a renda chegava mais rápida para as famílias produtoras (Santana, 2016). A partir de então, vêm se reorganizando com essa nova atividade associada ao trabalho e se apresenta não especificamente apenas pela produção agrícola, mas também pela preservação da cultura e dos saberes populares, através dos quais podem promover o desenvolvimento e a valorização do local. Com isso, a produção do beiju passou a ser uma necessidade e responsável pelo aumento da renda dos produtores e para o desenvolvimento econômico da localidade.

Diante desse cenário, os produtores apostam na promoção de políticas públicas agrícolas e ações afirmativas para o desenvolvimento dos saberes do trabalho na Boa Vista. Entretanto, os saberes e conhecimentos dos agricultores da comunidade poderão agregar valor às praticidades do local atreladas aos princípios e concepções da Educação do Campo e as ações dos movimentos agrários com os trabalhadores da localidade. Esta interação entre os movimentos camponeses pode trazer visibilidades e perspectivas de vida para o campo em geral, a partir da troca de conhecimentos e outras aprendizagens.

No que tange aos trabalhadores, às trabalhadoras da Boa Vista é pensar junto com os movimentos sociais do campo uma educação transformadora valorizadora a partir da ação coletiva, fundamentada com as práticas do trabalho da comunidade e contra hegemônica como aponta Gramsci (1982) sobre o resgate da intelectualidade manual em suas atividades produtivas dentro de um processo educativo e aprendizagens como princípios para o trabalho agrícola e a construção de saberes construídos socialmente e a conquista de direitos. Segundo Godinho (2020) as formas de subjetivação sociais e a labuta humanas dentre as diversas formas de reprodução sociocultural no trabalho requer a ampliação e valorização dos saberes prévios, as comunicações e os modos de produzir e ser produtor no espaço social como salienta (MARX, 1971).

A produção da agricultura familiar é uma fonte de prazer para a classe trabalhadora do campo onde homens e mulheres realizam suas atividades, mesmo atendendo a lógica do capital. É preciso compreender o processo de reestruturação produtiva das comunidades e seus

desafios e o direito do trabalho nos espaços de produção agrícola especialmente na região do recôncavo baiano (GODINHO, 2003; 2010).

Partindo desse pressuposto sobre a realidade de vida e o trabalho dos agricultores familiares em especial a Boa Vista, pergunto: quais são os saberes e as experiências do trabalho desenvolvido pelos agricultores de Boa Vista e sua relação com a Educação do Campo? Para responder à pergunta, a pesquisa tem como objetivo geral conhecer os saberes do trabalho desenvolvidos por estes agricultores na produção do beiju, vantagens e limitações á luz da Educação do Campo. E como objetivos específicos:

1. Levantar o atual perfil socioeconômico das famílias envolvidas com o processo de produção do beiju;
2. Analisar as formas de aprendizagens dos agricultores familiares a partir dos saberes do trabalho para o desenvolvimento agrícola local;
3. Caracterizar a relevância da Educação do Campo para a vida dos agricultores familiares da Boa Vista;
4. Discutir algumas práticas agrícolas familiares para o fortalecimento do movimento da Educação do Campo;

Área de concentração da Comunidade da Boa Vista, objeto de estudo

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - EMBRAPA (2018) a mandiocultura é referência no trabalho agrícola e umas das principais fontes de renda que atende milhares de agricultores familiares do país, sendo o Nordeste uma das regiões que mais cultiva mandioca e Santo Antônio de Jesus - Bahia, um dos municípios do estado que mais produz farinha e beiju oriundos da agricultura familiar.

O município de Santo Antônio de Jesus é uma das regiões mais antigas no processo de ocupação histórico e territorial do Recôncavo baiano, exerce uma influência comercial por possuir grande fluxo de consumidores de outras regiões circunvizinhas e uma vasta circulação e distribuição de produtos vindos das localidades rurais como a Sapucaia, Bomfim, Boa Vista.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), no século XVIII, já havia um grande número de lavradores de farinha. Em 1891, ocorreu a inauguração da estrada de ferro, que facilitava a comercialização de farinha de mandioca de Santo Antônio de Jesus para outras regiões, ocasionando um grande impulso para o desenvolvimento comercial do município. No início dos anos oitenta, a zona rural era mais povoada, nas pequenas

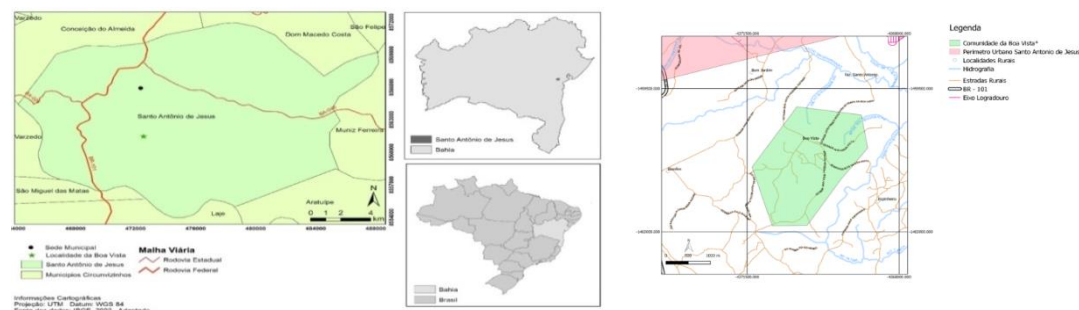
propriedades agrícolas, cultivavam-se lavouras de fumo, mandioca, cana-de-açúcar, laranja, amendoim, café, feijão e milho, no entanto estas culturas agrícolas foram perdendo espaço, pois as terras passaram ser compradas por fazendeiros e pessoas de influências políticas da região, transformando esses espaços agrícolas em pastagens para criação de gado bovino.

A Comunidade da Boa Vista fica localizada há 5 km da cidade de Santo Antônio de Jesus e considerada uma das mais influentes do trabalho agrícola familiar da região, próximo às outras comunidades do Bomfim, Rio das Pedras, Espinheiro, Ronco d'água, sendo os rios Jaguaripe e Rio da Dona que perpassam e fazem limites com outros municípios. Com aproximadamente 400 famílias a maioria trabalha e vivem da agricultura familiar em produção diversificada, sendo o beiju o principal ramo de atividade realizada na comunidade (SANTANA, 2016).

Atualmente, Boa Vista tem cerca de 500 famílias sendo que a metades ainda não estão registradas segundo dados apresentados pelas agentes comunitárias de saúde. Na localidade pouco mais de 50 famílias são produtoras de beiju, as demais famílias, mesmo não trabalhando diretamente com a produção, têm uma afinidade com a cultura local. Por estar próxima a cidade sede, outras famílias trabalham no comércio, feira livre, lojas, departamentos, escritórios e funções privadas dentre outros cargos públicos da instância federal, estadual e municipal.

O mapa a seguir representa a localização geográfica da comunidade da Boa Vista, onde a fabricação de beiju tornou-se característica marcante e influente como novo processo de produção, reorganização agrícola e dinâmica comercial.

Figura 1 - Mapa de localização da Boa Vista no município de Santo Antônio de Jesus/BA.



Fonte: IBGE, adaptado pelo autor 2018.

Nos últimos anos, apesar das dificuldades, Boa Vista vem liderando a dinâmica da mandiocultura local com a produção específica do beiju e exerce uma influência econômica

nas regiões. A localidade é alvo de riquezas naturais, culturais, tradição seus produtos são comercializados nas feiras livres e mercados da cidade de Santo Antônio de Jesus. O beiju da comunidade da Boa Vista é uma representação cultural no território de identidade do Recôncavo baiano que segundo o Site de notícia G1.com o produto é tão especial que no ano de 2006 a Rede Globo transmitiu uma reportagem completa no Programa do Globo Repórter sobre a produção de beiju do município de Santo Antônio de Jesus, apontada.

Na época, o repórter José Raimundo, da Rede Bahia filiada a Globo, junto com a sua equipe de transmissão, visitaram as casas de farinha e de beiju na comunidade da Boa Vista para conhecer o trabalho dos produtores familiares. A matéria ressalta a importância da mandiocultura no Nordeste e o consumo da farinha, especificamente o beiju, elemento popular de grande valor cultural para os nordestinos. A reportagem apresentou as etapas da produção, o dia a dia dos produtores e o envolvimento das mulheres agricultores com as atividades do beiju carregado de saberes histórias e tradição local como mostra o Site de notícia do G1.com.

A reportagem mostrou também a ideia dos beijus coloridos feitos na comunidade com sabores de frutas e a inclusão do produto no cardápio da merenda escolar de algumas escolas do município de Santo Antônio de Jesus. Na época, a inovação causou muitas curiosidades e espanto, fato que até hoje é lembrado com muito orgulho. Segundo uma nutricionista das escolas do município entrevistada pelo repórter, o alimento tem um valor nutricional, os beijus coloridos enriquecidos com frutas e hortaliças concentram vitaminas e minerais e trazem benefícios, contribuem no desenvolvimento físico e mental da criança durante a fase escolar ajudando no desenvolvimento intelectual. A matéria completa encontra-se no site do Globo Repórter e do Canal Rural nas referências localizada no final deste trabalho.

Questões metodológicas da pesquisa

A referente pesquisa começa a ser discutida a partir do projeto de pesquisa submetido para o processo de seleção do curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo que teve início no ano de 2019. No primeiro momento, começo com a revisão de literatura de alguns textos sobre organização do trabalho agrícola familiar e a mandiocultura no Brasil em especial na Bahia. Em seguida foi feito um levantamento bibliográfico de autores sobre a luta pela terra, trabalho e Movimentos da Educação do Campo. Em outubro de 2020 a pesquisa foi aprovada pela Banca de qualificação a qual determinou dar seguimento com orientações, dicas e indicação de outras leituras como Tiriba (2009) Saberes do trabalho, Antunes (2009)

Sentidos do trabalho, Marx (1985) O capital e crítica política. As principais referências mais utilizadas na construção deste trabalho são baseadas em Caldart (2002, 2012), Arroyo (2006 e 2012) Abramovay (1998 e 2003), Freire (1983 e 2000), Molina (2017 e 2020) dentre outras referências também consideradas importantes.

Logo após a qualificação dificultou muito o andamento da pesquisa devido ao aumento de casos de coronavírus na região logo após as eleições municipais, isso impossibilitou transitar nas comunidades por conta do foco de contaminação. Nos primeiros meses do ano 2021, tentei por diversas vezes estabelecer um contato com a Boa Vista, mas a cada dia a situação se agravava e a própria comunidade também se tornou uma vítima dos impactos causados pela pandemia. Seguindo as recomendações de biossegurança e acatando as sugestões dos orientadores, optamos em trabalhar com o Grupo de Discussão (GD) que em princípio seria formado por três: homens, mulheres e jovens, mas diante da atual conjuntura, acabou interferindo diretamente na pesquisa. Portanto, decidir realizar um Grupo de Discussão com os principais produtores da comunidade. Antes, a ideia do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC seria a criação de um Caderno Temático com a história do trabalho e a produção de beiju da Comunidade da Boa Vista apresentado como Produto Final, mas ficou inviável ser realizado, pois teria que ter um contato mais próximo e maior tempo com toda a comunidade.

Quando a pandemia do coronavírus foi declarada oficialmente pela OMS em março de 2020, e que no Brasil alcançou seu estágio mais grave a partir de março de 2021, atrapalhou o trabalho de campo, que teve que ser adiado até o mês de agosto do mesmo ano de observação na comunidade. Procurou-se vivenciar com atenção as questões sociais e o trabalho na comunidade, mas infelizmente há mais de um ano fomos surpreendidos com os desgastes causados pela pandemia. Evidentemente, o acesso ficou limitado, as pessoas ainda estão distantes umas das outras, as atividades e o trabalho ficaram paralisados tanto dos produtores da comunidade, quanto a pesquisa. Fomos e ainda estamos barrados pelo fator negativo, o coronavírus.

Recentemente por volta dos meses de julho e agosto de 2021, com muitas dificuldades consegui estabelecer um diálogo com duas representantes da comunidade se haveria alguma maneira ou possibilidade de dialogar com alguém da Boa Vista, pois a pesquisa depende exclusivamente da opinião, falas e participação dos agricultores familiares, principalmente dos relatos de histórias e saberes da mandiocultura pelos mais velhos com produção do local. Juntos, pensamos em tentar organizar um encontro com os principais produtores da comunidade, uma estratégia que não viesse comprometer a saúde e a vida das pessoas pela

infecção do vírus, certamente com total medida de biossegurança. Foram vários encontros cancelados até que conseguimos agendar um encontro para um domingo do mês de julho de 2021 realizado após a celebração da santa missa no salão da igreja paroquial da comunidade. No meado do mês de agosto do mesmo ano, tive uma conversa informal com duas pessoas da comunidade e uma entrevista aberta com o presidente da Associação de agricultores familiares da Boa Vista. O presidente que também é agricultor familiar da comunidade falou com profundidade sobre o atual contexto da produção local e de novas perspectivas produtivas para a Boa Vista e região.

Para o Grupo de Discussão, o encontro aconteceu em um espaço amplo, semiaberto e bastante arejado com um menor número de pessoas orientadas para o uso dos equipamentos de proteção individual, álcool em gel e distanciamento de 2 metros de distância de uma pessoa para outra no local, todos e todas conscientes das medidas de prevenção. De acordo com o G1 a Pandemia causou vários impactos nos espaços de trabalhos, isso impossibilitou que os seguimentos da sociedade desenvolvessem um trabalho de excelência no meio social:

A pandemia da Covid 19 agudizou e acelerou o empobrecimento generalizado, entre março e maio, 8 milhões de trabalhadores e trabalhadoras perderam ocupações formais no Brasil. Os setores mais atingidos pelo desemprego foram os de Alimentação e Alojamento (19,65 %), os serviços domésticos (18,6 %) a construção civil com 15,6%, representando incríveis 50% do total de novos desempregados em contexto pós pandêmico (GODINHO, 2020, p. 135).

O atual cenário da Pandemia evidenciou e instituiu novas vulnerabilidades sociais além do aumento do declínio econômico nacional e a crise no trabalho que gerou o aumento da extrema pobreza. Esta realidade vem se expandindo desde o ano de 2016 tendo exemplos como precariedade e informalidade no trabalho e fragilidades na seguridade social. A partir desta data, a juventude brasileira vem travando uma luta exaustiva pela uma educação de qualidade, em especial a educação camponesa e a luta por um futuro que permita a autonomia dos direitos trabalhistas. Esta geração precisa de oportunidades para representar e fortalecer os coletivos com liberdade, usufruir das políticas públicas e participar do processo de emancipação social.

O objetivo do encontro na Comunidade da Boa Vista foi levantar informações acerca do trabalho, educação e a produção agrícola da comunidade em especial a produção do beiju. O Grupo de Discussão foi formado por 12 participantes sendo 6 homens e 6 mulheres e uma conversa informal com uma estudante de quatorze anos, os participantes representam as

famílias produtoras de beiju da Comunidade. Inicialmente, as pessoas dirigiram-se ao salão paroquial para participar da discussão, selecionei alguns temas relevantes para facilitar a condução como produção agrícola, trabalho e agricultura familiar, educação e política pública para o campo, histórias, conhecimentos e saberes da cultura do trabalho local. Antes de começar a discussão foram feitas as seguintes colocações: agradecimento à comunidade em especial os produtores de beiju pela participação na pesquisa em um período complicado marcado por uma pandemia. Tivemos muitos desencontros até chegar momento combinado. O diálogo teve a duração de aproximadamente de 2 horas, se iniciou e terminou sob a minha moderação não apenas para participar da discussão, mas para fazer intervenções relacionadas com o tema e para que todas as informações fossem registradas.

O Grupo de Discussão ajuda a sistematizar de forma metodológica os fatos, ideias e informações retratadas pelos produtores da comunidade. A necessidade de ouvir e observar a dinâmica sociocultural do trabalho na comunidade é muito importante para a construção do conhecimento, pois são elementos envolventes e fundamentais para a investigação:

Evidentemente tanto o Ouvir quanto o Olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambos se complementam e servem para o pesquisador como duas muletas (que não nos percamos com essa metáfora tão negativa...) que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositadamente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas (OLIVEIRA, 1996 p.18).

Em meio a tantos desafios, procurou-se envolver nos problemas e fragilidades do campo e a necessidade de continuar com a pesquisa como forma de resistência, pois, todos os dias trabalhadores e trabalhadoras do campo encaram vários obstáculos. Para Freire (2010) essa luta é contínua em função de manter a cultura do trabalho livre e a educação popular e campesinas nos espaços de reprodução social. Baseado na Coleção de Cadernos Temáticos sobre Educação do Campo (2010), Caldart (2012) apresenta a força política do movimento agrário, os problemas sociais do campo e a crise do trabalho para a diversidade campesina do momento atual que estamos vivendo, Arroyo (2012). É nesta perspectiva que procura-se mostrar na pesquisa a importância do trabalho dos agricultores familiares com a produção do beiju na Boa Vista e a contribuição da Educação do Campo nos espaços de produção e reprodução social com produtores da comunidade.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, cujo intuito, segundo Minayo (2001) é qualificar a realidade e o trabalho dos sujeitos sociais do campo a partir da observação direta.

Marconi e Lakatos (1988) orientam que a técnica da observação direta apresenta dispositivos para coleta de informações sobre as experiências de vida dos sujeitos, são pontos de partida para investigação de objeto de estudo no caminhar da pesquisa. Para isso, são utilizadas durante a pesquisa revisão de literaturas e referências bibliográfica como bases específicas para subsidiar e argumentar a temática da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, vários entraves fizeram presentes na construção metodológica, fato representado pela dinâmica da realidade de vida da comunidade. Nesse sentido, Caldart (2003) destaca:

Discutir sobre a Educação do campo hoje, e buscando ser fiel aos seus objetivos de origem, nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas (Caldart, 2003, p.1).

Como base epistemológica conceitual, estes conteúdos orientam o pesquisador a observar a reprodução e a dinâmica do trabalho social no campo com maior sensibilidade. “o trabalho é mencionado para ser comentado, avaliado, registrado na memória, para que as pessoas se justifiquem ou por mil outras razões que surgem no momento” (LACOSTE, 1998, p. 16). Apesar das limitações por conta da pandemia, o trabalho de campo foi muito rico, as trocas de saberes e aprendizagem são características do lugar no trabalho de campo “é mais do que um instrumento limitado a um roteiro pré-determinado para nossas investigações, o trabalho de campo deve ser suficientemente flexível e espontâneo, participativo e dialógico, aberto às intervenções do outro” (ITABORAHY; DINIZ, 2015, p.4).

Dessa forma, foi realizado um levantamento do perfil socioeconômico dos produtores de beiju da comunidade através da aplicação de um questionário em função de atualizar os dados das famílias envolvidos com o processo de produção, pois outras famílias começaram exercer a atividade. Gray (2012) afirma que o questionário é uma das técnicas mais usadas na coleta de dados primários relacionando variáveis e sujeitos. Essa é uma técnica de investigação social defendida por Manzini (2003) na qual utilizei através de um roteiro, perguntas claras e objetivas para responderem com alternativas estabelecidas. As dozes pessoas responderam o questionário formado por vinte e duas questões sendo que cada uma das delas representa uma família produtora de beiju. No questionário pergunto sobre o processo de produção, renda familiar, gênero, idade, sexo, cor e raça, cada um respondeu de acordo a sua identidade.

Foi realizado um Grupo de discussão formado por produtores de beiju e agricultores familiares da comunidade fato importante que significa muito para mim enquanto sujeito e também para a pesquisa. Segundo Meinerz (2011, p. 488), “O grupo de discussão não é uma técnica, mas uma prática de investigação que possui historicidade, assim como diferentes enfoques e pressupostos teóricos” (MEINERZ, 2011, p. 488). Segundo Fernandes (2014) o grupo de discussão é um método de investigação voltado para análise etnográfica que vem ganhando muito força em estudos sociológicos voltados para opinião pública. O grupo é formado por um conjunto de pessoas convidadas a participar de uma discussão com alguns temas selecionados pelo pesquisador. A prática de observar e ouvir o discurso das pessoas de uma determinada cultura ou grupo social faz com que o pesquisador busque compreender e interpretar as atitudes e a realidade de vida das pessoas (OLIVEIRA, 1996).

O objetivo para a realização do GD foi possibilitar a confrontação entre a cultura do trabalho realizado pelos agricultores e os desafios propostos pela Educação do Campo na comunidade. Meinerz (2011) afirma que reprodução do discurso busca apresentar o cotidiano das pessoas que vivenciam o trabalho na sociedade, pertencem a um grupo social com suas ideias, argumentos e motivações e relatos de suas vidas. Segundo a autora, todos os participantes são importantes, porque expõe sua realidade de vida e um discurso direto a favor da justiça e da inclusão social. O diálogo foi construído a partir dos relatos de vida das pessoas envolvidas com o processo de produção escolar e agrícola, como uma possibilidade de acessar determinadas informações que revelam aspectos do trabalho dos educadores e dos produtores familiares da produção de beiju. A proposta foi estimular a fala sobre o trabalho e a exposição de diferentes opiniões, porém todos apontaram a mesma perspectiva de vida, a construção dos saberes sobre o trabalho realizado na Boa Vista.

Estruturação da dissertação

A redação do texto está dividida nos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo, apresento O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL; trato da Educação rural à Educação popular e à Pedagogia da Alternância, fundamentados pelo conceito da Educação do Campo dentre outros movimentos agrários como o MST e as políticas públicas sociais para o campo a exemplo do PRONERA com a base teórica de alguns autores como Caldart (2012), Kolling (1999), Arroyo (2018) e Molina (2017) e Freire (2000). O segundo capítulo sobre a AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E O TRABALHO DA MANDIOCULTURA a partir dos textos de Abramovay

(2003), Wanderley (1985), Schneider (1999), Weisheimer (2009) Veloso (2013), Embrapa (2018), refere-se ao processo de produção agrícola da mandiocultura do Brasil, região Nordeste e Recôncavo baiano, tendo como foco a mandiocultura da produção do beiju no município de Santo Antônio de Jesus. No terceiro capítulo apresento a análise dos SABERES DO TRABALHO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PRODUÇÃO DO BEIJÚ NA COMUNIDADE DE BOA VISTA, sobre a organização das atividades agrícolas realizadas pelos agricultores familiares do local, como os produtores deixaram de produzir farinha de mandioca priorizando a fabricação do beiju a luz da Educação do Campo baseado nas referências de Marx (1985), Antunes (2009), Caldart (2018), Tiriba (2009) Freire (1983) e Tardin (2012). E por fim finalizo concluindo sobre os desafios e os principais acontecimentos durante o percurso da pesquisa, trazendo como contribuição a Educação do Campo nos espaços de produção agrícola familiar.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

2.1 Da Educação rural à Educação popular e à Pedagogia da Alternância

A Educação rural aparece registrada como conceito já em 1889, com a proclamação da República, quando o governo cria uma pasta de “Agricultura, Comércio e Indústria”, que posteriormente foi extinta e, a partir da década dos 20, com as migrações do campo para a cidade fomentada pelo capitalismo industrial incipiente, tomou de novo relevância para resolver o recente problema de analfabetismo que emigrou também para os centros urbanos. Mas sempre foi uma educação com um modelo pedagógico orientado pelo desenvolvimento industrial urbano que considerava o campo atrasado e sem diversidade (SIMÕES; TORRES, 2011).

Ao contrário da educação rural, definida pelo governo e planejada da cima para baixo seguindo o modelo de desenvolvimento urbano marcado pela industrialização recente, a educação camponesa popular é marcada por processos históricos que evidenciam a luta da população do campo tanto por uma reforma agrária quanto por uma transformação social. Assim, para entender o surgimento da Educação do Campo e seus desafios, primeiro é importante destacar alguns eventos que marcaram a história da Educação e do movimento agrário no Brasil. Em palavras de Rocha (2018, p.160),

O direito à organização dos trabalhadores rurais no Brasil é resultado de um processo de embate. A história tem demonstrado que a luta pelo direito e pela democratização do País, as formas de organização dos trabalhadores vêm, ao longo dos anos, se transformando e se consolidando. Até os anos de 1940, o que se tem no Brasil é uma presença de movimentos messiânicos, de resistências e lutas localizadas. A partir dos anos de 1940, percebe-se uma mudança na forma de organização dos trabalhadores no campo: o movimento desencadeado pelas Ligas Camponesas, inicialmente no Nordeste e depois em todo o País, representa e demarca um novo perfil da luta política no campo e na própria forma de organização dos trabalhadores do campo. Assim como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul também reafirmaram esse espaço da organização dos trabalhadores no campo.

Com o decorrer do tempo, os Movimentos Sociais e Sindicais do Campo, assegurados por algumas conquistas, continuaram a lutar por terras para produzir e uma educação de qualidade para o progresso do campo, os Movimentos sociais vêm construindo caminhos e se apresentam como parceiros e defensores da classe trabalhadora do campo a partir das suas experiências de vida (CALDART, 2012).

Segundo os parágrafos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, proporcionada a educação rural, estabeleceu diretrizes para o ensino primário e para os cursos industrial, agrícola e comercial ministrados em dois ciclos: o período do ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. As disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa (JUSBRASIL, 1996).

A Educação rural assume o papel de educar a massa trabalhadora para as necessidades da mão de obra e de aprender formas técnicas de administrar serviços e as atividades do trabalho no espaço rural que, apesar da sua grande intervenção nas sociedades ruralistas e camponesas, já não seria a única capaz de influenciar no processo de formação humana e na estruturação das classes sociais mais pobres (SOUZA, 2017). Nesse período, a educação popular pensada para atender as classes populares, especificamente as necessidades do trabalhador do campo, surge para revolucionar os espaços de produção, sendo Paulo Freire a principal referência para este desafio:

Tendo Paulo Freire como agente na realização e disseminação das experiências fecundas da Educação Popular nesse período, o trabalho com as classes populares do campo e da cidade promoveu uma ação cultural para o fomento da politização, valorizando a identidade, os saberes do povo e caminhando para a reflexão sobre as condições de existência e as motivações que levam a tal realidade (BATISTA; CORREIA, 2010, p.157).

Freire no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, escrito em 1968, quando se encontrava-se exilado no Chile, e publicado no Brasil somente 1974, faz referência aos coletivos e grupos sociais oprimidos pelo sistema, inclusive os do campo, e traz dois conceitos que serão fundamentais para a pedagogia de luta de movimentos como o MST: a conscientização e libertação (TIEPOLO, 2015). Freire (1987) ressalta a importância da liberdade de expressão como força popular, no sentido de inviabilizar a opressão e o mercantilismo neoliberal que persegue as raças, etnias, gêneros, classe dentre outras organizações sociais que lutam por uma educação libertadora. Assim complementa:

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-las, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder (FREIRE, 1987, p.41).

A proclamação defendida por Freire (1987) evidencia uma luta de classe que segrega a classe oprimida pelo sistema. O autor sinaliza os opressores a restaurarem a humanidade libertando a si próprios e seus companheiros do sistema “escravista” detentores do poder e da exploração de vidas. Dessa forma, Freire (1987, p.42) questiona: “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?” Estas indagações colocadas pelo autor induzem educadores e trabalhadores do campo a lutar pela liberdade no trabalho e em qualquer segmento da sociedade e desenvolver o processo de formação política que venha contemplar as comunidades.

De acordo com Freire (2000) deve-se orientar e projetar conhecimentos a partir das práticas educativas e do conhecimento comum de acordo com a realidade. Em suas obras, Paulo Freire apresenta diferentes abordagens acerca da Educação Popular, configuram formas de aprendizagem e aperfeiçoamento a partir das suas leituras de mundo para que possamos saber fazer a crítica social.

Segundo o autor, as pessoas precisam conhecer seu próprio mundo e a sua própria vida, deve conhecer o que se aprende com a educação popular, fruto de um conhecimento repleto de informação do cotidiano. A educação popular permite que o indivíduo reflita sobre o que aprendeu e o que ainda pode conhecer. É nesta perspectiva que Educação do Campo vem agregando valor à educação popular dentro de uma proposta de libertação social. Assim, complementa-se:

[...] a educação popular surge à margem da educação de adultos e, aos poucos, afirma-se contra ela [...] de Educação para o povo, a educação popular irrompe como um movimento primeiro de renovação e, depois, de revolução do saber e de transformação do mundo através do poder de um saber popular. (GADOTTI; TORRES, 1994, p. 35-36).

Neste contexto, a educação popular se propaga com a educação dos adultos, busca expandir o conhecimento a partir das experiências de vida destes sujeitos, isso gerou impactos socioculturais como a renovação dos pilares educacionais a partir do saber popular. Mesmo diante dos condicionamentos históricos que a Educação Popular vem constituindo enquanto mecanismo de resistência, essa é uma luta que vem se fortalecendo com os grupos sociais contra as demandas da educação hegemônica.

Gadotti; Torres (1994) afirmam que a educação popular freiriana é direcionada especificamente a classe popular trabalhadora, as práticas pedagógicas são política, porque o operário, camponês, lavrador, sem terra e o trabalhador sem emprego, são atribuídos a uma luta histórica que através da educação, poderão revolucionar a sociedade para uma possível transformação social.

Brandão (2000) afirma que Freire em sua totalidade, aborda a educação popular como um instrumento de transformação na vida das pessoas, onde cada um aprende e aperfeiçoa seus conhecimentos através da leitura e da crítica social sobre o mundo e da sua própria vida. No entanto, as experiências de vida fizeram com que os camponeses passassem a compreender as informações que instrumentaliza o conhecimento e que, através desta percepção, possamos fazer uma reflexão do que se aprendeu a conhecer na sociedade.

Mesmo na atual conjuntura marcada pelas dinâmicas neoliberais, a Educação Popular, vem apresentando possibilidades de renovação social comprometida com as causas dos trabalhadores. Esse processo de conscientização e participação fez com que a coletividade se tornasse instrumento de libertação e emancipação política nos espaços de reprodução social (BRANDÃO, 1999).

Neste sentido, a educação popular no Brasil, vem seguida por movimentos sociais em apoio a educação baseados nas práticas e método de Paulo Freire. Dessa forma, educadores e comunidades passaram a estimular e conceber a conscientização das pessoas no intuito de compreender a importância dessas práticas pedagógicas como instrumentos necessários para a transformação da estrutura social (FIGUEREDO, 2009). Assim, a efetivação da práxis construída com o ensino aprendizagem através do diálogo, possibilita dispensar quaisquer demandas de opressão com as camadas populares.

Algumas destas experiências de educação popular de Freire no Brasil são incorporadas pela Pedagogia da Alternância, que se expandiu no Brasil na década de 1980. A Pedagogia da Alternância antecede à Educação do Campo e desde antes, vem combatendo as desigualdades e a exclusão dos sujeitos que vivem nas comunidades rurais e camponesas. Esta é uma das preposições que justifica discutir um pouco este conceito.

A Pedagogia da Alternância teve suas origens na década de 1930 na cidade de Lor-et-Garone na região sudoeste da França com a criação da *Maison Familiale Rurale* que quer dizer “Casa de Família Rural - CFR” inspirada numa concepção social democrata cristão na época. Seu conceito é voltado para uma educação embasada na realidade de vida da população rural e camponesa alternando o tempo na escola com o trabalho no campo. Suas primeiras experiências no solo do Brasil iniciam com a implantação de uma Escola Família Agrícola -

EFA no Estado do Espírito Santo, em 1968, em Olivânia, no município de Anchieta, através do padre Umberto Pietrogrande. Já na década de 70, se expandiu para outros estados brasileiros com a função de agregar a experiência do trabalho rural com a escola (PINTO; GERMANI, 2012).

Neste período, a Pedagogia da Alternância surge como possibilidade de reinventar a educação com o trabalho agrícola. Este modelo de educação social, que historicamente vem se apresentando como proposta direcionada para a população rural, tem seu principal foco no processo de formação á juventude. A ideia de levar o conhecimento produzido na escola e interagir com as práticas do cotidiano, seria uma nova forma de ensinar e aprender mais atrativa para o (a) estudante jovem da comunidade (MORIN, 2001), dessa forma complementa-se:

Por isso que consideramos a pedagogia da alternância imprescindível, não somente para os jovens no campo, mas para o processo educativo de crianças, jovens e adultos - todos precisam de um aprendizado para a vida, evidenciando o quanto o conhecimento surge da observação analítica e crítica do mundo vivido, recuperando a práxis como a base da teoria num ciclo em que ambas se retroalimentam na procura da transformação social de “outro mundo possível” (SANTOS; BARBOSA; KUSTNER, 2016, p. 204).

Este tipo de aprendizado escolar funciona muito com as vivências cotidianas, através também da praticidade do trabalho. São representações reais do povo rural e do campo conduzidos pelas suas experiências. Brandão (2006) ressalta que essa proposta de educação abriu oportunidades para aqueles (as) trabalhadores (as) rurais e camponeses que deixaram as escolas antes do tempo e voltarem a estudar, mas com uma metodologia prática e específica que facilite o aprendizado da escola com as experiências do seu trabalho. É também uma nova possibilidade de inserir a participação dessa classe trabalhadora nas organizações sociais.

Outra preocupação da Pedagogia da Alternância é a representação cultural do lugar “porque fornece acesso aos bens culturais, que não podem ser descartados da análise da pobreza do meio rural” (GARGIA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 140) e depois, “porque auxiliam na redução do êxodo rural, qualificando a homem do campo, promovendo, por meio de uma agricultura consciente, o aumento da produção agrícola sustentável” (UNEFAB, 2010, p. 29).

A Pedagogia da Alternância em seu âmbito social procura atingir uma reflexão acerca da realidade do campo a partir de uma organização pedagógica nos processos de aprendizagem através do diálogo. Neste sentido, “o sujeito aprende através da experiência. Não é um coletivo

que aprende. Mas é no coletivo que se aprende. Eu dialogo com a realidade, com os autores, com meus pares, com a diferença” (GADOTTI, 2003, p. 48).

Segundo Gadotti (2003) a experiência de alternar tempo e espaço em momentos diferentes para o ensino aprendizagem não é uma questão individual e sim coletiva, isso implica em transformações na educação construída a partir do diálogo e da realidade de vida de uma comunidade, mas que reflete na vida pessoal de cada um. A construção do diálogo entre os membros das famílias camponesas e com a escola também é umas das conquistas reconhecidas pela pedagogia da alternância.

Neste contexto, a Pedagogia da Alternância surge com a ajuda dos movimentos sociais com um processo de ressignificação dos espaços rurais e camponeses extremamente desvalidos carentes de políticas públicas agrícolas e de uma educação emancipadora. A leitura refletida sobre esses espaços possibilita uma organização coletiva para a construção de um projeto educativo com o uso da prática social engajada na escola e apoiado pelas comunidades. E nesse sentido de luta e resistência dos trabalhadores rurais e do campo que a alternância influenciou o movimento da educação, especificamente do campo.

A Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo estão imbuídas nas relações sociais, políticas e culturais tendo os sujeitos rurais e do campo protagonistas e construtores da sua história. Sendo assim, as duas reconhecem os sujeitos e seus saberes, pois investem na compreensão de que “ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior - o de conhecer, que implica em reconhecer” (FREIRE, 1994, p. 47). A Educação do Campo segue no critério de contextualizar o trabalho, as vivências do campo e as suas especificidades, diferente da educação rural.

Ao trabalharmos com a concepção de Educação do Campo estamos reforçando o contraponto à concepção de educação rural, fortalecedora do latifúndio/agronegócio e da lógica de produção baseada numa agricultura de monocultivos com ênfase na mecanização, no uso cada vez maior de fertilizantes químicos sintéticos e de agrotóxicos. A Educação do Campo trabalha na perspectiva dos sujeitos coletivos desafiando as relações pedagógicas a dialogar com os processos sociais, políticos, econômicos, culturais formadores e transformadores destes homens, destas mulheres e de seu meio (VERGUTZ; CAVALCANTE, 2014, p.380).

Dessa forma, “enquanto a Educação Rural é um projeto externo ao campesinato, a Educação do Campo nasce das experiências camponesas de resistência em seus territórios” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 41). A Educação do Campo, como a educação popular,

defende a ideia de uma educação participativa, anticapitalista que tenha o protagonismo do trabalhador do campo representando o trabalho comunitário e a cultura da família agrícola.

2.2 Construção do conceito Educação do Campo desde o MST e os outros movimentos sociais no campo

Nas últimas décadas, importantes discussões sobre a Educação do Campo têm se colocado relevante nos grandes debates políticos e sociais do Brasil em defesa da educação e do espaço agrário. Com a ampliação desses debates no cenário nacional sobre a implantação de políticas públicas no campo, os movimentos sociais passaram a revolucionar a história da educação no campo atribuída como popular. Entretanto, os manifestantes começaram a programar Conferências, organizar Encontros e Seminários nacionais que discutissem a questão agrária do Brasil e o direito de posses de terras para a população camponesa (ARROYO, 2018).

Neste sentido, os movimentos sociais e do campo também cobravam da sociedade em geral, principalmente dos governos, um reconhecimento e melhor valorização das identidades culturais desses sujeitos a partir de uma educação emancipadora que correspondesse às especificidades do campo.

Historicamente, foram muitos os enfrentamentos organizados pela classe trabalhadora campesina liderando lutas e resistindo repressões pelo seu reconhecimento social, mas precisamente como ser humano. O negacionismo histórico atribuído pelas convenções políticas e oligárquicas do Brasil marcou a vida desses sujeitos durante toda a história do país. No entanto, não deixaram de seguir sua caminhada, fizeram e ainda constroem suas histórias, através da mobilização social, como salienta Arroyo (2012, p. 232):

Um dos princípios que orienta a Educação do Campo é que os seres humanos se fazem, se formam e se humanizam no fazer a história. Consequentemente, a diversidade de formas de fazer a história e o fato de os seres humanos serem reconhecidos como sujeitos de história ou serem segregados da nossa história imprime determinadas marcas no fazer-se, no formar-se, no humanizar-se que exigem reconhecimento na teoria e nos projetos de formação.

Michelotti e Guerra (2011) afirmam que não conseguimos caminhar sozinhos sem a participação dos movimentos sociais do campo, assim também não conseguimos andar sem a força da educação. A preservação dos assentamentos, por exemplo, é uma luta conjunta para o desenvolvimento do campo; a educação não deve estar isolada de outros elementos da

realidade social do campo. Segundo os autores, a Educação do Campo se aproxima na perspectiva de estimular parcerias entre as Instituições de ensino e dos Movimentos Sociais e Sindicais para melhor atuação dos Programas de desenvolvimento no campo.

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, fundado em 1984, marcou uma nova etapa na história do campo brasileiro ao travar uma luta em defesa da Reforma Agrária, dentre outras questões específicas do campo, que vincula a educação à questão agrária (CALDART, 1997), desde que a qualidade de vida da população do campo depende das conquistas positivas da reforma agrária e para esta luta, os trabalhadores e trabalhadoras, jovens e crianças do campo precisam estar formados. O MST criou, então, um modelo pedagógico nas escolas de seus assentamentos muito pautado na pedagogia de Freire:

assume como princípios pedagógicos do Movimento a relação entre teoria e prática como práxis; a formação continuada dos seus educadores; o significado social dos conteúdos; a realidade como base da produção do conhecimento; educação para e pelo trabalho, como forma de aprendizado e apego à terra; vínculo orgânico entre os processos educativos, políticos e econômicos – cooperativismo e administração; vínculos orgânicos entre educação e cultura; gestão democrática da educação no movimento; a auto-organização dos educandos; a criação de coletivos pedagógicos (MST. Caderno de Educação nº 8: princípios da educação no MST, apud TIEPOLO, 2015, p. 27.184).

Caldart (2002) ressalta que a década de 1990 ficou marcada por grandes enfrentamentos, fato que intensificou a quantidade de debates, seminários e pesquisas para contribuir com a educação. O objetivo dessa organização social é consolidar um projeto de educação que contemple os sujeitos do campo de acordo as suas especificidades. A partir do I Censo Nacional da Reforma agrária, realizado em 1996 e cujos resultados apresentaram altos índices de analfabetismo, degradação das escolas do campo e descaso com as questões agrárias nas regiões brasileiras.

Os movimentos sociais pensaram na necessidade de construir urgentemente uma articulação entre os coletivos e parceiros envolvidos no processo de formação e inclusão social do campo, Molina (2017). A ideia era expandir a escolarização nos assentamentos, pois os números revelados eram extremamente baixos em várias regiões do país. O I Censo Nacional da Reforma Agrária apresentou algumas considerações sobre os principais problemas educacionais relacionados com o espaço agrário no Brasil.

Neste mesmo ano, concluiu-se a pesquisa do Censo. Neste contexto, em 1997 é realizado o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste evento

reuniram-se algumas entidades que propuseram um desafio ao MST: levantar questões impactantes e abrangentes sobre a educação rural e a Educação do Campo no cenário produtivo do Brasil. Neste sentido, o MST vê na Educação do Campo uma grande aliada para a classe campestre brasileira (CALDART, 2002) e assim, Molina (2006) destaca:

As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo (MOLINA, 2006, p. 28).

Para Kolling; Molina (1999) e Caldart (2000) o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA consolidou um marco histórico, uma conquista política para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois os educadores, atores políticos sindicais, estavam insatisfeitos com a educação básica destinada às crianças, jovens e adultos e também, com a situação das universidades científicas, principalmente aquelas situadas nas regiões sertanejas do estado brasileiro. É nesse sentido que Molina (2006) contempla a lógica da política de educação para Reforma Agrária com a Educação do Campo.

Nesta conjuntura, a Educação do Campo teve seu ponto de partida e o surgimento da expressão “Educação do Campo” nasce do contexto da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 27 a 30 de julho de 1998 em Luziânia - Goiás. Nesse sentido, a Educação do Campo se apresenta no cenário agrário do Brasil como nova possibilidade de intensificar as políticas públicas de inserção e investimento no campo. A Educação do Campo se destaca a partir das discussões no Seminário Nacional realizado em Brasília dentre outras regiões do país (CALDART, 2002). De acordo com Arroyo (2011), a Educação do Campo:

Nasce sobretudo de um olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos da história e de direitos, como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos (ARROYO, 2011, p. 12).

De acordo com Arroyo (2011), a Educação do Campo nasce com o propósito de direcionar um olhar sensível para os sujeitos oriundos do campo, no sentido de conquistar

seus direitos a partir da sua história. Neste mesmo período, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, um programa social que assegurou com firmeza o movimento da Educação do Campo.

Devido uma onda de pressão popular que vinha se instalando no Brasil, em 16 de abril de 1998, o governo federal instituiu o PRONERA, o programa que nasce da luta de representações sociais do sistema agrário e do movimento do campo, pois pretendiam fazer com que a educação de trabalhadores rurais e do campo se constituísse para o Assentamento da Reforma Agrária (LACERDA; SANTOS, 2011).

Segundo Lacerda e Santos (2011) os Movimentos sociais e do campo tiveram o intuito de viabilizar a classe camponesa através do PRONERA e fortalecer a educação, atendendo as necessidades básicas dos assentados. Assim, poderiam criar uma política de organização com atividades pedagógicas e projetos educacionais voltados para a realidade do campo. Dessa forma, o Programa se apresenta na condição de uma política pública de Educação no e para o Campo.

Na época, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA reconheceu que milhares de jovens e adultos trabalhadores do campo e representantes das áreas de Reforma Agrária tinham o direito de alfabetizar-se e continuar mantendo seus estudos e pesquisas em diversos níveis de ensino. O PRONERA foi responsável pela escolarização e formação em nível médio e superior de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais e do campo (LACERDA; SANTOS, 2011), assim complementam:

O PRONERA nasceu vinculado a sujeitos sociais comprometidos com um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social, voltado à formação integral dos trabalhadores: educação portadora e cultivadora de valores humanistas e socialistas, preocupada com o cuidado da natureza e que se desenvolve na perspectiva da práxis: prática e teoria articuladas pelos processos de transformação do mundo e de autotransformação humana (CALDART, 2012, p. 69).

Caldart (2012) ressalta que o PRONERA tem um compromisso de transformar a vida do trabalhador do campo interagindo a política de inclusão e o processo de formação do camponês articulado com a prática do conhecimento. Segundo Molina (2017) o PRONERA iniciou em 1998 e durante todo o processo de seu desenvolvimento contou com a experiência e a praticidade dos Movimentos sociais e das comunidades, fato considerado importante por fornecer informações relevantes que contribuiriam com a ação do Programa. Dessa forma, o PRONERA se dirige:

As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo (MOLINA, 2006, p. 28).

As preposições sinalizadas por Molina (2006), sobre a finalidade das “expressões educacionais” requer pensar na importância e na necessidade destes conceitos agrários seguirem juntos no processo de formação e construção social do povo do campo. Entretanto, essa conjuntura desencadeou um conjunto de ações coletivas que contribuíram para o avanço e o desenvolvimento do campo a partir da expansão da Educação do Campo no Brasil.

Neste contexto, a Educação do Campo é consolidada propondo um projeto de educação diferenciado construído junto com as ações do PRONERA e com o próprio campo. “A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte desta estratégia de resistência, e nela encontram-se o PRONERA e a Educação do Campo” (MOLINA, 2017, p. 39). Diante desta afirmação, a Educação do Campo e PRONERA materializam-se:

Com esta perspectiva, no âmbito do acúmulo de forças para as transformações na sociedade brasileira, no que diz respeito ao primeiro ponto da tríade – construção de um outro projeto de campo –, pretende-se expor contribuições do PRONERA no sentido de: construir espaços de materialização de práticas educativas que possibilitam o debate sobre as mudanças necessárias no meio rural brasileiro, a partir do polo do trabalho: Reforma Agrária – Agroecologia – Soberania Alimentar; proporcionar a elevação da escolaridade dos trabalhadores rurais, nos diferentes níveis de formação e áreas de conhecimento; ampliar os espaços de formação e participação de sujeitos (as mulheres e os jovens camponeses) capazes de trazer importantes contribuições para os processos de mudanças necessárias à construção deste novo território rural brasileiro (MOLINA, 2017, p. 32).

Dessa forma, o PRONERA com a influência da Educação do Campo segue com uma gama de atribuições no combate contra a desigualdade no campo. Desde a sua constituição, suas iniciativas repercutiram e surtiram efeitos positivos, sendo bem aceitas pelos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo e de toda sociedade que defende a política social. O PRONERA contribuiu com a manutenção da agenda política do País, colocando em debate a necessidade de promover uma efetiva Reforma Agrária para os trabalhadores que vive no e do campo (MOLINA, 2011). Durante a sua política de desenvolvimento agrário alguns dos

mais importantes eventos nacionais e regionais protagonizados pelo Programa para a Educação do Campo foram realizados para ampliar a política de educação camponesa. Assim, são apontados:

- I Seminário Nacional do PRONERA – Brasília (DF) em Abril/2003;
- II Seminário Nacional do PRONERA – Brasília (DF) em Maio/2004;
- I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo – Brasília (DF) – Setembro/2005;
- I Encontro Nacional de Educação Profissional do PRONERA – Brasília (DF)/2008;
- IV Seminário Nacional do PRONERA – Brasília/DF – Novembro/2010.

Dentre esses acontecimentos, uma das grandes conquistas para o avanço da educação camponesa destaca-se as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo e do Decreto 7.352/2010. Com esse decreto, o Programa projetou e definiu estratégias de investimento na educação como alfabetizar jovens e adultos e envolver os trabalhadores do campo e rural nos programas de atividades agrícolas do governo federal atento aos princípios da Educação do Campo. Dessa forma, é importante ressaltar que a formação humana ocorre em diferentes esferas, não apenas no contexto escolar, mas na produção do espaço e dos trabalhos realizados na agricultura familiar, acampamentos e assentamentos (CALDART; MOLINA, 2017).

De acordo com a autora, a relação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e o movimento da Educação do Campo se constituem em um único objetivo, o de fortalecer a política pública de educação em áreas agrárias. A comunicação entre estas duas forças possibilitou a expansão da Educação do Campo nos territórios agrários ampliando o processo de escolarização nas áreas camponesas e rurais e potencializando atividades agrícolas produzidas por trabalhadores familiares do campo.

Neste sentido, tanto o PRONERA quanto a Educação do Campo surgem de uma mobilização popular em busca de uma política educacional pensada especificamente para a população do campo. A defesa pela Reforma Agrária é para garantir ou ter direito a terra, mas também para construir com o campo um projeto de educação que atenda as suas especificidades, valorização da cultura local a partir de diálogos construídos com a comunidade. E nesse sentido, Caldart (2002) sinaliza:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com

formação para o trabalho e para a participação social (KOLLING; CERIOLI E; CALDART, 2002, p. 19).

De acordo com os autores, o processo de escolarização e formação do sujeito do campo se configura a partir das realidades de vida do trabalhador que vive no e do campo. O contexto escolar deve ter uma relação mais específica com as especificidades que se apresentam no campo, considerando que o trabalho e os valores culturais são elementos essenciais para no processo de ensino e aprendizagem.

Depois das Conferências, a equipe nacional prosseguiu fazendo reuniões para encaminhar as propostas de ação (CERIOLI; CALDART, 2017).

Com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo no ano de 2002, o movimento da Educação do Campo ganha força juntamente com o PRONERA dentre outros parceiros sindicais. Porém há grandes desafios ainda no espaço agrário. Neste sentido, o processo de educação do campo vive uma dicotomia no sentido oposto do ensino:

a separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942. De acordo com essas Leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria “formar as elites condutoras do país” e o do ensino profissional seria oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho” (SECAD, 2002 p.11).

De acordo com o relatório da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD (2002), as leis orgânicas da educação nacional gera uma divisão de classe. Entretanto, essa segregação educacional privilegia a classe média alta, enquanto o trabalhador do campo aprende para vender as força de trabalho enquanto a elite dominante se contempla com conhecimentos científicos, apropriação cultural, mercantilização do trabalho e do capital. Nesse sentido, Caldart (2002) chama atenção para a importância dos projetos da Educação do Campo de assumir um compromisso transformar a vida da população camponesa através da luta pela educação e da reforma agrária.

Caldart (2012) considera os projetos da Educação do Campo e do PRONERA relevantes e necessários para aprimorar também as práticas ecológicas no campo. Segundo a autora, há uma grande interação entre natureza e sociedade humana, uma relação vinculada com as atividades do trabalho no campo. Portanto, valorizar o ciclo agroecológico é manter a

cultura da soberania alimentar e garantir a produção de alimentos para a população do campo e da cidade.

Nesse sentido, a Educação do Campo se baseia nos dispositivos legais da Educação nacional de acordo as Leis e Diretrizes de Bases – LDB regida por uma legislação que aponta a relação entre os processos formativos humanos, natureza e sociedade, cuja Lei nº. 9.394/96) em seu Art. 1º, § 1retrata:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º - Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Segundo a Lei nº. 9.394/96 os processos formativos educacionais apontados pela legislação estão interligados e vinculados com a organização e com as condições de vida dos sujeitos nas sociedades. Diante disso, a Educação do Campo tem se preocupado com esta questão de associar a educação, o trabalho dentre outros parâmetros culturais, sociais e políticos no processo de formação do sujeito do campo.

O PRONERA considera essas práticas relevantes para o conhecimento e o reconhecimento desses sujeitos. O movimento pela Educação do Campo vem se fortalecendo a partir dos enfrentamentos com o desafio de reconhecer a classe camponesa como protagonistas de suas vidas e responsáveis pelo desenvolvimento das suas comunidades. A Educação do Campo necessita ser vinculada a um projeto de educação e desenvolvimento no campo, porém não se materializa apenas com a criação de cursos e gestão escolar, mas de iniciativas políticas como luta pela concentração de terra e defesa da Reforma Agrária (CALDART, 2012).

Para comemorar a luta e as conquistas dos trabalhadores do campo nos últimos anos, um grupo de pesquisadores pensou na possibilidade de criar um Dossiê, uma espécie de material pedagógico com vários trabalhos realizados nesse período de caminhada da Educação do Campo. A ideia do Dossiê sobre a Educação do Campo é relevante para a sociedade, especialmente para o campo, tem como objetivo registrar documentos e pesquisas importantes produzidos por autores que contribui com o movimento da Educação do Campo.

A iniciativa partiu de educadores, pesquisadores, lideranças políticas e sociais do campo, cujos registros apresentam alguns eventos que marcaram a história da Educação do

Campo e seus desafios dentro de um recorte temporal entre os anos de 1998 a 2018. Neste sentido, o percurso histórico da Educação do Campo construído por trabalhadores e trabalhadoras do campo revela uma educação ainda em construção, pois não conseguiu atender as especificidades completa de todos os agentes do campo. Sendo assim, Arroyo (2018) questiona:

Quem se revela educador da Educação do Campo? O dossiê revela sujeitos políticos-educadores do campo. Que sujeitos? Com que pedagogias? Quem educa os povos do campo? Uma primeira constatação: os documentos revelam a história de um movimento social educador. Os movimentos sociais são os educadores mais marcantes na sociedade. O Movimento dos Trabalhadores do Campo vem se afirmando como o educador das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo. Os documentos reafirmam a educação pela memória histórica. Reconhecem os movimentos sociais do campo como sujeitos de uma história que se enraíza no passado e se radicaliza no presente. O Dossiê Educação do Campo reafirma a certeza de que as memórias de resistências dos movimentos de Educação do Campo são uma matriz formadora a ser preservada e testemunhada. Uma história-memória carregada de lições, de pedagogias de resistências por libertação (ARROYO, 2018, p. 11-12).

De acordo com o autor, esses questionamentos sobre o Dossiê do Campo e dos sujeitos que representam as comunidades camponesas, fazem nos pensar na responsabilidade de articular os movimentos para inovar a política contra os grandes desafios que atravessam a Educação do Campo. A classe camponesa vem de uma longa caminhada em busca de uma educação que atenda às necessidades do povo do campo. “A história contada que a Educação do Campo vem desconstruindo é que os povos do campo não têm sido vítimas da falta de políticas de educação rural, mas vítimas da própria condição de inferioridade humana, cultural, moral” (ARROYO, 2018, p. 13).

O Dossiê do Campo retrata textos sobre eventos que marcaram a história da educação camponesa e o processo de formação dos sujeitos do campo. A obra apresenta a comemoração dos 20 Anos da Educação do Campo e do Pronera entre 1998 a 2018, uma força política - pedagógica que sintetiza a memória retratada no Dossiê Educação do Campo (ARROYO, 2018). Os principais eventos a seguir, seguem uma ordem cronológica relatando os principais acontecimentos apontados pelo Dossiê do Campo.

Segundo o Dossiê Educação do Campo (2018) a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 2002 teve a participação das principais lideranças camponesas representando os estados do Brasil. Durante a Conferência, pontua-se os grandes desafios que a Educação do Campo teria que enfrentar na implementação de políticas públicas

voltadas a educação do campo e para a reforma agrária. A Conferência também ressalta a necessidade de construir um projeto popular de educação básica no campo para os jovens agricultores, baseado na Pedagogia da Alternância.

O período entre 1998 a 2002 ficou marcado por um forte balanço político e social onde se discutiu os principais problemas educacionais e do trabalho no campo. Nisto, o PRONERA apresenta seu III Seminário Nacional responsável pela escolarização e formação de 122.915 trabalhadores (as) rurais assentados (as). Em novembro de 2002, o I Seminário Nacional “Por uma Educação do Campo” declarou a ampliação de políticas públicas nas áreas camponesas. Uma das medidas pensadas nesta Conferência foi à criação de um projeto para o fortalecimento da agricultura familiar no campo (DOSSIÊ DO CAMPO, 2018).

Dentre as ações e medidas executadas pelo PRONERA, o movimento da Educação do Campo propõe propostas para trabalhar a pedagogia e as atividades agrícolas no campo baseadas nas referências de Paulo Freire, trazendo como foco a liberdade e a autonomia em suas próprias vidas. Sendo assim, o PRONERA (2002) busca:

Propor e viver novos valores culturais: Identificar e resgatar os valores culturais que caracterizam os povos do campo, que consideramos essenciais para o desenvolvimento da cidadania: relação com a natureza, percepção do tempo, valorização da família, experiência da entreatajuda. Compreender as raízes dos povos do campo (valores, moral, tradição, etnias, festas, religiosidade popular, histórias da luta do povo, símbolos, gestos, mística...) e incentivar produções culturais próprias, sensibilizando a sociedade para valorizá-las. Produzir uma proposta de Educação Básica do Campo que respeite a cultura e a identidade do povo do campo (DOSSIÊ DO CAMPO, 2018, p. 146).

Dentre as propostas do PRONERA, estão o reconhecimento das questões culturais do campo e a valorização identitária do lugar. O Programa trabalha na perspectiva de desenvolver projetos voltados para a cidadania camponesa e pelo resgate cultural dos povos que contam suas histórias a partir das experiências de vida que remetem seus valores e crenças, oriundas dos costumes familiares construídas pela diversidade camponesa.

Entre os anos de 2003 a 2006 o processo de escolarização considerou a formação para 247.249 jovens e adultos assentados. Neste período, o Pronera capacitou 1.016 profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias, profissionais que atuaram nas capacidades técnica e ambiental dos assentamentos de Reforma Agrária e Agricultura Familiar. A II Conferência Nacional “Por uma Educação” em 2004 motivou a construção de novas práticas pedagógicas de educação popular na qual mostrou que o PRONERA é uma referência para a Educação do Campo em âmbito nacional (DOSSIÊ DO CAMPO, 2018).

Com a ocorrência do II Fórum Nacional de Educação do Campo em 2008, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, sofre alterações significativa no que diz respeito a Educação do Campo. Essa consolidação rege aos princípios firmados pelas Diretrizes Educacionais nas escolas do Campo e o acesso ao ensino com qualidade e reconhecimento das diversidades camponesas para o desenvolvimento do campo brasileiro. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA através do apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA integram a política de Educação do Campo nos termos do art. 33 da Lei nº 11.947 do ano de 2009. A Educação do Campo em sua essência procura trazer a diversidade para os debates do campo e seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, de raça, classe social e etnia (DOSSIÊ DO CAMPO, 2018).

Segundo Medeiros (2017) em agosto de 2010, os movimentos sociais e sindicais do campo, universidades e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério da Educação – MEC, propuseram a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC para fortalecer a autonomia e a elaboração de propostas de políticas públicas na Educação. A iniciativa proporcionou um conjunto de particularidades específicas do campo para o debate em função de cobrar do governo federal iniciativas e investimentos. Neste sentido, o FONEC critica as desigualdades sociais no campo retratando a necessidade de políticas públicas de Educação no Campo.

No uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI da Constituição tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o Presidente da República decreta:

A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Caldart (2002) propõe a articulação dos movimentos sociais para a amplificação de políticas públicas educacionais com o decreto validado pelo governo federal a partir da pressão e consolidação do FONEC. De acordo com autora, o Fórum foi criado para o desenvolvimento do espaço agrário e a manutenção cultural do campo. Assim como as organizações sindicais e o movimento da Educação do Campo, temos o compromisso de lutar contra as imposições do agronegócio conduzidas pela força da opressão. A Reforma Agrária

e o direito ao trabalho livre sustentável fazem parte do projeto social do povo camponês, assim a relevância da soberania alimentar na educação camponesa.

De acordo com as declarações apresentadas pelo Dossiê da Educação do Campo (2018), em agosto de 2012, o FONEC organiza um Seminário Nacional para discutir sobre as dificuldades de acesso as políticas públicas voltadas para agricultura familiar e para a educação. Durante o Seminário, falou-se também na intervenção do Estado que trabalha na configuração de um projeto dominante. O documento traz considerações para a consistência da Educação do Campo e o despertar para a consciência dos problemas agravantes na educação, principalmente para educação camponesa ameaçada pelo declínio da Educação do Campo (CALDART, 2012).

Nos anos de 2013 e 2014, a Coordenação Nacional do FONEC e o PRONERA apresentam a Oficina de Planejamento para articular com os trabalhadores da educação do campo os projetos e programas sociais, pois estavam parados. Em agosto de 2015, o FONEC realiza o III Seminário Nacional para aprimorar esses projetos com a participação de representantes dos movimentos sociais e sindicais do campo, Centros Familiares de Formação por Alternância, Centros Acadêmicos dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e professores universitários. Entretanto, o Seminário também propôs analisar as necessidades do contexto da Educação do Campo e investigar a atual situação de precariedades agrárias nas regiões. Sendo assim, os fóruns estaduais de educação precisam acompanhar o trabalho com as comunidades camponesas (DOSSIÊ DO CAMPO, 2017).

Segundo o Dossiê do Campo (2018) no ano de 2016, o governo federal sanou uma Medida Provisória - MP n.º 746/2016 que altera alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei que regulamenta o FUNDEB. A nova legislação altera não somente o currículo, mas toda a essência da Educação Básica. As instituições de ensino e pesquisa junto com os educadores da Educação Básica salientaram a situação e o risco que esta medida deve causar futuramente. Diante disso, o FONEC convocou um debate público para discutir os problemas gerados na educação camponesa, retira o direito do trabalhador a elaborar seus próprios projetos educativos de acordo as suas necessidades e seus interesses regionais (DOSSIÊ DO CAMPO, 2017).

Em abril de 2017, a Comissão Pedagógica Nacional do Pronera, enfatizou temas impactantes causados na Educação do Campo e na política social de Reforma Agrária. “O Estado está majoritariamente apropriado para garantir a reprodução do capital. Apesar disso, faz-se necessária a disputa do Estado, na perspectiva de barrar a transformação de direitos

duramente conquistados na luta das classes trabalhadoras, em mercadoria” (MOLINA, 2010, p.145).

Diante dessa conjuntura política nacional instalada no Brasil, a Comissão Pedagógica divulgou publicamente a ação do governo federal permitindo que grandes donos de propriedades privadas interferissem nos projetos da Reforma Agrária logo, beneficiados com a ação governamental. O governo emancipa uma política de dominação do capital nos espaços de produção agrícola. Assim, a Comissão Pedagógica Nacional do Pronera vem caminhando até os dias atuais revendo meios legais pela manutenção dos seus direitos (DOSSIÊ DO CAMPO, 2017).

Em Setembro de 2018, o FONEC organizou um evento comemorando os 20 anos da Educação do Campo e do PRONER, onde tratou de evidenciar a luta e resistência dos trabalhadores do campo contra a repressão do Estado. O evento atraiu centenas de professores, entidades e lideranças políticas, sindicatos, educadores e movimentos sociais. O grande destaque na fala dos participantes foi de reafirmar a continuidade e a formação de novos sujeitos do campo em construir caminhos e preservar a identidade cultural de seus territórios junto com o movimento da Educação do Campo (DOSSIÊ DO CAMPO, 2018) e dessa complementa:

O PRONERA instituiu possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação. A participação se materializa pelo fato de que a indicação das demandas educacionais é feita pelas comunidades das áreas de Reforma Agrária e suas organizações, que, em conjunto com os demais parceiros, decidirão sobre a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos projetos (SANTOS, 2012, p. 336).

Santos (2012) aborda a contribuição do PRONERA nos processos da educação formal do campo de todo o Brasil atendendo as demandas das comunidades na elaboração de projetos com outros parceiros e movimentos sociais. De acordo com Michelotti e Guerra (2012) as ações do PRONERA estão vinculadas com a Educação do Campo, pois trabalham pela legalização dos assentamentos e estimulam a criação de projetos para a Educação Profissional no campo das Ciências Agrárias para os assentados.

A materialização da Educação do Campo e do PRONERA não é voltada apenas para a criação de cursos, mas para novas perspectivas políticas para a Reforma Agrária, onde a educação camponesa tem outra ressignificação: ensinar e aprender a partir do trabalho agrícola

e da cultura agrária. Manifestantes de várias esferas sociais se colocaram contra a decisão (MICHELOTTI; GUERRA, 2012) e assim, Molina (2012) complementa:

Disputar essas fissuras e frações do Estado é trabalhar politizando esses debates. Trazer o sentido da defesa das políticas públicas de Educação do Campo para inseri-las na esfera da legitimidade política, do confronto político da questão do campo e de seu desenvolvimento, como parte indissociável do tipo de desenvolvimento da própria nação brasileira: este tem sido um dos principais papéis desempenhado pelo PRONERA, ao longo dos últimos 13 anos (MOLINA, 2010, p. 146).

As políticas públicas de educação tem sido umas das principais conquistas politizadas nos debates sobre a educação do campo. De acordo a Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária - PNERA, o PRONERA trabalhou diretamente no investimento da alfabetização e escolarização do ensino fundamental, médio e superior por mais 192 mil camponeses nos estados do Brasil. O Programa procura manter e desenvolver uma política pública de viabilidade ao povo das comunidades camponesas, coletivos, dentre estes os movimentos sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo com o apoio do INCRA, Universidades e Institutos Federais (IPEA, 2015).

Em fevereiro de 2020, o atual governo federal publicou o Decreto 10.252/2020 e extinguiu a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania e a Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA responsável pela gestão do Programa. O novo decreto retira a política de educação do campo e inviabiliza a luta e o direito das populações camponesas e rurais construída por mais de 20 anos. Além disso, modifica também a competência dos Institutos Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), transferindo e subordinando a política agrária para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com a carta pública emitida pelo FONEC (2020), os Decretos alteram profundamente as competências do PRONERA. Isso interfere também na destinação de terras para o produtor do campo e na homologação das famílias camponesas para os assentamentos de Reforma Agrária. Segundo o FONEC, outra situação é a dificuldade de normatizar grupos sociais para trabalharem na elaboração de estudos de identificação para a demarcação de terras quilombolas remanescentes.

Diante disso, infelizmente a história do PRONERA construída com muita luta se desfaz em minutos, uma realidade difícil para a coordenação do FONEC e para a Gestão de Programas para a Educação em continuar com a programação de projetos para a população do campo. Neste sentido, as equipes de formação dos Programas questionam “como dialogará

sobre os desafios administrativos dos convênios e projetos em andamento e pela resolução, destinação e execução orçamentária dos convênios e projetos? Que órgão do Governo se responsabilizará pelas centenas de Projetos de educação que jazem nos arquivos do INCRA à espera de alguma resolução”? (FONEC, 2020).

Dessa forma, os manifestantes se colocam contra a decisão do governo em decretar extinção do PRONERA. Essa iniciativa destrói a história de uma política pública de educação construída com muita luta pelos povos do campo, movimentos sociais e educadores do campo resistindo à força e opressão do Estado e da classe ruralista dominante. De acordo com as lideranças sindicais, é lamentável assistir esse episódio depois de 20 anos presenciar o fim de uma das maiores políticas públicas de educação do Brasil, transformou a vida de milhares de jovens, trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Santos (2012) afirma que o PRONERA, durante a sua caminhada pelo desenvolvimento da educação em áreas agrária do Brasil, produziu no âmbito do debate acadêmico, o diálogo com uma nova perspectiva de produção, conhecimento e pesquisa. Apesar do golpe em retirar o Programa da política nacional e impedir de exercer função social para a educação dos povos que vivem no campo, a Educação do Campo junto com outros movimentos sociais continuam resistindo qualquer demanda de opressão governamental.

Sendo assim, vejo o movimento da Educação do Campo incansavelmente trabalhando pelo reconhecimento e valorização dos camponeses, apesar das desigualdades, defendendo o direito dos povos do campo a se inserirem no ensino superior; para assim quebrar o estigma dos sujeitos do campo como apenas objeto de pesquisa, quando são produtores de conhecimentos que, através das experiências, transformam a sua realidade de vida (SANTOS, 2012).

2.3 Educação do Campo: um conceito em constante discussão e desafios

Caldart (2002) apresenta a Educação do Campo enquanto um conceito necessário dentro da educação popular que busca problematizar as questões sociais do campo a partir da luta dos movimentos sociais por políticas públicas. Dessa forma, o reconhecimento dos sujeitos do campo deve ser de acordo as suas especificidades na qual a Educação do Campo caminha para uma discussão ainda prematura, mas com grandes influências nos cenários agrários.

O conceito de Educação do Campo como um termo aparentemente novo, mas devido a sua força e relevância nas comunidades camponesas, a autora procura retratar essa modalidade como prática do conhecimento e experiências da realidade de vida de um povo simples que vivem no campo. Entretanto, o termo “educação do campo”, ao invés de “educação rural”, não é apenas uma mudança na nomenclatura do conceito, mas uma nova concepção de uma realidade, nesse caso, a totalidade do campo. A Educação do Campo é construída com população camponesa e protagonizada com novas estruturas baseada nas experiências e totalidade do campo (SOUZA, 2017).

Nesse sentido, trata-se de uma expressão prática do campesinato formada por organizações coletivas construídas por famílias que vivem do campo. Segundo Caldart (2002) a sua origem conceitual é baseada nas histórias, trabalho e na cultura do povo camponês e assim reafirma: a “Educação do Campo é um conceito de um movimento em construção, porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica” (CALDART, 2002, p.18) e complementa:

foi o campo, sua dinâmica histórica, que produziu a Educação do Campo ou seja, o campo é mesmo o primeiro termo da tríade. E não uma “ideia” de campo, mas o campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos, campo das contradições de classe. Há ainda quem considere que o debate de projeto de desenvolvimento de campo já é Educação do Campo (CALDART, 2002, p. 20).

Nesta perspectiva, o movimento da Educação do Campo atribui, a um projeto de ressignificação social para o desenvolvimento conjunto do campo, uma das propostas conceituais que consolida sua representação no espaço agrário. Segundo Caldart (2002) a Educação do Campo vem demonstrando uma preocupação com os povos do campo contribuindo com a democratização do conhecimento e a ascensão social da população camponesa. Teoricamente, a autora reconhece, a partir da sua análise conceitual, a necessidade de apresentar para o mundo a importância desses sujeitos na sociedade na medida em que novas alternativas de vida são projetadas por esses trabalhadores que se preocupam com as variedades agroecológicas e com o desenvolvimento local de todo espaço agrário do Brasil.

O processo de ensino/aprendizagem do campo não acontece especificamente apenas com as práticas do ambiente escolar, mas em outros espaços de reprodução social construídos pelas comunidades camponesas, como as associações comunitárias, sindicatos, postos de saúde, igrejas, locais de produção, pastagens, roças, áreas de plantio e cultivos agrícolas. A relação harmoniosa entre estes dois conceitos concretiza a conexão entre os sujeitos,

possibilitando, então, a necessidade de consolidar a educação do campo e a educação popular em função de um projeto educativo emancipador que reafirme a existência da população do campo (SOUZA, 2017).

Segundo o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 construído por educadores, lideranças políticas, professores, agricultores e organizadores sociais do campo - fica reconhecido como populações do campo agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos. Assim também como os assentados acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos dentre outros que produzem condições materiais de existência a partir do trabalho do campo ou rural. Esses sujeitos aderem à construção de um projeto social atrelado à Educação do Campo, mantendo suas expressões culturais através dos movimentos para ampliação de políticas públicas educacionais e agrícolas nas comunidades camponesas (DOSSIÊ DO CAMPO, 2018).

Neste contexto, os e as ativistas do campo constroem relações efetivas e de afeto para o bem comum de todos, inclusive para a população da cidade que depende dos alimentos produzidos no campo para sobreviver. A sociedade em geral precisa estar consciente da existência dessas personalidades camponesas e, de alguma forma, direcionar um olhar sensível para a totalidade e realidade do campo (CALDART, 2003). Neste sentido, a ação emancipadora por uma Educação do Campo reporta-se a necessidade de:

Um novo projeto de desenvolvimento para o campo, que vincule respeito ao meio-ambiente com um maior equilíbrio social no sentido da criação de oportunidades de vida e emprego para parcelas maiores da população que habita este espaço, uma perspectiva que há no campo outro modo de vida, de cultura e trabalho, diferente de outros espaços da vida social (OLIVEIRA; DALMAGRO, 2014, p.107).

A Educação do Campo busca acender o equilíbrio entre povos do campo nas questões ambientais e sociais no sentido de criar oportunidade de trabalho e alternativas de vida. Outra condição que assegura a representatividade desse conceito é a manutenção e a construção do conhecimento cultural camponês a partir da educação familiar agrícola e das organizações comunitária coletivas. O povo do campo “semeia seus saberes” no trabalho a partir das atividades voltadas para o plantio, colheita e produção de alimentos, uma pluralidade agrícola erguida pelas comunidades. (OLIVEIRA; DALMAGRO, 2014).

Nesse sentido, a Educação do Campo vem de um movimento social politizado, cuja necessidade é construir um projeto educacional com o próprio sujeito do campo e que agregue

a massa popular e camponesa nesse processo de formação do campo, trata-se de uma interação entre política, trabalho e educação:

a vinculação entre educação e processo produtivo posta pela política educacional expressa o aprofundamento das relações entre escola e trabalho, decorrente das imposições do capital, que determina cada vez mais, o tipo de escola demandada, na qual esbarram os projetos educacionais alternativos; - a luta pela escola e por um projeto popular de educação como decorrência do movimento de organização da classe trabalhadora (ARROYO; KUENZER, 1986, p. 49).

Considerando a concepção de Arroyo e Kuenzer sobre o processo da política educacional nos espaços de produção, entendemos que esta relação entre a escola e o trabalho organizado pelos trabalhadores do campo é uma referência relevante para a construção de um projeto popular significativo para as demandas do campo. Caldart (2010) afirma que é preciso dialogar e questionar as nossas próprias demandas no campo e até mesmo criticar algumas situações irrelevantes. Segundo a autora, caso contrário, dificilmente conseguirá desenvolver um projeto de educação popular que contemple as diversidades campesinas. No entanto, pode correr-se o risco de reproduzir um modelo de educação neoliberal semelhante às demandas do agronegócio.

Caldart (2012) alerta educadores e as lideranças políticas e sociais correrem o risco de reproduzir uma educação pragmática, instrumentalizadora capaz de deliberar serviços de desenvolvimento mercantilistas que segregam o campo com as demandas ruralistas tecnicistas e do interesse econômico do agronegócio e das organizações empresarias que “atravessam” as comunidades. Caldart (2012) afirma que o conceito da Educação do Campo pode confundir ou influenciar formadores, educadores e representantes sociais do campo a “cair numa armadilha” da visão neoliberalista para uma “educação rural” (VERGUTZ; CAVALCANTE, 2014, p.380).

Para Souza (2017), a educação rural é uma proposta elaborada do meio urbano, cujo objetivo é urbanizar a ruralidade e tornar esse espaço dependente de um projeto dominante de educação com representações específicas da cidade. Dessa forma, desconsidera o calendário da cultura rural colocando em evidência o meio como atrasado ou estereotipado como rústico e selvagem. A educação camponesa segue um caminho diferente, valoriza os saberes coletivos e os sujeitos do campo, respeita e reconhece as suas diferenças e individualidades. Assim complementa:

A Educação do Campo se contrapõe até ao termo educação rural porque contradiz a visão dos trabalhadores/ povos do campo como atrasados, incultos, inconscientes, sem saberes, valores, culturas, identidades próprias. Sem educação. Afirmar a educação do e no campo é uma opção política radical: no campo há processos educativos, culturais, há sujeitos produtores de saberes, valores, culturas, identidades. Há pedagogias do e no campo (ARROYO, 2018, p. 14).

De acordo com o autor, esta concepção idealizada pela educação rural desqualifica o trabalhador rural e constrange o trabalhador do campo com insinuações negativas. O campo constrói relações harmoniosas e procura organizar com as famílias e comunidades a forma mais simples e natural para viver. A construção de um projeto social e educacional é justamente para o enfrentamento do combate ao preconceito e a desigualdade no campo, mas também para reafirmar a luta pela reforma agrária que defende uma educação emancipadora fundada com formação política para a potencialização econômica do campo.

A educação camponesa diverge da educação rural em vários aspectos “enquanto a Educação Rural é um projeto externo ao campesinato, a Educação do Campo nasce das experiências camponesas de resistência em seus territórios” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.41). Sendo assim, a educação rural é elaborada com características urbanas para o meio rural, não leva em consideração o conhecimento e suas experiências de vida.

Neste sentido, o projeto de educação no campo é produzido pelo próprio camponês junto com escola e outras instituições de ensino. A cultura e os saberes populares são aproveitados assim como a diversidade que caracteriza a formação e a realidade de vida de cada trabalhador do campo, respeitando também as suas necessidades (SOUZA, 2017). A Educação do Campo não se enquadra em rótulos de opressão e dominação dos sujeitos, mas na liberdade de expressar o trabalho livre, a educação transformadora através da cultura local que representa a sua identidade.

A Educação do Campo tem o compromisso de defender a vida e os desejos do sujeito do campo contra os domínios elitista. Um dos princípios das diretrizes da Educação do Campo é valorizar o desenvolvimento humano e o seu reconhecimento enquanto indivíduo. Assim Arroyo (2018) complementa:

A diversidade de documentos sobre as lutas dos oprimidos dos campos por libertação destaca a consciência de dar centralidade a esses brutais processos de desumanização sofridos-impostos aos povos do campo. A própria identidade de sem-terra, trabalhadores sem-terra revela a consciência dos processos históricos de roubar-lhes sua identidade de raiz — trabalhadores, na terra, construindo suas identidades sociais, culturais, políticas, humanas

na terra-trabalho como as matrizes mais determinantes da formação humana (ARROYO, 2018, p. 18)

Neste sentido, as questões apresentadas por Arroyo (2018), destaca a desumanização com os povos camponeses operacionalizados pelos latifundiários da classe dominante. Mas, apesar desses ataques a cultura e a resistência camponesa, os trabalhadores do campo analisam o contexto histórico das condições de trabalho, despertando o desejo de conscientizar de “roubar-lhes suas identidades”, como defende o autor no processo de formação humana.

Arroyo (2012) discute a necessidade de reafirmar a participação do sujeito do campo envolvido no processo de produção agrícola, educação no requisito ensino aprendizagem. Esses elementos colaboram na construção da identidade que caracterizam a vida no campo e as suas especificidades. A Educação do Campo caminha para o fortalecimento e a manutenção da diversidade camponesa nos espaços de reprodução e formação humana e contra as desigualdades do campo. Entretanto, o autor procura dar importância e centralizar a diversidade no projeto de educação e a participação popular necessário para o desenvolvimento do campo. Assim, reafirma:

Por que dar atenção e centralidade à diversidade na construção de um projeto de Educação do Campo? Porque as lutas pela construção da Educação do Campo carregam as marcas históricas da diversidade de sujeitos coletivos, de movimentos sociais que se encontram nas lutas por outra educação em outro projeto de campo e de sociedade. Reconhecer essa diversidade enriquece o projeto de Educação do Campo (ARROYO, 2012, p. 231).

Para o autor, a Educação do Campo reconhece os povos do campo aquele que representa a cultura orgânica camponesa assim como homens e mulheres que vivem no campo, indígenas, sem terras, boias frias, pescadores, quilombolas, agricultores familiares, assentados, ribeirinhas. Para além desses sujeitos, a diversidade do campo é representada também por sindicalistas, líderes comunitários de coletivos e organizações sociais; professores do campo, representantes do Movimento dos Sem Terras (MST), educadores, representantes das escolas e universidades; representantes de sindicatos, associações e cooperativas do campo; representantes do Movimento Das Águas, comunidade LGBTQI+ do (MST) e juventude camponesa (ARROYO, 2012).

Dentre estes grupos de personalidades que caracteriza o campo, os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias apesar de não fazerem parte desse processo de formação, contribuem com a diversidade, na vida e na saúde da população do campo, auxiliando as famílias e a comunidade sobre as questões física e psíquica do trabalhador do

campo. Neste atual momento de Pandemia causada pelo Covid19, à responsabilidade dos trabalhadores da saúde no campo aumentaram muito em prestar serviços a população do campo, pois esses agentes estão trabalhando e dando total apoio às famílias, muitas estão sofrendo grandes impactos causado pela pandemia.

A diversidade representa a conformação da educação do campo, cuja função é estruturar os coletivos, pois muitas de suas atividades são inferiorizadas pela desigualdade. “A inferiorização do trabalho no campo tem sido reforçados nos mesmos processos de inferiorização e segregação de outras diferenças” (ARROYO, 2012, p. 232). Esse é um dos fatos abordados: que a Educação do Campo tem o compromisso de reconhecer a diversidade e apontar como necessária umas das bases sociais do campo. Nesta perspectiva Arroyo (2018) ressalta:

Vamos trabalhar isso com cuidado porque essa diversidade e porque o campo é muito diverso. Pessoas com origem de formação tão diversa nos encontraram em um campo que não é comum. Aí é que está à riqueza, me parece. É o campo que vai nos dar a identidade (ARROYO, 2018, p. 217).

Arroyo (2017) analisa o campo, a terra, a produção, a diversidade dos sujeitos do campo, os seus pertencimentos étnicos, raciais como elementos existentes desde muito tempo. O território é o próprio campo, é um objeto de pesquisa da realidade campesina. Desta forma, a formação dos sujeitos humanos na sua totalidade busca uma concepção ampla de educação, relacionada com o trabalho, com os meios de produção agrícola, especificamente com a cultura do campo.

Os meios de produção produzidos no campo, segundo Arroyo (2002), fazem parte da diversidade popular e do trabalho agrícola familiar engajado nos territórios de identidade. Nesse sentido, a diversidade do campo busca na educação formas e maneiras de agregar valor à produção local contra o projeto de educação capitalista. A Educação do Campo, ao se contrapor à lógica da educação rural, alerta sobre os sérios problemas que, historicamente, a estrutura mercantilista do agronegócio vem gerando, a exemplo do desemprego rural, devido à ampliação de máquinas agrícolas substituindo a atividade humana para a agroindústria. Nesse sentido, Vergutz; Cavalcante (2014) reforça a ideia da cultura campesina voltada para a construção de um projeto agrícola e educacional no campo:

Ao trabalharmos com a concepção de Educação do Campo estamos reforçando o contraponto à concepção de educação rural, fortalecedora do latifúndio/agronegócio e da lógica de produção baseada numa agricultura de

monocultivos com ênfase na mecanização, no uso cada vez maior de fertilizantes químicos sintéticos e de agrotóxicos. A Educação do Campo trabalha na perspectiva dos sujeitos coletivos desafiando as relações pedagógicas a dialogar com os processos sociais, políticos, econômicos, culturais formadores e transformadores destes homens, destas mulheres e de seu meio (VERGUTZ; CAVALCANTE, 2014, p. 380).

Assim, a educação camponesa busca apresentar no e para a diversidade do campo uma relação coletiva construída de aspectos culturais, sociais e políticos com uma educação dialogada capaz de transformar a vida de homens e mulheres, jovens, crianças, idosos e adolescentes do campo (VERGUTZ; CAVALCANTE, 2014). Oliveira e Dalmagro (2014) ressaltam que, apesar de fragilizada diante da atual situação política e articulação oligárquica reagindo negativamente no cenário agrário do país, a Educação do Campo propõe a transformação social, a valorização e o reconhecimento da classe trabalhadora nos espaços identitário de produção agrícola familiar. O projeto de educação camponesa e popular é a oportunidade de realizar uma transformação profunda que supere os massacres do governo e as difíceis condições de vida em que se encontra atualmente a população do campo. Esta é uma das razões colocadas para o fortalecimento da Agricultura familiar, e reconhecer que a cultura e a identidade do lugar são representações oriundas do campo relacionado com o trabalho familiar.

As diversidades camponesas são caracterizadas pelas relações sociais construídas nas comunidades que vivem também da agricultura familiar. Entretanto, a agricultura familiar é evidenciada pelos produtores como uma possibilidade de desenvolvimento local no sentido de valorizar o processo de produção agrícola a partir do trabalho. Assim, o setor econômico das localidades agrícola familiar vem demonstrando uma experiência positiva e necessária para a rentabilidade dos produtores. É nesta perspectiva que os agricultores vêm agregando os saberes do trabalho e as construções familiares junto com a Educação do Campo.

3 AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E OS SABERES NO TRABALHO DA MANDIOCULTURA

A ideia de que o espaço rural se desenvolve apenas com a agroindústria na perspectiva da geração de emprego e renda, não condiz com a realidade do trabalhador rural ou do campo. O processo de industrialização rural fornecido por máquinas, tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas aumenta a produção e o lucro dos grandes proprietários do agronegócio, enquanto o trabalhador rural não tem participação nos bens financeiros (SANTOS; BARBOSA; KUSTNER, 2016).

Segundo informações do Censo de 2017, houve um aumento entre os anos de 2006 e 2017 agrotóxicos como mostra os dados do Censo. Foram mais de 20,46% no total de estabelecimentos que utilizam o produto químico tanto no solo quanto nas plantações. Nesse sentido, o número teve um avanço de quase 1,4 milhão em 2006 (IBGE, 2020).

Esta é uma das razões colocadas para o fortalecimento da Agricultura familiar para a produção de alimentos orgânicos e saudáveis para a população, isto é uma forte característica ambiental e cultural da agricultura familiar que reconhece a identidade do lugar, representações oriundas do campo relacionado com o trabalho familiar. Nesse sentido, “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares [...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” (WANDERLEY, 1996, p.02).

Segundo a definição atual do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar tem dinâmicas formas e características diferentes da agricultura não familiar, trata de uma propriedade compartilhada entre os membros familiares, e a atividades realizadas é a principal fonte de renda para garantir o sustento da família.

Os trabalhadores da agricultura familiar criam alternativas rentáveis para a geração de emprego e renda para toda família e agregados. Além disso, valoriza a cultura da produção local e regional de alimentos fornecido para toda a população brasileira. A base da agricultura familiar reduz o êxodo rural e a evasão do campo quando a fonte dos recursos agrícola é conduzindo com compromisso pelas famílias (BRASIL, 2006). Para o INCRA (2000), a agricultura familiar é direcionada para as atividades do trabalho estabelecido no campo exercido pelo produtor. Esse trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Bianchini (2000) complementa que é preciso tratar o conceito de agricultura familiar com a construção de saberes ecológicos, agrônômicos, econômicos e sociais que nos possibilita de forma

coletiva desenvolver formas sustentáveis de exploração da natureza para uma possível reprodução social das comunidades locais.

Em uma unidade familiar todos se organizam para realizar as atividades no trabalho, caso tenha necessidade, as famílias agricultoras promovem uma reorganização no trabalho usando a criatividade e os conhecimentos técnicos do campo para aperfeiçoar o processo de produção. Vale destacar também, que o trabalhador do campo depende de outros consumos para viver, vendem seus produtos para comprar outros utensílios para a família (SANTANA, 2016).

Wanderley e Veiga (1995) ressaltam o modelo de gerenciamento familiar na produção. Algumas comunidades agrícolas seguem a tradição patriarcal onde os demais membros da família devem seguir as orientações dos mais velhos, um compromisso de responsabilidade e dedicação com a produção agrícola familiar. O camponês tradicional vinculado a uma unidade familiar como base a organização social no trabalho com a terra busca atrair para seu convívio familiar um o modo de vida simples e produtivo nas pequenas comunidades camponesas (ABRAMOVAY, 1998). Essa interação entre o cultivo e a relação humana fortalece a agricultura familiar nos espaços de produção.

Todavia, as famílias agricultoras têm o compromisso de valorizar o trabalho do campo dentre outras atividades agrícolas realizadas também pela comunidade. “O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo de satisfazer as necessidades familiares e estas não se confundem com as necessidades de uma empresa capitalista; o trabalho é valorizado distante deste outro objetivo” (ABRAMOVAY, 1998, p. 61).

De acordo com Paulino (2003), o campo é estruturado pelas familiares que vivem nas pequenas propriedades. Os agricultores produzem alimentos e apresentam os saberes e o conhecimento da terra para seus para os filhos dar continuidade ao trabalho. Quando há necessidade de ampliar a produção, outros membros da família ou vizinhos da comunidade são chamados para ajudar na produção. Segundo Andrade (2015), as relações familiares são características tradicionais importantes para a reprodução social familiar na realização das tarefas da cultura camponesa. A participação dos filhos é fundamental no processo de produção agrícola familiar, fortalece a força de trabalho e, conseqüentemente, poderá os próprios filhos assumir a responsabilidade de gerir a pequena propriedade no futuro.

A pequena produção agrícola familiar passa nesse momento a se reproduzir e a se adaptar, num contexto socioeconômico próprio do sistema capitalista, que a leva a realizar modificações no seu jeito de produzir e no seu jeito de viver. Mas, estas mudanças não caracterizam um abandono total, ou uma

ruptura generalizada e definitiva com a forma anterior de produção. Embora haja a necessidade de adaptar-se às novas exigências da sociedade moderna, este pequeno agricultor familiar ainda traz consigo e mantém certas tradições e costumes da cultura camponesa, herdada dos seus antepassados (STOFEEL, 2004, p. 45).

Investir na agricultura familiar do campo é potencializar o desenvolvimento local e o trabalho agrícola das comunidades. Ao contrário disso, o que assusta e preocupa os produtores é a supremacia e a invisibilidade de políticas públicas para o campo ou a apropriação da produção capitalista que ameaça a produção local organizada pelas famílias agrícolas e construídas pelo povo do campo (SCHNEIDER, 2003).

Diante disso, é necessário trazer para a discussão alguns dados recorrentes de alguns anos atrás para mostrar a importância das políticas públicas agrícolas e educacionais para o campo. As políticas públicas agrícolas representam “o desenvolvimento territorial apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região” (ABROMAVAY, 2003, p. 94).

Abromavay (1998) relata que as políticas agrícolas valorizam e potencializam o campo com o desenvolvimento da agricultura familiar com o movimento das questões agrárias necessárias para identidade cultural e a consolidação dos produtos do campo para uma perspectiva ecológica. Neste sentido, “o seguimento desse processo da agricultura familiar representa a maioria da população camponesa e contribui para a geração de emprego e renda, além da produção de alimentos para o consumo interno” (VELOSO, 2013, p.28).

De acordo com o censo agropecuário realizado em 2006, o Brasil tinha 4.551.967 estabelecimentos em 106.761.753 hectares ocupados pela agricultura familiar. Com a ampliação das experiências camponesas, a Educação do campo vem promovendo e mobilizando atividades agrícolas com a população do campo nas regiões do Brasil (IBGE, 2006). Essas ações se ampliavam bem mais com o PRONERA que assegurava a dignidade de trabalho e educação aos sujeitos do campo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), 70% dos estabelecimentos agrícolas no país correspondem à agricultura familiar responsável por 75% na produção de alimentos. Assim, gera emprego para mais de 80% da força de trabalho ocupada no campo, Wanderley (2001). Entretanto, durante a década de 1990, cresce o interesse pela agricultura familiar no Brasil, seu crescimento é registrado na materialização de políticas públicas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e com a influência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (PRETTO, 2005).

De acordo com Santos (2016) a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, da Resolução FNDE nº 38 do mesmo ano, permitiu que as escolas das redes públicas de educação passassem a utilizar produtos da Agricultura Familiar nas refeições dos estudantes do campo. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação designa 30% do valor enviado para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, (SANTOS 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizou uma pesquisa apontando que anos de 2017, 2018 e 2019, 36,7% da população encontrava-se em insegurança alimentar e 4,6%, em situação de fome. Em 2020, mais da metade da população brasileira (116,8 milhões) estavam sofrendo com a insegurança alimentar como aponta a pesquisa apresentada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, na qual essa realidade se repete atualmente. A remuneração para o pequeno produtor no cultivo de alimento tem sido pouco atrativa e a renda da população em geral despencou mesmo a agricultura familiar contribuindo com 86% dos alimentos para garantir a sobrevivência da população brasileira. Segundo os pesquisadores econômicos, a única forma para amenizar a situação da fome no Brasil é desenvolver projetos de revitalização voltados para políticas públicas e o incentivo a renda e o trabalho de pequenos agricultores (PENSSAN, 2021).

Segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE (2010), o Banco do Nordeste apresentou um relatório técnico apontando a maior participação de agricultores familiares envolvidos nos programas agrícolas a partir dos anos 2000. Entretanto, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA analisou-se também o perfil socioeconômico desses agricultores, coletando informações e dados para contribuir nas potencialidades da Agricultura Familiar brasileira (PINTO, 2014). Assim, pode-se concluir que:

O Nordeste detém a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do País (2.187.295) e 35,3% da área total deles (28,3 milhões de hectares), segundo a Lei da Agricultura Familiar. Dentro da Região, estes representam 89% do total de estabelecimentos e 37% da área. Cinco dos dez maiores estados brasileiros em termos de número de estabelecimentos de agricultura familiar, segundo a Lei de 2006, são nordestinos, com destaque para Bahia, em primeiro lugar, com 665.831 (ou 15,2% do total nacional) e o Ceará, em quarto (341.510 ou 7,8% do total). Pernambuco, Maranhão e Piauí estão em sexto, sétimo e oitavo lugares, respectivamente (ETENE, 2010, p. 04).

Nesta análise, observa-se um grande crescimento na agricultura familiar nordestina tendo o estado da Bahia líder na maior concentração da produção agrícola familiar. Isso

significa que o campo é capaz de produzir consideravelmente representando a ideia da soberania alimentar. Diante disso, percebemos a necessidade de investir tecnicamente nas atividades do campo sem desprezar a cultura e a identidade agrícola do lugar.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2014) do Nordeste brasileiro, 89% dos estabelecimentos são da agricultura familiar sendo que, a Bahia é o estado com maior número de estabelecimentos familiares de todo o país com 15, 2% do total. Segundo o IBGE (2015) houve uma forte recuperação da atividade agrícola no semiárido nordestino entre o ano de 2014 e 2015. No entanto, possivelmente, este foi um momento em que a agricultura familiar nordestina teve um bom crescimento, devido o investimento do governo federal em políticas públicas agrícolas nas áreas agrárias dos municípios brasileiros.

No início do ano de 2016, o governo continuou assegurando a população do campo e rural investindo na agricultura. Para isso, precisou sinalizar o crédito rural favorável para operacionalizar empréstimos com o Banco do Nordeste, desenvolvendo parcerias para o agricultor familiar empreender na produção. Entretanto, Programas agrícolas como o Agroamigo e Crediamigo são referenciados como créditos que maximizam ações para o processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, acelerando a produção que contribui com a renda das famílias do campo (MDA, 2016).

Entretanto, esses financiamentos são voltados para a agricultura familiar e criados através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, os produtores familiares utilizam esses créditos para a manutenção e a criação de novos cultivos agrícolas nas suas pequenas propriedades. No entanto, esses financiamentos têm uma grande importância para o desenvolvimento econômico local, regional e nacional para a cultura agrícola familiar que por sua vez, é a base alimentícia responsável pela sustentação do país (MDA, 2015/2016).

A agricultura familiar se estrutura como uma nova categoria demonstrando capacidade de obter crédito com as instituições financeiras. Com isso, busca o aprimoramento do processo produtivo atendendo as demandas alimentares para o mercado interno como principal fonte de subsistência (WANDERLEY, 2003). Neste sentido, as políticas públicas proporcionam um melhor aproveitamento dos recursos e um maior rendimento no orçamento familiar, qualidade de vida da população rural e do campo, e também, fornecimento de alimentos para a população da cidade (SANTOS, 2016).

Wanderley (1996) e Caldart (2003) apresentam características essenciais para a manutenção do campo atribuídas às novas práticas de atividades familiares no trabalho por meio da transformação e organização agrícola. Schneider (2003) afirma que os agricultores

têm capacidade de enfrentar desafios e superar crises no campo, através de alternativas rentáveis desenvolvidas nos processos de produção, e ainda manter a cultura agrícola das comunidades.

Apesar dessas técnicas modernas se expandirem no processo produtivo alterando as atividades do campo, o agricultor da pequena propriedade familiar não despreza as suas formas antigas e tradicionais de manejar a terra para o plantio e a maneira de como cultivar seus produtos. Isso caracteriza no trabalho a identidade do lugar quando retrata a valorização cultural em suas atividades (WEISHEIMER, 2009).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar diminuiu no país numa redução de 9,5% contingente de 2,2 milhões de trabalhadores em relação ao Censo, realizado em 2006. Enquanto isso, a agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho direto ou indiretamente. Segundo a Lei 11.326, classifica-se como agricultura familiar um uma pequena propriedade cuja atividade é demarcada pela metade da força de trabalho familiar.

A Lei regulamenta o tipo de atividade agrícola deve representar no mínimo metade da renda familiar e a contagem de estabelecimentos considerados familiar em 4,6 milhões de estabelecimentos do pequeno produtor apenas 3,9 milhões atenderam a todos os critérios da agricultura familiar em 2017. Mesmo assim, a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, comparados com as grandes propriedades responsáveis pela produção de commodities agrícolas de exportação a exemplo da soja e milho (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

A questão agrária está relacionada diretamente com as bases da agricultura familiar, que defende a ruptura das formas capitalistas de produção que altera a vida no campo, os processos produtivos e a incentiva a expansão da lógica capitalista no campo e no meio rural. A concepção de educação pensada pelo Estado para aqueles que vivem no meio rural, é denominada de Educação do Campo, uma ideia equivocada que tem o intuito de qualificar mão-de-obra para reestruturação dos modos produtivos do meio rural para as demandas do mercado capitalista. Outra ideia é menosprezar o projeto da reforma agrária que, provavelmente, não virá por parte do próprio Estado, mas dos povos do campo (OLIVEIRA; DALMAGRO, 2014).

Oliveira e Dalmagro (2014) ressaltam que apesar de fragilizada diante da atual situação política e articulação oligárquica reagindo negativamente no cenário agrário do país, a Educação do Campo propõe a transformação social, a valorização e o reconhecimento da classe trabalhadora nos espaços de produção agrícola familiar. O projeto de educação

campesina e popular é a oportunidade de realizar uma transformação profunda que supere os massacres do governo e as difíceis condições de vida em que se encontra atualmente a população do campo.

Os estudos agrários têm sido uma referência de grande importância para a contextualização social e econômica da produção agrícola. O espaço rural vem se transformando e se dinamizando para atender as necessidades desses agricultores. Entretanto a agricultura familiar tornou-se uma das iniciativas emergentes para o campo, responsável em contribuir com a renda e com o desenvolvimento local, ao formar parte dos 80% da alimentação consumida no Brasil (WANDERLEY, 2001). São muitos os embates enfrentados pelos trabalhadores do campo na luta pelo fortalecimento da agricultura familiar brasileira que apesar dos desafios, caminham coerentes com a produção agrícola nas suas comunidades.

Para manter a cultura da produção local, regional e até nacional, os agricultores familiares do campo precisam de incentivo e investimentos técnicos para continuar com o trabalho e contra as demandas “agressivas” do agronegócio. O Nordeste, por exemplo, é uma das regiões brasileiras que mais representa a agricultura familiar responsável pelo crescimento produtivo da região e considerado um espaço de grande empreendimento da mandiocultura, especialmente na região do Recôncavo baiano. A produção de derivados da mandioca é fornecida por produtores familiares, cooperativas e organizações associadas ao trabalho agrícola familiar (SANTANA, 2021).

O trabalho realizado pelas pessoas que vivem no campo assume o comando de exercer as atividades de acordo suas necessidades “é, portanto, a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social” (ANTUNES, 2009 p. 141). Segundo o autor, o trabalho organizado amplia e capacita o trabalhador para as tarefas, facilita o aprimoramento das técnicas e a redução de tempo e custos durante as atividades do trabalho. Marx (1985) enfatiza o trabalho como essência do homem, uma relação típica e direta com a natureza:

é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985 p. 153).

O trabalho e a atividade humana são materializados pelo valor de uso cujo objetivo é satisfazer suas necessidades a partir da apropriação da natureza, a emancipação do trabalho um elemento fundamental para a transformação da sociedade. Os objetos, os modos de

produção e toda a matéria prima são processados pela mão de obra humana, através de instrumentos que qualificam as condições dos mais variados tipos de atividades. Configuram-se em diferentes estágios de elaboração de os recursos e os instrumentos de trabalho são aperfeiçoados de acordo as necessidades do homem e dos espaços de produção (MARX, 1985). Implica, pois, numa ação educativa, como ressalta Frigotto (2005):

O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas de vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. Estes, na expressão de Gramsci, “podem ser considerados mamíferos de luxo – seres de outra espécie que acham natural explorar outros seres humanos” (FRIGOTTO, 2005: p. 60).

Frigotto (2005) apresenta o conceito de trabalho educativo como uma necessidade do saber e da criatividade nos espaços de produção e reprodução social. De acordo com Brandão (2009), a maior aventura humana reside na aprendizagem do saber popular. O saber coletivo é importante para o desenvolvimento humano, os saberes e significados, “não se trata de entender questões de “ordem econômica” ou de “ordem cultural”, mas de apreender as relações econômico-culturais que tecem os fios da produção da existência humana, no intercâmbio com outros seres da natureza” (TIRIBA; ALVES, 2009 p. 140).

Esses saberes ficam à espera de crítica e formalização, como um direito a ser conquistado. Para sujeitos comprometidos com iniciativas de trabalho associado, trata-se da identificação, reconhecimento, análise, crítica e legitimação de saberes e experiências produzidos em atividades progressas de trabalho (TIRIBA e FISCHER, 2009, p. 4).

Esta é uma pedagogia que associa o conhecimento com os saberes do trabalho voltados para o fortalecimento de atividades econômicas contribuindo também para a formação humana e a emancipação da classe trabalhadora nos espaços de produção. Neste contexto podemos perceber que os trabalhadores do campo, têm o desafio de articular suas experiências com as atividades agrícolas realizadas. Esse processo caracteriza a socialização também educativa do sujeito com a sociedade (TIRIBA, 2004).

Nesse sentido, Caldart (2002) chama atenção para as possibilidades de transformação social e a necessidade de mudar as atividades do trabalho através da força política camponesa, é o trabalho cumprindo sua função social seguido de uma organização estruturada em conjunto

com a sociedade. Neste contexto, Guerra (1993) ressalta que as comunidades tradicionais valorizam a importância do trabalho coletivo e os modos de produção necessários para o desenvolvimento local, assim os trabalhadores e trabalhadoras familiares do campo promovem alternativas de vida rentáveis a partir do trabalho organizado e articulado com a própria sociedade. Todo isto constitui os saberes do trabalho, que:

remete à análise das relações históricas entre trabalho e educação e, especificamente, entre trabalho e produção de saberes. Por meio do trabalho, objetivam as coisas da natureza e lhe conferem humanidade, humanizando-se com as criações e representações que produzem sobre o mundo. Trabalham de acordo com determinada cultura e, ao trabalhar, produzem cultura. Assim como o trabalho, as relações entre trabalho, educação e produção de saberes ganham diferentes configurações ao longo da história da humanidade (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 1).

O trabalho associado pelos trabalhadores do campo promove o desafio de articular os saberes e as experiências de vida adquiridas anteriormente construindo relações sociais. A produção do conhecimento se dá através das práticas cotidianas realizadas a partir do trabalho associado com as mediações políticas e pedagógicas realizadas entre os sujeitos, como complementam Tiriba e Fischer (2009). De acordo com as autoras, é preciso reconhecer que aprendemos sempre com o outro e entender que a construção do saber se constitui com a praticidade do trabalho. O trabalhador camponês estabelece fortes relações com a natureza e a comunidade, mas necessariamente precisa fazer adquirir outros saberes, nos quais o mundo exige:

Conhecimentos amplos, entre outros, sobre as plantas cultivadas e os animais silvestres criados; saberes sobre produção, proteção, conservação, transformação e armazenagem; sobre usos que incluem a gastronomia [...]; sobre o clima, o vento, a temperatura, a chuva, a seca, a geada; sobre as estações do ano e o ciclo lunar; sobre fertilizantes, ferramentas e máquinas de trabalho; sobre construção; e sobre produção artesanal, roupas, calçados, adornos (TARDIN, 2012, p. 180).

Neste sentido, significa que temos que preservar a tradição e os saberes do trabalho que são executados nas comunidades, mas também informados e atentos a outros conhecimentos necessários e importantes para o desenvolvimento local. A construção de um projeto coletivo constituído por homens e mulheres trabalhadores do campo é exemplo de uma organização comunitária que luta contra as classes dominantes que controlam a cultura e a força de trabalho agrícola familiar, como ressalta (TADIN, 2012).

As experiências de vida da “escola do trabalho” possibilitam também novos aprendizados referentes aos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos na sociedade. A reprodução social é uma característica marcante das comunidades, quando se esforçam em continuar com a produção familiar e o trabalho associado é instituído no próprio contexto da formação social capitalista (TIRIBA e FISCHER, 2009).

Rose (2007) traz uma reflexão acerca do saber do trabalho e os modos de produção auxiliada pela inteligência dos trabalhadores. Suas referências contribuem para que possamos fazer uma análise crítica do mundo do trabalho realizado. Os saberes do trabalho são observados a partir de um olhar justo e necessário que envolva educação e processo do ensino profissionalizante vinculado ao sistema capitalista, processo de execução do trabalho e aprendizagem. O autor chama atenção sobre a realização das atividades mais comuns e significantes nos espaços de produção econômica e reprodução social e intensifica o discurso sobre a inteligência e a criatividade do trabalhador a partir das aprendizagens humanas. Nesse sentido, explica:

reafirmam preconceitos muito antigos sobre determinadas ocupações e fazem com que deixemos de observar muitas coisas no trabalho diário: os processos mentais que possibilitam serviços; a estética do trabalho físico; a complexa interação do social e do mecânico; a coreografia da mão, dos olhos, dos ouvidos, do cérebro; a presença indispensável, em sua execução, da abstração, do planejamento e da resolução de problemas (ROSE, 2007, p. 31).

O conceito de trabalho induz também uma discussão enfática em que pesquisadores, trabalhadores do campo e da cidade buscam aprofundar o conceito de trabalho concreto como uma necessidade de urgência nos espaços de produção. Nesse contexto, o trabalho simples realizado também é um adjetivo e um valor simbólico dentro dos saberes populares e profissionais. O saber “não qualificado” é resultado de uma organização no trabalho e vislumbrado pela capacidade e inteligência desse trabalhador (ROSE, 2007).

Analisaremos como o trabalho dos agricultores familiares no Recôncavo baiano foi se desenvolvendo em torno à mandiocultura em função das necessidades e envolvendo processos educativos e novos saberes; é um exemplo específico de trabalho “não qualificado” como aponta Rose (2007). Atualmente, Boa Vista, desenvolve seus saberes a partir do trabalho realizado com a fabricação do beiju, elemento cultural mais comercializado e consumido pela comunidade e região.

3.1 O trabalho da mandiocultura na Bahia

No Brasil, a mandiocultura é considerada umas das principais fontes alimentícias na mesa de milhares de pessoas e alternativa rentável para muitos agricultores familiares. A mandioca, antes mesmo do processo da colonização, já tinha sido cultivada pelos povos indígenas na produção de derivados para alimentar suas famílias.

[...] os mantimentos, de que se sustentam os moradores do Brasil, brancos, índios e escravos de Guiné, são diversos, uns sumamente bons, e outros não tanto; dos quais os principais e melhores são três, e destes ocupa o primeiro lugar a mandioca, que é a raiz de um pau, que se planta de estaca, o qual, em tempo de um ano, está em perfeição de se poder comer, e, por este mantimento se fazer de raiz de pau, lhe chamam em Portugal farinha de pau. (BRANDÃO, 1930, p. 164).

Esse alimento proporcionou aos povos do Brasil o prazer de fazer parte das refeições e alimentar grande parte da população. Cardoso (2009) salienta que a mandioca e seus derivados continuam sendo uma das fontes alimentícias mais importantes para os consumidores, sendo um dos principais alimentos mais procurados por todas as classes sociais do Brasil.

Santos (2013) afirma que a decadência econômica do ciclo do açúcar fez expandir o plantio da mandioca se tornando uma das culturas mais influente e no Brasil. A partir do século XVIII a colônia, de forma hegemônica, passou a produzir outros elementos para a serem comercializados junto com a mandioca. Neste período os negros africanos ainda eram escravizados nas fazendas de cana de açúcar, algodão, café, dentre outros ciclos agrícolas, e passaram a se envolver com o cultivo da mandioca. (BARICKMAN, 2003).

Entretanto, a mandioca tornou-se uma cultura histórica nacional manuseada dentro dos padrões tradicionais de produção e valor econômicos para os colonizadores. Quando esses produtos eram vendidos para comerciantes estrangeiros, o cuidado com a produção era ainda bem maior e os lucros contabilizados diretamente para os bolsos dos grandes latifundiários. Neste período histórico, homens negros e mulheres negras, trabalhadores na condição de escravos, lidavam com a mandioca, fabricava farinha, beiju, tapioca e serviam os alimentos para os donos da casa grande. Quando fugiam das fazendas, os negros levavam consigo as aprendizagens sobre a mandiocultura que fizeram dos quilombos grandes produtores de mandioca, uma cultura herdada dos povos indígenas que já tinham a agricultura, uma alternativa de vida e a construção cultural familiar em suas comunidades (SANTOS, 2013).

Segundo Guimarães (2016), a mandioca enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil permite reconhecer que é um dos avanços mais influentes da Constituição brasileira de 1988, fato que influenciou na democratização do pluralismo agrícola constitucional e o reconhecimento da diversidade cultural étnica do povo brasileiro nas diferentes referências identitária. Os indígenas foram um dos primeiros povos a dinamizar a diversidade cultural da mandioca, uma característica marcante na história do trabalho agrícola familiar que tinham a necessidade de consumir os derivados da mandioca. Com suas práticas, eles exerceram “o saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho” (TIRIBA; FISCHER, 2008, p. 1).

Guimarães (2016) ressalta que as características culturais da mandiocultura nas regiões do Brasil estão associadas à agricultura familiar e durante a história, se tornaram marcantes pelos trabalhadores do campo. Assim, os produtores mantem a sustentabilidade do cultivo da mandioca dentre outras policulturas agrícolas na Bahia, construída pela tradição indígena em seguida por outros camponeses:

O povo Pataxó, no Extremo-Sul da Bahia, por exemplo, prefere a farinha kwiuna, que é um tipo de farinha mista, feita a partir da mistura da massa fermentada (puba) com a massa crua da mandioca brava. Essa farinha tem um sabor azedo e sua granulação é bem maior se comparada com as farinhas produzidas por produtores não índios na Bahia, a exemplo da farinha de copioba, fabricada no Recôncavo baiano, que goza de grande prestígio, por ser uma farinha seca e possuir uma granulação bem fina (GUIMÁRAES, 2016, p. 2).

Nesse contexto, Santos (2013) complementa Guimarães (2016) sobre a importância de reconhecer a mandiocultura e os tipos de derivados experimentados por diferentes sabores são elementos característicos de cada região da Bahia. A organização para a fabricação dos produtos é fruto de um trabalho agrícola familiar, uma característica marcante do Recôncavo baiano.

Gaspar (2014) ressalta que o local onde fabrica os derivados (casa de farinha) é conhecido pelos índios como imbyú, é onde transforma a mandioca em farinha, tapioca e beiju, produtos típicos muito apreciados no Nordeste do Brasil. Neto (2009) afirma que se a mandioca não tivesse as suas virtudes, muitos daqueles que fazem dela sua quase única alimentação teriam desaparecido pela insuficiência alimentar.

Dados do IBGE (2006) constata que o cultivo da mandioca é umas das produções agrícolas que mais faz parte da agricultura familiar responsável pela produção nacional. A

mandioca é considerada fonte de geração de renda e, para o consumo de milhares de pessoas, é também um alimento importante para análise de pesquisas em laboratórios sobre o alimento, uma espécie de carboidrato rico em cálcio, fósforo, vitamina C e magnésio como mostra a Embrapa (2016):

O plantio de mandioca nas regiões do Brasil ao longo dos anos apresenta um quadro bastante estabilizado, com exceção das regiões Norte e Nordeste, onde a primeira teve um aumento de quase 20% da área plantada, e a segunda, teve uma redução de mais de 20%. A Região Nordeste, apesar de dominar a área plantada de mandioca desde a década de 1990, com mais de 57% da área cultivada no Brasil, veio reduzindo esses números ao longo dos anos, atingindo em 2017 pouco mais de 37%. Enquanto a Região Norte, com a segunda maior área plantada, veio obtendo crescimento gradativo no mesmo período, passando de 17,1% em 1990 para 34,5% em 2017. A Região Centro-Oeste é a que detém a menor área plantada de mandioca em todo o período estudado e, em 2017, contava com 4,4% de área plantada, seguida da Região Sudeste na 4ª posição com 8,7% e Região Sul na 3ª posição com 14,8% (EMBRAPA, 2018, p. 01).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura- FAO (2013), órgão da ONU, a mandioca alimenta as classes populares mais pobres e, diante disso, tornou-se uma cultura polivalente responsável por fazer parte do setor econômico dos países em desenvolvimento. A mandioca é adaptada a variados tipos de solos, resistente os desafios climáticos e as mudanças de temperaturas das regiões.

Para um bom cultivo da mandioca é preciso desenvolver boas práticas de conservação, seleção de sementes adequadas para o plantio, adubação orgânica e preservação dos recursos hídricos para proteção e correção do solo. As características referentes ao plantio da mandioca são fatores relevantes para o desenvolvimento cultural e econômico em diversas regiões do país, principalmente as mais ricas em solos férteis e acessíveis, Neto (2009) e Gomes (2004).

A fácil adaptação da mandioca é caracterizada pelas condições biológicas e geográficas - principalmente na região do Recôncavo baiano, o cultivo existe há séculos nas terras férteis da Bahia. Os produtores do campo vinculados à agricultura familiar têm a mandioca como uma planta histórica carregada de tradições e identidades que caracteriza o trabalho nas pequenas propriedades (CARDOSO, 2008).

De acordo com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca - SEAGRI (2005), os dinamizadores da mandiocultura do Recôncavo baiano necessitam do investimento dos Programas agrícolas familiar para incentivar a mandiocultura e o desenvolvimento da agricultura familiar no campo. Em 2005, o Governo do Estado da Bahia criou o Programa Nossa Raiz para atender as demandas da cultura agrícola rural e camponesa nos espaços de

produção; o objetivo seria promover o desenvolvimento da mandiocultura do Recôncavo baiano e formar parcerias com outras instituições que pudesse capacitar agricultores rurais de diversas localidades.

Segundo a Coordenação do Programa, as alternativas para o processo de produção foram criadas para o aumento da eficiência da cadeia produtiva da mandioca para os pequenos produtores e capacitação em tecnologia de produção, processamento, diversificação dos subprodutos, associativismo e cooperativismo. Desta forma, passaria existir na sede dos municípios uma Unidade de Processamento Diversificado (UPD) com produtos da mandioca equipada com uma fecularia, empacotadeira, forno para fabricação de derivados e instruções técnicas para o uso adequado de fertilizantes defensivos para o controle de pragas nas plantações e a preservação da qualidade do solo.

De acordo com a SEAGRI (2005) o Programa Nossa Raiz deixa de atuar em 2009 devido à falta de verbas e, segundo as secretarias estaduais do projeto, o programa agrícola é extinto por razões oriundas de questões políticas e administrativas, pois o governo do estado já não investia como antes no desenvolvimento agrícola dos municípios, fator que levou a diminuição dos investimentos técnicos nas comunidades rurais e camponesas.

Mais tarde, a Secretaria de do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/2010) divulgou um Relatório Técnico do Território da Cidadania – RTC/2011 sobre a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. O objetivo dessa política pública buscou atender as necessidades de vários territórios de identidade do Nordeste na tentativa de superar a pobreza e a desigualdade social com geração de emprego e renda para os agricultores.

Na oportunidade, o Recôncavo baiano também foi contemplado para participar do planejamento de integração com a criação de políticas públicas para o campo que, apesar da diversidade agrícola, os trabalhadores dos interiores da Bahia ainda enfrentam muitas dificuldades de acesso à terra e problemas de infraestrutura durante o processo de produção. Muitas pessoas estão passando por dificuldades para se alimentar e os trabalhadores baianos estão enfrentando a atual crise do trabalho também no campo, devido a alta dos preços dos alimentos nos últimos anos no Brasil. Enquanto isso, grupos políticos, ruralistas e empresários exercem o domínio de grandes propriedades de terras e visam o mercantilismo de empresas do ramo alimentício contribuindo no aumento dos alimentos.

No texto "Carne sem osso e farinha sem caroço" João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar, comprovam o abuso do mercado financeiro sob aumentos dos alimentos no ano de 1858, apresenta as dificuldades do povo baiano de se alimentar para sobreviver. Os autores

narram a história de um Motim organizado pela população baiana contra a carestia da carne e da farinha de mandioca na Bahia. A crítica levantada acerca desse assunto é retratada a partir de fatos e acontecimentos relatados pelo povo baiano da época, período semelhante o atual momento vivenciado pela população no presente ano de 2021.

Em 12 de janeiro de 1857 que estabelecia que a farinha de mandioca seria doravante vendida apenas e instaladas em determinados locais da cidade de Salvador, principalmente no Celeiro Público e no mercado municipal ficava a beira-mar, na Rua do Estaleiro, entre os prédios da Alfândega (hoje o Mercado Modelo). Ali a farinha, que chegava com saveiros do Recôncavo e outras regiões da Bahia e de fora, poderia ser desembarcada e diretamente vendida ao consumidor. Com a medida, a Câmara pretendia controlar melhor o preço do produto, que andava nas alturas, em parte devido às atividades de atravessadores e monopolistas. (REIS; AGUIAR, 1996 p. 136).

Nesta época, houve um aumento do preço dos alimentos na capital baiana comprometendo a vida da população, pois não tinha condições de comprar carne e farinha para se alimentar. Neste período, apenas os comerciantes mais influentes da região obtinham em suas vendas e armazéns os produtos alimentícios para revender, mas eram controlados pela posição e pressão política. O texto apresenta uma situação de calamidade pública alimentar do século passado, mas faz referência ao atual contexto que estamos vivenciando hoje: muita gente passando fome sem dinheiro para comprar carne e farinha de mandioca, comida básica que faz parte da alimentação diária do trabalhador baiano. Assim, complementa-se que:

A década de 1850 na Bahia foi um desses períodos, o que se comprova tanto através das estatísticas de preços, como pelas repetidas queixas e reivindicações salariais de indivíduos e grupos pressionados pela carestia. O que aconteceu em 1858 na verdade reeditava, com as devidas inovações, uma tradição da Bahia rebelde. Isso significa que insistimos que não basta levarem conta apenas a barriga do povo com a cabeça do poder para explicar o motim da "carne sem osso e farinha sem caroço"(REIS; AGUIAR, 1996 p. 150 e 157).

A crise alimentícia da década de 1850 faz refletir sobre a atual situação das condições de vida dos brasileiros, “as crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele” (HARVEY, 2016, p. 9). Enquanto o povo passava fome, a capital baiana recebia variedades de produtos que chegavam do interior, apenas para atender a classe mercantilista da cidade:

Um estudo de Bert Barickman em 1991 sugere que tanto o Recôncavo em especial a região de Nazaré das Farinhas quanto as vilas do sul da Bahia,

Caravelas, Alcobaça, Rio de Contas, Valença e outras, mantiveram a cidade razoavelmente abastecida a longo prazo. Durante os anos de crise, a Bahia lançava mão de outras províncias, algumas distantes como Santa Catarina, cuja farinha em vários momentos veio a alimentar os habitantes de Salvador (REIS; AGUIAR, 1996, p. 151).

Nesta época, Salvador era movida pelo trabalho escravo, algumas pessoas assalariadas próximas ao governo trabalhavam diretamente para o Estado no centro urbano da cidade. Outros trabalhadores estavam saturados com a situação, se lamentavam de não conseguir dar uma boa condição de vida seus filhos por falta de dinheiro para comprar comida, roupas, calçados e materiais escolar. O salário que recebia ficava por completo nos armazéns de gêneros alimentícios no ato da compra, devido a carestia do alimento (REIS; AGUIAR, 1996).

Assim como a crise de 1850 abateu as famílias baianas, as atuais famílias periféricas das cidades (vendedores ambulantes, diaristas, ajudante de pedreiro) e das localidades camponesas (diaristas do campo, produtor, peão, boias frias etc.) também estão passando por situações como a falta de emprego para poder comprar alimentos. O que salva as famílias do campo é a criatividade de se reinventar através dos saberes do trabalho para sobreviver, pois os pequenos proprietários lutam contra a dominação dos grandes latifundiários e a apropriação dos ruralistas com a expansão de pastagens e desmatamento nas áreas florestais. A comunidade da Boa Vista do município de Santo Antônio de Jesus é uma das que vive para a produção familiar, pois a comunidade é uma das que representa a mandiocultura do Recôncavo baiano. No entanto, o Recôncavo baiano é carente de muitos recursos para acelerar a produção da mandiocultura, e os trabalhadores do campo mantém a tradição do trabalho e da mão de obra antiga nas localidades, como ressalta Cardoso (2008). Os agricultores familiares, dentre outros trabalhadores do campo, são “vendedores da força de trabalho cabe o saber prático, adquirido na experiência do trabalho vivo” (TIRIBA; FISCHER, 2008, p.2) e responsáveis pelo processo de produção e desenvolvimento cultural das suas comunidades.

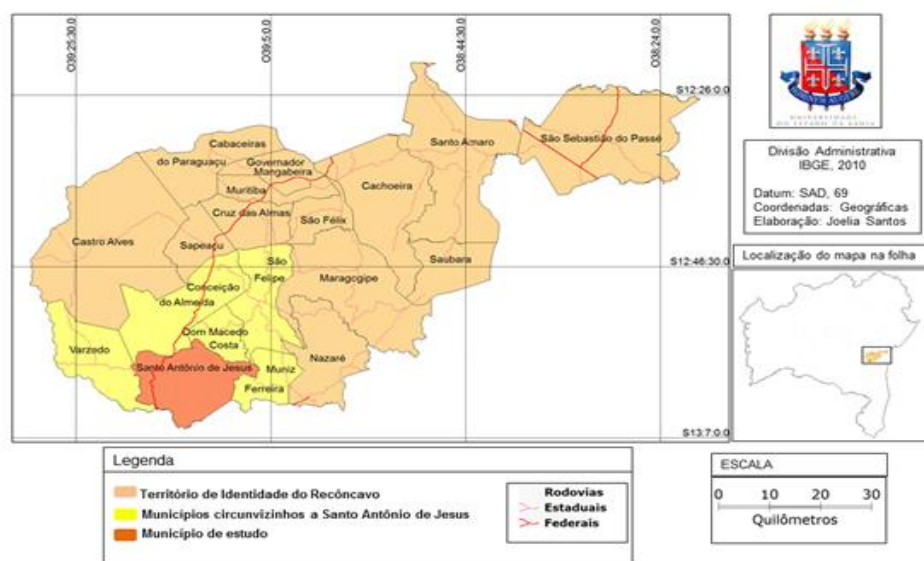
3.2 Contextualizando a mandiocultura com os saberes do trabalho agrícola familiar do Recôncavo Baiano, com destaque no município de Santo Antônio de Jesus

O município de Santo Antônio de Jesus configura-se como polo regional de grande influência econômica central que facilita o fluxo circulatório de transportes para cidades circunvizinhas e vice-versa. É considerado uma referência no desenvolvimento agrícola do Recôncavo, principalmente no cultivo da mandioca para produção de farinha e beiju por uma

boa parte dos agricultores familiares do município. Além disso, está localizado num ponto estratégico para a comercialização dos produtos (SEI, 2002).

A seguir apresento o mapa do território de identidade do Recôncavo baiano e a dinâmica sociocultural e econômica do município Santo Antônio de Jesus e seus respectivos vizinhos.

Figura 2: Localização do município de Santo Antônio de Jesus no território de identidade do Recôncavo Baiano.



Fonte: elaboração de Joelia Santos, 2013.

A partir do ano 2000, comunidades rurais e camponesas de alguns municípios do Recôncavo Baiano passaram a se preocupar mais com o investimento de sua produção. Santo Antônio de Jesus, certamente, procurou buscar capacitar agricultores para exercer suas atividades com tecnologia e melhorar o processo produtivo de suas comunidades. Alguns programas de incentivo, como Programa Nossa Raiz (estadual) Expormandioca (municipal) e a Coopamido (empresarial-regional), foram importantes e trouxeram uma contribuição fundamental para o município e região (SANTANA, 2016).

Segundo o Relatório do Fórum Baiano de Agricultura Familiar (2007), os Territórios de Identidade da Bahia são referências para o planejamento público estadual, o que norteou para a elaboração do mapa representando novas regiões do estado. Para a formulação desse projeto regional, o governo contou com a participação ativa de outras secretarias estaduais e o apoio de outros órgãos na condução desse processo. Em agosto de 2010 foi instituído o Decreto 12.354, os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade,

formalizando esses territórios através do Plano Plurianual no estado da Bahia (SEPLAN, 2014).

Dentre esses territórios de identidades, como já mencionado, o Programa Nossa Raiz, criado pelo Governo do Estado da Bahia, promoveu por durante algum tempo o desenvolvimento da mandiocultura de alguns municípios do Recôncavo da Bahia Santo Antônio de Jesus, foi um dos contemplados com o projeto. A ideia se concentrava em um processo educativo com medidas interativas, treinamentos e medidas educativas de análise, correção e boas práticas de conservação do solo para aprimorar o cultivo da mandioca e investimentos nos espaços de produção (SANTANA, 2016).

Com base nas referências como o SEBRAE (2015), a Expormandioca foi um projeto sociocultural e econômico promovido particularmente pela prefeitura municipal de Santo Antônio de Jesus com o intuito de mobilizar não somente o município como um todo, mas todas as regiões circunvizinhas. Criado em 2009, o evento foi considerado um dos mais importantes e populares da Bahia pela sua diversidade comercial e cultural, que atraiu pessoas de diferentes lugares. Na época, a gestão municipal com o intuito de reduzir impostos para aumentar a renda do produtor e diminuir o êxodo rural através da criação de novos empregos no campo, procurou valorizar a agricultura familiar em todas as comunidades rurais e assim inserir diretamente o pequeno produtor no agronegócio baiano, promovendo a Expormandioca. O objetivo deste projeto era agregar valor à agricultura familiar do município e fomentar a geração de negócios empreendedores a partir da mandiocultura, além de inserir diretamente o pequeno produtor no agronegócio baiano (SANTANA, 2016).

A Expormandioca ficou considerada como uma das maiores incentivadora para o desenvolvimento da mandiocultura no município. Durante o evento, diversas apresentações da cultura da culinária regional, possibilitando a difusão tanto da tecnologia quanto do trabalho artesanal para o desenvolvimento local. Durante a Exposição, ficavam expostos por todas as partes barracas de beijus tradicionais e coloridos, feitos com sabores de frutas pela comunidade da Boa Vista localizada no município, seguindo a ideia do professor Joselito Motta da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) de Cruz das Almas-Ba em inovar o sabor do alimento.

Segundo o SEBRAE (2015), que abraçou o empreendimento, o objetivo era fornecer a sobremesa para a rede pública municipal de ensino, associações, cooperativas, e assim aumentar a produção com ingredientes como a goma tradicional (fécula) feita com o amido da mandioca. Para fazer a mistura, o produtor adiciona as polpas de frutas na fécula, ficando os beijus coloridos e com sabores de maracujá, goiaba, abacaxi, açaí, manga, cajá e acerola.

Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB (2011), o evento contava com o apoio da prefeitura municipal, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e com o patrocínio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Petrobras. O SEBRAE estimulou os produtores a montar casas de farinha e fábricas de beiju no espaço do evento e barracas de culinária tradicional, além de promover atrações musicais, minicursos, palestras, oficinas, teatro escolar e comunitário e exposições de máquinas e veículos.

Alguns estados do Nordeste como Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte já participaram do evento. Infelizmente, por questões políticas e falta de verbas, a Expormandioca deixou de existir afetando aos agricultores locais de Santo Antônio de Jesus e região.

A Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia COOPAMIDO, localizada na zona rural do município de Laje/Ba, vizinha do território de Santo Antônio de Jesus, foi fundada em abril de 2009 e considerada umas das primeiras em desenvolver ações de cooperativismo na região, com o apoio da Fundação Odebrecht. O objetivo principal é proporcionar o desenvolvimento de produtores rurais, fortalecer o cultivo de mandioca na região e promover a produção e comercialização de amido modificado e o empreendedorismo que possibilite o desenvolvimento pessoal e profissional dos associados e integrantes da cooperativa, todos oriundos da agricultura familiar.

Segundo o presidente da COOPAMIDO, além dos agricultores dos municípios de Laje e Santo Antônio de Jesus, os de outras regiões do Recôncavo como Sapeaçu, Conceição do Almeida, Castro Alves e também o Vale do Jiquiriçá, trabalham na Cooperativa expandindo o agronegócio no Recôncavo da seguinte forma: os cooperados trabalham nas próprias terras ou terras arrendadas, e as sementes são distribuídas para o plantio; cada família cuida do cultivo da parcela a ela atribuída, contratando outros agricultores quando necessário.

Observa-se que a empresa reforça seu compromisso para manter um intercâmbio de conhecimentos sobre produção agrícola e a fim de viabilizar aos associados acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar-PRONAF. Nisto, procura ampliar seu campo de atuação a cada dia para que as famílias de agricultores rurais da região do Recôncavo criem perspectivas de vida no agronegócio baiano e valorizando mais o espaço rural. Em uma conversa informal, os agricultores e produtores familiares criticam esse processo de produção da cooperativa, uma vez que a maior parte do lucro vai para a

empresa. Os agricultores prestam seus serviços de acordo às exigências da cooperativa; são apenas colaboradores que lutam para conseguir maior desenvolvimento da agricultura familiar da região.

Poucos desses pequenos proprietários ainda resistem aos domínios dos grandes latifundiários nas comunidades rurais tradicionais e uma delas, onde predomina a mandiocultura, é a comunidade da Boa Vista. Antigamente na Boa Vista se produzia apenas para o sustento da família em uma quantidade bem menor com relação a que se produz hoje. A fécula (goma) era produzida na própria comunidade de forma artesanal, mas as precariedades nos setores de produção se tornavam um problema para os agricultores familiares. Considerando que cultura da farinha de mandioca é uma cultura antiga passada de geração a outra, que exige mais tempo e de várias pessoas acompanhando o processo de produção até o final, os agricultores priorizam a fabricação do beiju, assim passaria ter uma nova forma de reorganização no trabalho agrícola familiar (SANTANA, 2016).

Boa Vista é uma das localidades do Recôncavo que historicamente é reconhecida como uma das regiões mais antigas no processo de ocupação do território baiano, alvo de riquezas naturais, culturais, tradição e concentração de grandes interesses comerciais da cidade sede de Santo Antônio de Jesus e de outras regiões circunvizinhas. Boa Vista lidera a dinâmica da mandiocultura local com a produção específica do beiju e exerce uma influência econômica para as feiras livres, mercados da cidade e regiões.

4 SABERES DO TRABALHO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PRODUÇÃO DO BEIJÚ DA COMUNIDADE DE BOA VISTA

Neste último capítulo da pesquisa apresento algumas considerações e resultados a partir do Grupo de Discussão realizado com os principais produtores da comunidade da Boa Vista que falaram sobre os saberes do trabalho, atividade agrícola da produção de beiju e alguns desafios e dificuldades dos trabalhadores e as estratégias no modo de produção para que pudessem continuar com a cultura do trabalho no local.

Antes de conhecermos como funciona a dinâmica ocupacional dos saberes do trabalho da Boa Vista, é necessário conhecer o perfil socioeconômico dos produtores de beiju da comunidade, dados relevantes e atualizados conforme se apresentam no quadro abaixo. Segue as informações apresentadas e fornecidas pelos próprios agricultores familiares da comunidade através da aplicação de um questionário.

Tabela 1: Perfil socioeconômico dos principais produtores de beiju da comunidade da Boa Vista.

Perfil dos agricultores familiares	Descrição
Idade	Variam entre 30 a 70 anos.
Escolaridade	A maioria tem apenas o ensino fundamental incompleto, poucos com ensino médio e apenas 03 têm nível superior completo.
Estado civil	Um menor número de produtores familiares solteiros, a maioria são casados e com filhos.
Raça/etnia	A grande maioria consideram-se pardos, apenas 03 famílias se consideram brancas.
Beneficiário de programa social	Bolsa família, aposentadoria ou pensão.
Beneficiário de políticas públicas agrícolas	PRONAF (referente à Agricultura Familiar) Credamigo e Agroamigo (governo federal).
Quantidade de famílias na comunidade	Aproximadamente 500 famílias.
Quantidade de pessoa por família	As famílias da primeira geração têm de 5 a 10 filhos, as famílias contemporâneas têm de 01 a 03 filhos.
Quantidade de famílias produtoras de beiju	Aproximadamente 50 famílias em atividade.
Quantidade de escola na comunidade	Apenas 01 escola na comunidade.
Quantidade de alunos na escola da comunidade	Varia entre 50 a 100 alunos.
Quantidade de professores e outros funcionários atuando na escola da comunidade	Aproximadamente 05 professores, 01 merendeira e 02 funcionárias de serviços gerais.

Quantidade da produção direcionada para a venda	80% do produto é destinado para a venda.
Locais de vendas e comercialização do beiju	Feira livre, mercados e barracão da cidade e circulação de atravessadores para a compra do produto.
Renda familiar mensal	Varia entre R\$ 500 a R\$ 1000 reais. A depender das boas vendagens no mês chega até R\$3.000,00 reais.
Valor da diária do trabalhador (homem)	Varia entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00 reais (a depender da atividade).
Valor da diária da trabalhadora (mulher)	Varia entre R\$ 30,00 a R\$ 50,00 reais (a depender da atividade).
Valor da unidade do beiju (pacote)	Varia entre R\$ 3,00 a 5,00 reais.
Bens e consumos com as vendas do beiju	Compras de alimentos, bebidas, roupas e calçados. Poucas famílias adquiriram a compra de motos, bicicletas, carros, casas e terrenos.
Avaliação da produção do beiju	Consideram satisfatórias, mas acham que precisa melhorar.

Fonte: elaboração própria do autor, 2021.

De acordo com as informações apresentadas a maioria dos agricultores tanto homens quanto mulheres se consideram pardos com o nível de escolaridade baixo, talvez porque na comunidade tem apenas uma escola com um número significativo de estudantes e poucos professores para trabalhar com o alunado da comunidade. A maioria dos produtores são casados e as famílias da primeira geração têm mais filhos do que as atuais, isto representa uma diminuição na taxa de fecundidade do local. Alguns dos produtores já são aposentados, mas ainda trabalha para complementar a renda familiar. A outra metade dos produtores de beiju repassa as tarefas para os filhos continuarem com a produção, os quais utilizam algumas políticas públicas agrícolas para a fabricação do produto, no qual maior parte é vendida na feira livre e nos mercados da cidade.

Quanto à renda familiar mensal, os agricultores consideram significantes para alimentar suas famílias, mas precisa melhorar para continuar com a produção. As famílias produtoras de beiju da Boa Vista mantêm a tradição da produção local respeitando os costumes do lugar onde muitos filhos são criados com os seguimentos de seus familiares. É através do trabalho associado que os beijuzeiros da comunidade vivenciam suas experiências conforme são passadas de pais para filhos, como ressalta Tiriba e Fischer (2009). Nesse sentido, um agricultor familiar da comunidade ressalta em sua fala:

Antigamente meu filho, os filhos das famílias nasciam nas casas de farinha, a mãe ia raspar mandioca e tirar goma para fazer o beiju e de repente sentia a dor do parto, sempre tinha uma mulher que era parteira e ajudava o filho nascer, muitas das vezes o menino vinha ligeiro e nascia ali mesmo na casa de farinha, isso é marcante na nossa história, no nosso trabalho. Nossa vida

sempre foi nas casas de farinha trabalhando e fazendo o beiju. Muitas vezes ali mesmo na conversa surgia uma história, a cultura do nosso beiju é passada de pais para filhos (produtor de beiju – 60 anos).

Percebemos na fala do produtor que muitos dos filhos “já chegavam ao mundo” durante as atividades nas casas de farinhas. O trabalho organizado pelos produtores da Boa Vista é representado pela mandiocultura, histórias de vida dos trabalhadores da comunidade e pela construção de saberes a partir do trabalho realizado entre as famílias. Nisto, ressalta outro produtor de 56 anos da comunidade:

Tenho muito orgulho da nossa tradição, aprendi com meu avô, com meus tios e com meus pais. Temos o trabalho que não é valorizado, é cultura gente, isso é a nossa vida, faz parte da nossa história. Uma história rica, um trabalho de muitos conhecimentos e muita experiência também.

A Comunidade da Boa Vista no ano de 2016 tinha aproximadamente 30 mandiocultores familiares, sendo que 20 são donos de fábricas de beijos e somente dois de casas de farinha. Boa Vista se difere das demais localidades do município pela forte influência sociocultural, pois contribui para o desenvolvimento econômico local com a produção tradicional do beiju desde há muito tempo, gerando renda para as famílias que trabalham para garantir o seu sustento e a manutenção da mandiocultura na comunidade. Assim, a referente comunidade exerce um processo de reorganização agrícola e econômica pelos agricultores familiares, que atualmente estão dedicados à produção de beiju.

A partir do processo de reorganização agrícola na Boa Vista, o cenário local passou a ganhar outro destaque: uma nova configuração como alternativa rentável geradora de emprego e renda, proporcionou aos agricultores familiares oportunidades de se tornarem empreendedores de seus próprios negócios, uma vez que a cultura do beiju se tornou capaz de dinamizar economicamente a comunidade local, exercendo também uma forte influência em outras comunidades vizinha. De acordo com um dos agricultores, um dos motivos para deixar as casas de farinha e elevar a produção de beiju foi escassez de terras para cultivar a mandioca e as dificuldades de deixar de produzir farinha:

o que mais deixou o povo agoniado foi não ter terra própria suficiente para plantar; as terras eram arrendadas, a que a gente tinha estava fraca para plantar e também muita gente só plantava mandioca e tinha pouca casa de farinha. Além da família, a gente tinha que pagar uma pessoa de fora para aumentar logo o trabalho. Aí a farinha passou a cair o preço, não dava para nada mais, o dinheiro que sobrava era para pagar as despesas pela fabricação

da farinha. Muita mão de obra para nada, além de depender de um bocado de gente para fazer (agricultor – 59 anos).

Marques (2004) aponta a valorização do modo de produção agrícola e a resistência dos povos tradicionais rurais e camponeses pela manutenção do trabalho agrícola familiar organizado e mediado por relações sociais nas comunidades, como sinaliza este depoimento:

de uns 20 anos para cá a gente começou a trabalhar com o beiju e vou te dizer, foi à coisa mais importante que nós já fizemos aqui, percebemos que o custo era menor, não precisamos de muita gente para fazer o beiju, é bem mais rápido, apenas uma ou duas pessoas conseguem dar conta do recado, agora tem que ser mais ligeiro, toda atenção com o forno. Já para fazer a farinha é bem mais trabalhoso, tinha vez que a gente levava três dias para terminar dois sacos prontos, enquanto hoje a gente faz o beiju sem muito se preocupar como antes (produtor de beiju – 60 anos).

Como observado por Garcia (2003), a produção de beiju ganhou destaque regional como uma “tradição da modernidade”. Entretanto, esses agricultores viram a possibilidade de agregar valor à nova produção com os saberes do trabalho no campo, “a premissa do princípio educativo do trabalho nos reafirma a necessidade de compreender em que circunstâncias históricas e em que relações sociais de produção se dá a atividade do trabalho” (TIRIBA; ALVES, 2008, p 137). Nesse sentido, o conceito de trabalho “explica” a realidade de vida dos trabalhadores e as atividades realizadas nos espaços de produção, considerado também um elemento educativo que direciona os indivíduos a cumprir suas tarefas e suprir suas necessidades.

De acordo com os relatos, a fabricação de beiju precisa de pouca mão de obra e o lucro é imediato, mas as dificuldades de recursos técnicos para manter o equilíbrio da produção no mercado são preocupantes. O tempo de produção é calculado pelos produtores da localidade e parte dos seus produtos é passada para os atravessadores, que compram e distribuem os beijus por toda a região baiana:

Minha família depende do beiju para sobreviver, mas não temos equipamentos de boa qualidade para aumentar a produção, os fornos ainda são manuais a base de queima de lenha para torrar o beiju. A gente precisa de investimento e tecnologia, um monte de lugar aí tem pelo menos o básico para trabalhar, a gente aqui tem muito pouco. A comunidade precisa de um bom técnico para orientar o produtor de preferência daqui da comunidade (produtor familiar – 55 anos).

Segundo os produtores, o beiju é considerado o principal elemento agrícola da comunidade, por ser um alimento de fácil acesso na região e nas feiras livres da cidade e a comercialização poderia ser maior se houvesse transporte público comunitário para levar os o beiju para ser vendido na feira livre cidade. Alguns deles têm veículos próprios, outros dependem dos atravessadores que buscam os beijus em suas casas. Durante o diálogo no Grupo de Discussão, uma ex-produtora de farinha de 60 anos fala da sua experiência com a cultura da Boa Vista:

De certo tempo para cá a gente começou a trabalhar com alguns tipos de artesanato como toalha bordadas, flores de tecidos, colares e pulseiras de material reciclado, bonecas de pano e decoração feita de barro ou papel organizado pelas mulheres da comunidade. Com a pandemia a gente deixou de fazer. Era uma forma de distração daqui da comunidade e dava para a gente ganhar um dinheirinho, mas nada se compara o com a cultura da produção do beiju em nossa comunidade, o beiju fez história.

Apesar de outras culturas fazerem parte da Boa Vista, o beiju é a maior referência da comunidade e região, exerce uma grande influência no Recôncavo baiano, pois é considerado um alimento de grande valor para a cultura local. Alguns dos agricultores mais velhos já aposentados mantem suas pequenas fábricas de beiju, que são passadas para seus filhos continuarem com o trabalho; outros ainda trabalham para complementar a renda familiar. Os beijus tradicionais são os mais procurados, devido a sua marca cultural, especialmente nas regiões da Bahia. Os beijus coloridos da Boa Vista são fabricados apenas por uma família da localidade, como relata uma produtora abaixo de 43 anos de idade:

A minha família é a única que trabalha ainda com os beijus coloridos que são feitos com polpa de frutas. Quando a ideia chegou aqui na localidade, todo mundo ficou curioso e empolgado com a novidade. Teve aqui um professor da UFRB de Cruz das Almas que incentivou a gente a fazer, deu dicas para nós daqui investir no negócio. Na época, fui até para Itália representar nossa cultura com a ajuda do SEBRAE, a gente começou a fazer e passar para as escolas do município, vender na feira, nos mercados e no barracão da cidade e também os atravessadores já começava a sondar por aqui.

Muito simpática, a beijuzeira relata a chegada do beiju na comunidade, que no início causou estranhamento achando impossível à ideia ser levada a sério - uma loucura investir no beiju com sabores de frutas ou hortaliças. Segundo a produtora, os coloridos são os preferidos das crianças, principalmente os de maracujá, beterraba e goiaba, mas muita gente prefere o

tradicional. Constatou-se também que a família que trabalha com os beijus coloridos tem o desejo de empreender um negócio:

Seria uma boa a gente ter uma fábrica de goma (fécula) própria de beiju coloridos, visto que nós somos os únicos daqui que ainda trabalha com este produto que além de bom é diferente dos outros. Os outros produtores não gostam muito de lidar com os coloridos, porque acham que dão mais trabalho para fazer e tem medo de ter prejuízo (risos) (produtora de beiju - 50 anos).

Outra produtora relata que, na condição de trabalho na produção, os produtores de beiju preferem comprar a fécula nos mercados ou atacados da cidade que vem do estado do Paraná e, antes de fazer os beijus, os produtores deixam a fécula hidratando algumas horas na água dentro dos recipientes. Depois disso, a fécula é transformada em goma fresca para fazer o beiju coloridos (base de frutas) e o tradicional:

A produção do beiju tem se sustentado porque insistimos e acreditamos no nosso trabalho. A compra da fécula que vem do Paraná, é mais lucrativa; fazer aqui teria muitos custos e se a gente quiser fazer beiju no mesmo dia, a gente faz, acende o forno e logo o beiju está feito, mas se tivesse uma fábrica de fécula seria outra coisa (produtora de beiju, 50 anos).

Percebemos em seus relatos o desejo da instalação de uma fábrica de fécula na comunidade que poderia contribuir com o aumento da produtividade, gerando, assim, uma lucratividade maior. De acordo com um jovem produtor de 23 anos, a construção de uma fábrica poderia resolver boa parte dos problemas na produção através de uma Cooperativa. Esta iniciativa poderia trazer outras possibilidades de melhorias no processo de produção do beiju, mas enquanto isso não se concretiza, os produtores da Boa Vista seguem fabricando beijus de forma artesanal: são embalados de forma organizada pelas as mulheres da comunidade, respeitando o prazo de validade do produto, como mostra as figuras abaixo:

Figura 3: processo de preparação da fécula



Fonte: créditos do autor, 2021.

Figura 4: produção de beiju no forno a lenha



Fonte: créditos do autor, 2021.

Figura 5: beijus coloridos com polpa de frutas



Fonte: créditos do autor, 2021.

Figura 6: empacotamento dos beijus pelas mulheres



Fonte: créditos do autor, 2021.

Percebemos que as mulheres têm uma excelente participação na produção local e algumas consideram empreendedoras. As mulheres são responsáveis por empacotarem os beijus, que são embalados em caixas de papelão e levados para ser comercializados na feira livre da cidade:

A responsabilidade de empacotar os beijus é das mulheres, mas outras mulheres daqui fazem outras tarefas, são até donas de fábricas de beiju. Mas de modo geral, o trabalho pesado é do homem, a gente que criou essa cultura, a gente dobra a madrugada fazendo o beiju, é muito desgastante para a mulher, o trabalho braçal é para o homem, por isso que a gente ganha mais um pouco do que elas. Mas se a mulher conseguir fazer a produção do beiju com todas as etapas, ela pode receber o mesmo valor que o homem, mas isso fica mais para a gente homem (produtor de beiju – 45 anos).

Baseado na fala anterior, uma participante da comunidade de 49 anos, mãe e produtora de beiju, expõe sua opinião acerca do trabalho realizado por homens e mulheres na produção. Os valores dos dias trabalhados são variados, a exemplo das atividades realizadas por mulheres que é bem menor, enquanto o valor da diária realizada pelo homem é maior. Segundo a produtora, ainda assim não há uma desigualdade de gênero, porque as atividades mais pesadas são de responsabilidades masculinas, fato que já se tornou cultural no modo de produção com o decorrer do tempo.

Uma agricultora afirma que o número de mulheres realizando a mesma atividade que os homens é bem menor; de cada 10 pessoas trabalhando tem 01 mulher exercendo a mesma função masculina. Acreditam que o processo de embalagem do produto é uma atividade extremamente feminina:

Por ser um trabalho mais leve, o valor da diária é menor e aí já entra uma questão de gênero né? Eu não vejo isso um assunto a ser discutido, mas acho que é uma questão cultural mesmo. Nós mulheres temos um físico diferente dos homens, então não enxergo como preconceito, é questão antiga do trabalho mesmo. Se bem que há muito tempo, tinha aqui uma pessoa que só embalava o beiju e não recebia a mais, apesar de ser homem, é uma regra ganha a depender do serviço que for fazer (produtora de beiju – 42 anos).

Em sua pesquisa sobre a reprodução social do trabalho agrícola, Andrade (2015) diz que “a participação das filhas de agricultores nas atividades de produção de farinha e beiju são costumeira, elas acompanham as mães desde a etapa de raspagem das raízes da mandioca até a torrar a farinha e também ajudam na produção do beiju” (ANDRADE, 2015, p.78). Segundo o autor, determinadas atividades são destinadas exclusivamente para as mulheres, não cabe o homem realizar, pois exigem mais sofisticação e delicadeza a exemplo dos empacotamentos dos beijus da Boa Vista. Assim relatam a importância da mulher nas fábricas de beijus:

Por que uma mulher não pode ser dona de um estabelecimento? Eu mesma tinha uma casa de farinha herdada do meu pai. Antigamente vinha gente até

da África gravar o que a gente fazia na minha casa de farinha, eles queriam aprender tudo que a gente sabia fazer, principalmente o beiju. Saber fazer as coisas é muito importante e saber fazer a farinha e o beiju é muito bom, eu tinha casa de farinha, mas agora só é beiju (produtora 58 anos).

Percebemos a mulher agricultora participando dos processos de produção e exercendo o controle do trabalho com habilidades. Estes valores femininos devem ser levados em consideração junto com os conhecimentos e as experiências das mulheres, pois a atividade feminina é tão necessária quanto dos homens para o crescimento econômico da comunidade. As mulheres produtoras foram as primeiras a perceber que os agricultores da Boa Vista deveriam se dedicar apenas com a produção de beiju:

Eu acho que as mulheres têm que ser mais vista na produção, a gente percebeu logo que a farinha de mandioca não dava tanto lucro assim, a produção de beiju seria bem melhor, hoje uma família sozinha consegue fazer os beijus e não precisa de muita gente para realizar a atividade, às vezes contata alguém de fora para ajudar (aposentada, produtora de beiju – 63 anos).

Segundo os relatos, a farinha de mandioca exige muito esforço na fabricação, precisa da mão de obra familiar e de outras pessoas contratadas para concluir a tarefa. Antigamente, os vizinhos ajudavam na colheita e raspagem das mandiocas nas casas de farinha, mas dificultou, nem todos têm como colaborar, têm outras atividades para fazer no campo. Outro problema é que exige mais tempo desde o cultivo a produção da farinha. Pra produzir a farinha é um processo demorado que leva em torno de dois a três dias para realizar uma “tarefa de mandioca” como é chamado nas comunidades. Além disso, nem todos têm terras férteis suficientes para investir no plantio da mandioca e os produtores já não estão plantando mais a mandioca para transformar em matéria prima e depois em beiju ,devido às dificuldades de infraestrutura no campo e principalmente nas casas de farinhas.

A seguir, apresento um quadro como funciona o processo da produção de farinha e beiju organizado pelo trabalho agrícola familiar.

Tabela 2: representação da produção de farinha de mandioca e do beiju. **Saberes da produção**

Produção de farinha	Fabricação de beiju
1º passo: arrancar as raízes do solo e levar para as casas de farinha da comunidade	O processo é o mesmo para esta produção.
2º passo: descascar as raízes, lavar com bastante água e levar para ser triturada transformando em uma massa.	Esse segundo passo serve também para esta produção.

3º passo: a massa é imprensada até escoar todo o líquido que contém na massa.	Uma quantidade de massa é colocada em um recipiente grande coberto com água. A massa é misturada e em seguida é coada ou peneirada.
4º passo: a massa ainda um pouco úmida, é levada novamente para ser triturada, assim fica mais fina e equilibrada.	A água que a massa foi coada deve ficar em um lugar isolado aproximadamente umas cinco horas, até que a goma fique assentada no fundo da vasilha. Em seguida, a água é escoada.
5º passo: a massa triturada é levada para ao forno a lenha em média temperatura, seja em forno elétrico ou artesanal.	Coloca-se uma quantidade de farinha bem quente na vasilha onde a goma está assentada e mexer até secar. Em seguida é triturada e peneirada.
6º passo: a farinha já seca é peneirada para tirar o excesso de fiapos e ensacada para vendas e consumo.	A goma fresca é levada ao forno em formas geométricas em temperatura média. Acrescenta-se açúcar, coco fresco ou sal a gosto. Em seguida os beijus são embalados para o consumo ou comercialização.
7º passo: leva em torno de dois a três dias para realização completa da produção.	Em apenas um dia o produtor realiza a produção.

Fonte: elaboração própria do autor, 2021.

O processo de produção da farinha de mandioca é mais longo e duradouro, começa desde o plantio que leva aproximadamente de 08 a 10 meses para ser colhida e ser transformada em matéria prima. O processo de raspagem da mandioca necessita de muita mão de obra, as casas de farinha elétrica aceleram a produção, mas o gasto de energia ainda é muito alto, as despesas são muitas e o lucro é bem menor. No caso da Boa Vista, a preferência pela produção de beiju foi uma estratégia pensada para diminuir os custos na produção já que os preços compensam e são suficientes para pagar as pequenas despesas e sustentar suas famílias. Os beijus coloridos passam por este mesmo processo, adiciona a polpa da fruta na fécula durante o período de hidratação pronta para a fabricação. Segundo os produtores, essas práticas foram ressignificando a produção de acordo suas necessidades:

A gente não faz mais a farinha de mandioca, antes tirava a goma aqui na comunidade para fazer o beiju, e a farinha é muito demorada e o lucro é pouco para muito trabalho, só tem aqui um ou dois que faz uma pequena quantidade apenas para consumir. Graças a Deus meus pais conseguiram criar oito filhos com a venda da produção do beiju, tenho maior orgulho disso, faz parte da minha história, fazer o beiju, é mais fácil, gasta pouco tempo. Mas se fosse como antigamente, a gente aqui já tinha parado também, entendeu? (Produtor de beiju – 50 anos).

Outro beijuzeiro da comunidade apresenta a melhor forma de fabricar beiju com maiores facilidades, diferentemente da produção de farinha:

É só colocar a fécula na água para hidratar e no dia seguinte, retirar peneirar, colocar a goma no forno quente, acrescentar açúcar e coco fresco. Pronto! Já temos o beiju para comer. A gente pode lembrar sempre que o nosso beiju é um produto centenário, meus avós fizeram e passaram o costume para meu pai e hoje dou continuidade, vamos ver se os nossos filhos vão estar com essa vontade que nós (produtor de beiju – 53 anos).

Já para a fabricação do beiju, os produtores falam que o processo é menos demorado, gasta pouco tempo de produção e apenas duas ou três pessoas da própria família realizam a produção sem a necessidade de envolver muitas pessoas, apesar de ser um trabalho mais delicado. As famílias produtoras contratam pessoas de fora para ajudar na produção quando tem muitos pedidos para ser entregues na semana. Segundo os produtores de beiju, produzir a fécula na comunidade da forma artesanal poderia atrasar a produção e perder clientes para os atravessadores, já que estes atendem alguns produtores que não têm condições de levar seus produtos para ser comercializados na feira livre da cidade. Apesar dos esforços para continuar com a produção do beiju, agricultores, vendedores, consumidores e a própria comunidade se orgulham com a cultura da comunidade contemplada com os resultados gerados pelas boas vendas do beiju. Segue as imagens abaixo da produção de beiju na comunidade da Boa Vista.

Figura 7: processo de hidratação da fécula



Fonte: elaboração própria do autor, 2021.

Figura 8: forno artesanal dos beijus



Fonte: elaboração própria do autor, 2021.

Figura 9: beijus assados



Fonte: elaboração própria do autor, 2021.

Figura 10: beijus embalados para ser vendido



Fonte: elaboração própria do autor, 2021.

O beiju da Boa Vista faz presente do verso de uma canção criada ao som do violão de um vendedor de farinha e beiju do barracão de alimentos da feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus. O refrão da música é divertido e muito alegre, e aponta a importância do alimento:

“O beiju colorido
fica muito mais gostoso
o menino fica forte
e o velho fica fogoso”

A pessoa que canta o refrão da música pouco se envolve com a produção; apenas trabalha no comércio da cidade como vendedor de derivados da mandioca que vem também de outras regiões. Apesar da variedade de beiju na Boa Vista, ainda há um desconhecimento comercial, eles acreditam que a divulgação do produto é importante para a comunidade e a criação de feiras culturais poderia transformar em um evento regional e local, a exemplo da Expormandioca que deixou de existir no município. A ideia é atrair a população para conhecer a importância alimentar e cultural do produto, mas para isso seria preciso maiores investimentos da Secretaria de Agricultura e apoio da Secretaria de Cultura do município de Santo Antônio de Jesus e de algumas empresas da cidade:

A Expormandioca era um evento marcante, tivemos muitos cursos de culinária da mandioca, da agricultura familiar. O objetivo era divulgar a cultura da nossa comunidade. A Expormandioca foi muito boa até que chegou a ponto de vender a marca. Conforme o tempo foi passando, a gente foi perdendo até os cursos ofertados pelo antigo Programa Nossa Raiz. A gestão anterior divulgava o nosso beiju, mas mesmo assim, o beiju ainda é muito forte na região de Santo Antônio de Jesus (produtor de beiju – 42 anos).

Os produtores da Boa Vista estão se mobilizando para tentar melhorar a produção local e uma das primeiras iniciativas é envolver todos os associados da comunidade e regularizar algumas documentações pendentes de cadastro agrícola. Os produtores da Boa Vista possuem o cadastro físico identificado pelo PRONAF, isso comprova que é um agricultor com unidade familiar e desenvolve atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família. O cadastro permite que o agricultor tenha acesso às políticas públicas agrícolas; serve também para realizar empréstimos através do programa com uma taxa de juro mínima acessível à renda familiar mensal do trabalhador. Assim, o agricultor poderá investir em empreendimentos como pescaria, plantações, criação de animais dentre outros recursos

favorável à produção familiar. Para o cadastro jurídico, a Associação da comunidade ainda não está regularizada, pois precisa resolver a situação para concorrer licitações federais solicitadas pelos programas agrícolas nacionais, a exemplo do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade.

Uma produtora de 30 anos ressalta em sua fala a importância do diálogo com a comunidade:

A gente precisa ter um diálogo primeiro com a gente e depois com a gestão municipal - não adianta levar uma proposta sem se organizar aqui primeiro. Eu acho que é uma coisa simples conversar para resolver, basta ter força de vontade, não é apenas uma questão política em jogo, mas também social, é a vida de nós que trabalha no campo.

A Boa Vista tem uma associação formada por agricultores familiares e quando precisa resolver alguma situação pede o apoio do Conselho Comunitário formado pela igreja católica da comunidade, fato comum entre as comunidades do interior baiano. Quando necessitam de informações ou esclarecimento referente à produção, consultam o sindicato rural ou algum membro da secretaria de agricultura do município que fica localizado na cidade de Santo Antônio de Jesus. A associação de agricultores funciona, mas precisa organizar alguns detalhes, por exemplo, os produtores precisam atualizar seus cadastros para que seus produtos possam ser mais visualizados e fazer parte do PAA, esta é uma questão debatida na comunidade sobre a importância de participar de outros programas e incluir os alimentos na merenda escolar do município.

Segundo o presidente da Associação da Boa Vista, a comunidade está carente de muitos recursos e afirma que a própria comunidade tem dificuldades para dialogar um com os outros. Todos têm objetivos em comum, mas poucas se organizam para buscar políticas públicas para o campo; há divergência de opiniões e desgastes em organizar um projeto de inclusão social do campo para a população local continuar com as atividades do trabalho agrícola familiar.

De acordo com o presidente da associação da comunidade, a gestão anterior tentou marcar um diálogo com a comunidade, mas pouco se interessaram pelo fato de ser no período das eleições municipais. A atual gestão está tentando conversar com representantes das associações das comunidades rurais do município, inclusive com a Boa Vista, assim quando controlar o coronavírus com as medidas de biossegurança. Assim, um agricultor da comunidade fala da necessidade de se organizar:

a gente precisa mobilizar a comunidade, não esperar que venha e sim ir atrás para conseguir, temos que procurar se envolver nos projetos e participar das reuniões também em outras comunidades. O beiju representa a Boa Vista, mas é preciso pensar em também em outras possibilidades, e com certeza não vai prejudicar a produção de beiju, pelo contrário vai crescer e trazer oportunidades (agricultor familiar – 40 anos).

A comunidade deseja ampliar a pluralidade agrícola e aprimorar a fabricação do beiju, para o que é preciso que tenha uma mobilização organizada e que todos comunguem de um conjunto de ideias que fortaleça o movimento comunitário. Os produtores de beiju já têm o mais importante: os saberes e as experiências do trabalho, mas não têm ainda uma representação ou uma liderança política para debater as questões agrárias, necessitam de orientação e apoio para seguir nessa caminhada. Nesse contexto, a educação para o campo mais do que alfabetizar e formar cidadãos é mobilizar a comunidade para um associativismo efetivo e uma atuação mais reivindicativa de investimentos públicos.

Na oportunidade, outra trabalhadora fala da necessidade de investir na agricultura familiar da comunidade e trazer como referência o apoio e os exemplos de outras comunidades camponesas e rurais que resolveram suas situações e estão na luta por outros direitos:

Tem uma verba que vem do governo federal que disponibiliza 30% para a compra dos produtos da agricultura familiar, mas a Boa Vista não pode receber porque não tem um cadastro jurídico. Quando tem um processo licitatório, a nossa comunidade não participa, a maioria dos agricultores têm cadastro físico e precisa atualizar o jurídico. A associação vem tentando resolver isto com os agricultores da comunidade, mas confesso que todos precisam se responsabilizar e correr atrás para se informar (produtora e funcionária pública – 36 anos).

O presidente da Associação ressalta que esse é um problema que há anos não se resolve, a comunidade perdeu muita coisa com as pendências documentais, muitos dos agricultores já atualizaram seus dados, mas falta resolver o cadastro jurídico. Afirmou se sentir sem forças para atuar com pouca interação quando se necessita da participação de todos os trabalhadores do local para resolver estas questões. Os agricultores familiares devem se fazer presentes nas reuniões, eventos, assembleias e encontros, primeiro com a própria comunidade e uma liderança formalizada, em seguida com órgãos públicos envolvidos, movimentos sindicais rurais para fortalecer a luta da comunidade e o desenvolvimento do campo.

Com a regularização dos cadastros jurídicos, a comunidade pode se reorganizar para tentar fazer parte do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA destinado à agricultura

familiar e o produto fazer parte da merenda escolar do município dentre outras instituições públicas especiais.

Seria uma boa a gente ter essa verba aqui, a gente podia criar uma cooperativa e daí fornecer o produto para a merenda escolar, cabe agora à união e a força de vontade da comunidade, tem que ter uma liderança e tornar isso uma prioridade. Isso pode ajudar a melhorar a saúde, a educação das escolas da comunidade. A iniciativa tem que ser em conjunto, a gente precisa se organizar como acontece na comunidade da Sapucaia e pedir até orientação se possível (beijuzeira – 40 anos).

Geralmente o Programa de Aquisição de Alimentos compra alimentos produzidos por agricultores familiares com dispensa de licitação para serem fornecidos nas escolas e também destinados às pessoas com problemas de insegurança alimentar e nutricional em várias regiões do país. Graças à agricultura familiar que os produtores familiares da Boa Vista conseguiram alimentar sua família e por esta razão, ressaltam a necessidade de investir na mandiocultura local como forma de organização social do trabalho e benefícios para a agricultura familiar da comunidade:

Espero que venha acontecer alguma mudança boa na agricultura familiar daqui da comunidade, tomara que a gente consiga atualizar os documentos, vai ser bom para a economia daqui e seria muito bom se os jovens ficassem aqui com a gente trabalhando e na produção de beiju e conseguir e manter-se com seu trabalho. A escola também pode estar nos ajudando a reunir todos os agricultores a estimular o trabalho a partir dos saberes da comunidade (beijuzeira e funcionária pública – 30 anos).

Ainda de acordo com o presidente da associação, alguns assuntos sobre a produção agrícola da comunidade já são debatidos e questionados e serão apresentados para a Secretaria de Agricultura, Sindicato rural e a Secretaria de Educação do município de Santo Antônio de Jesus. Alguns dos secretários têm consciência do que se trata, mas é preciso formalizar um encontro para discutir com detalhes tais questões - estão aguardando a oportunidade de agendar e organizar uma reunião. As principais cobranças colocadas em pautas pela comunidade são:

a) assistência da Secretaria de Agricultura: direcionar técnicos agrícolas para orientar o agricultor a utilizar a dosagem correta de fertilizantes no solo, pois tem muitas áreas improdutiva na comunidade que precisa de uma correção técnica especializada mesmo aquelas rica em matéria orgânica, precisa ser manejada;

- b) treinamentos de cursos e palestras para os investimentos de novas tecnologias para o campo;
- c) realização de eventos e encontro regionais pela preservação dos saberes agrícolas populares e conhecimentos das técnicas simples e originais do campo no processo de produção;
- d) apoio da secretaria de educação: promover encontros para aproximar mais a escola do campo da comunidade para o incentivo da agricultura familiar, criação de projetos como horta comunitária e ensino de como fazer um balanço das vendas dos produtos;
- e) apoio do sindicato rural e da secretaria de agricultura: criar medidas de incentivos para os produtores de beiju a fabricar mais beijus coloridos com sabores variados para ser comercializados, pois apenas uma família da comunidade hoje trabalha com este tipo de produto.

Outra informação relevante colocada pelo presidente da Associação da Boa Vista é que a Secretaria de Agricultura de Santo Antônio de Jesus pensa em investir na produção de cacau nas localidades rurais e camponesas do município nos próximos anos, uma ideia sugerida há algum tempo pela gestão anterior que está fazendo os produtores da região inclusive da Boa Vista pensarem na sugestão. Os produtores agrícolas dos municípios vizinhos se dedicaram a plantar em suas propriedades o cacau, muitos agricultores familiares conseguem ter uma boa renda sem muito custo com a produção, pois a cultura do cacau é antiga e referência histórica e de grande riqueza na Bahia.

Segundo um agricultor, a prefeitura de Santo Antônio de Jesus pretende formar parceria com outros municípios e expandir a plantação de cacau em todo território do município com intuito de transformar grande parte dos territórios de identidade do Recôncavo baiano, Vale do Jequiçá e Baixo Sul em um único e maior polo de produção cacauzeira da Bahia. Alguns agricultores familiares têm em suas pequenas propriedades plantados alguns pés de cacau, os frutos são colhidos em menor quantidade e vendidos no comércio da cidade, é por esta razão que a renda não consegue bater de frente com o beiju, apesar de o preço ser mais alto no mercado.

Os agricultores da Boa Vista questionam também como a secretaria vai ajudar nesse processo, pois a maioria não tem terras e solo fértil suficiente para plantar nem água em abundância para irrigar a plantação. Para plantar cacau, o solo precisa estar muito bem molhado nos primeiros anos da planta e nem todas as terras das comunidades têm condições de produzir cacau em grande escala. Temos uma região com variedades de temperaturas bastante elevadas e a falta de água é um problema comum nas comunidades camponesas e rurais. O cacau precisa de sombra e terra fresca, uma vantagem é que a planta não cresce

sozinha, geralmente os agricultores plantam outras árvores frutíferas como banana, jaca, manga, caju para crescerem juntas com o cacau, daí a importância da pluralidade agrícola no campo.

A maior parte dos produtores de beiju pretende manter e seguir a tradição e deseja investir na produção e comercialização do beiju. Mesmo não sendo contra a produção do cacau, alguns dos produtores têm medo de o beiju entrar em decadência total e chegar ao fim. Mas segundo o presidente da Associação, isso não deve acontecer porque o beiju já tem sua marca cultural registrada na comunidade e região. A outra parte da população da Boa Vista pensa em plantar cacau, mesmo sabendo dos riscos e a falta de espaços suficientes para cultivar a planta.

O investimento na agricultura familiar da comunidade é uma das possibilidades de manter a juventude no campo através de programas sustentáveis e políticas públicas agrícolas que agregam valor à produção e oferecer serviços e desenvolvimento para a população local. A importância de reconhecer a agricultura familiar nos espaços de produção é uma iniciativa relevante que poderá contribuir também na saúde e educação da comunidade, ou seja, é a garantia de vida através da soberania alimentar.

4.1 A Educação do Campo na Boa Vista: algo desejado para enfrentar as dificuldades

Neste contexto, percebemos que a comunidade pesquisada pensa que a Educação do Campo enquanto instituição pública de ensino poderia contribuir com o processo de organização política das comunidades agrícolas para um diálogo mais efetivo com o poder público, como explicitado por um dos entrevistados:

Então vocês da faculdade podem ajudar e incentivar os órgãos públicos olhar para o povo do campo. Eu acho que a Universidade e o curso de educação do campo podem fazer essa dinâmica entre comunidade e gestão pública, os estudos que vocês desenvolvem são muito importantes e podem ajudar trazer oportunidades e as boas propostas para o campo (beijuzeiro – 40 anos).

Durante o debate, a discussão sobre a intervenção das instituições no campo começou a ser problematizada com maior intensidade, suas falas são de esperança para dias melhores no campo:

A contribuição de vocês é muito importante, sei que é difícil e complicado, mas junto com a educação a gente consegue vencer essa luta. O curso de Educação do Campo poderá divulgar e levar informação sobre a produção do nosso beiju e trazer notícias pra que a gente possa cobrar políticas

públicas para a nossa comunidade e outras comunidades pra o fortalecimento da agricultura familiar, saúde, educação e projetos para a permanência da juventude no campo (produtora de beiju – 40 anos).

Eu vejo como uma boa ideia as pessoas do campo estudar e se formar, acredito que esse curso pode ajudar os jovens a ter mais conhecimento para ajudar a gente aqui no campo, a nossa produção de beiju vai ganhar mais visibilidade e vamos ter mais força na comunidade para investir. Assim somando o nosso conhecimento com o de vocês a gente consegue, mas isso deve começar primeiro com as escolas daqui da comunidade, um trabalho coma comunidade (produtora de beiju – 35 anos).

A comunidade de Boa Vista também sente falta de uma escola mais voltada para os saberes do trabalho no campo, de forma que possa estimular as novas gerações:

A escola tem que conversar mais com a comunidade, incentivar e ensinar os filhos dos produtores a descobrir novas formas de aprendizagem a partir do trabalho da roça, ensinar os estudantes a conhecer maneiras de investir na agricultura a exemplo da tecnologia nas amostras de solo (morador do campo – 35 anos).

Uma produtora de beiju da comunidade de 40 anos, mãe de dois filhos que estudam na escola da comunidade, ressaltou em sua fala a importância de trabalhar a realidade de vida dos estudantes e a educação do campo nas escolas:

Eu acredito que o papel da escola do campo na comunidade é trabalhar o ensino de histórias sobre as culturas de uma maneira que alunos possa fazer uma relação com o passado e a realidade daquelas crianças e das famílias que vivem na roça. Eles vão falar a língua deles, eu acho uma forma importante de interagir porque valoriza a nossa cultura a partir do trabalho que os pais fazem na roça.

Todos discutem a necessidade de aprender também com o trabalho desenvolvido na comunidade, é uma troca de saberes entre a teoria e a prática. Penso que as instituições de ensino juntamente com educadores e professores devem negociar a teoria com a prática, essas duas forças funcionam em conjunto, a escola deve manifestar apoio à comunidade, ensinar os filhos a adquirir conhecimentos técnicos e formar indivíduos críticos para o mundo do trabalho. Acho importante o estudante levar para casa o que descobriu de novo na escola e acho mais interessante ainda o aluno compartilhar com colegas e professores o que aprende com os familiares em casa, essa relação lembra a Pedagogia da Alternância.

Weisheimer (2009) e Andrade (2015) ressaltam a importância das relações familiares através do saber-fazer tradicional e do trabalho coletivo entre homens e mulheres, o que

reconfigura a produção camponesa. A Boa Vista mantém a participação dos filhos jovens no trabalho com o apoio da educação, que é fundamental, pois esse exercício fortalece a continuidade do trabalho familiar e o compromisso de manter a produção do beiju e a gestão da pequena propriedade. Outra produtora de beiju de 42 anos, mãe de um filho que também estuda na escola da comunidade, fala da importância do trabalho familiar e dos saberes que aprendem na escola o conhecimento do campo:

Os meninos aprendem com as famílias, os pais estão trabalhando e os filhos estão ali no meio deles brincando e aprendendo também fazer o beiju. Hoje aqui na escola temos o Programa Despertar como meu filho estuda na escola, ele recebeu uma sementinha para o cultivo da horta, uma grande quantidade dos filhos dos produtores estuda na comunidade, mas nem todos. O meu, por exemplo, não estudavam aqui, mas voltou a estudar por causa da pandemia.

O Programa Despertar é um projeto da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santo Antônio de Jesus que tem como objetivo incentivar as famílias agricultoras a plantarem árvores e plantas frutíferas para ser vendidas na feira da cidade. A secretaria distribui sementes nas escolas do campo para ser entregue aos filhos de produtores plantarem em suas propriedades. O Programa atualmente não está muito atuante, por conta das condições administrativas do município, e as comunidades também não estão muito envolvidas, inclusive a Boa Vista, devido às questões políticas.

Os agricultores consideram importante incentivar o plantio de sementes e mudas de plantas nas comunidades rurais e camponesas do município e, nesse contexto, a escola do campo tem um papel fundamental no processo de formação do indivíduo campesino, relacionando a prática dos saberes do trabalho com os conhecimentos teóricos da sala de aula. Atualmente tem aumentado o número de evasão de alunos nas escolas e também nas escolas do campo. Essa realidade já existe antes da pandemia porque os filhos dos produtores deixam de frequentar as aulas para ajudar os pais nas atividades do trabalho, fato recorrente também na Boa Vista. Um produtor de beiju de 40 anos explica:

Devemos incentivar também os filhos a estudar, a escola pode ajudar a nossa comunidade ensinando a criança conhecer o mundo e fortalecer a nossa cultura. Inovar o campo é importante, muitos começam a trabalhar cedo e ajudar o pai na roça porque não tem outra oportunidade e precisa ajudar nas despesas. Agora com a Pandemia ficou ruim até para estudar, enquanto não volta, vamos para roça, com fé em Deus vamos conseguir melhorar.

Trabalhadores do campo assim como os da Boa Vista deixam de frequentar a escola desde cedo para dedicar ao trabalho associado à informalidade. Alguns filhos de produtores estudam, mas ajudam a família no turno oposto:

Os filhos já ajudam na roça ou aqui nas fábricas de beiju. Isso é bom porque aprendem a nossa cultura desde cedo, mas estudam em um turno; quero ver os meus filhos estudando também, conhecer outra coisa, um emprego ou fazendo uma faculdade. Vejo que esse curso sobre educação do campo que vocês falam um investimento também para o jovem do campo, pode ser o futuro da juventude aqui da região (produtor de beiju – 38 anos).

Os trabalhadores interrompem sua escolarização para poder sobreviver e, assim, deixam de se apropriar do saber formal; no entanto, durante esse percurso, produzem outros saberes, valores e hábitos relacionados ao trabalho e à vida fora da escolar como aponta Tiriba e Fischer (2009). Durante a discussão, sobre educação, trabalho e produção no campo, as mães dos jovens e adolescentes da Boa Vista se demonstraram preocupadas e interessadas em falar das experiências de viver no campo e acompanhar a rotina de seus filhos:

Aqui na Boa Vista temos uma grande evasão de adolescentes e jovens no campo, os que estão aqui ainda já estão querendo fazer esse percurso para trabalhar na cidade, justamente pela falta oportunidade para eles aqui no campo. O beiju é uma marca cultural de gerações, precisa dar continuidade, e deve ser pelos jovens (produtora de beiju – 40 anos).

A comunidade se preocupa com o futuro da juventude camponesa da Boa Vista e alguns pensam na possibilidade de interagir melhor com grupos sociais, militantes e representantes governamentais, mas também estão frustrados com os impactos da pandemia. Na oportunidade, um dos agricultores complementou a fala anterior expondo sua opinião com relação ao trabalho, educação de jovens e adolescentes no campo:

O trabalho do beiju é cultural, é um saber do povo que vive na roça que passa para os filhos. É um saber familiar, tomara que os jovens lembrem isso quando for contar um dia a nossa história. A comunidade tem que ter mais escolas, saúde, tecnologia no campo, o jovem gosta de novidade, isso precisa ser trabalhado nas escolas e as famílias do campo precisam ir também buscar investimento, mas para isso, primeiro precisa se unir e se organizar para fortalecer a luta (produtor de beiju – 40 anos).

Desde o início da história do trabalho agrícola que os saberes do povo das comunidades são valorizados pelas famílias. A produção do beiju da Boa Vista deseja a continuação do trabalho pelos seus filhos no campo de modo que a juventude local consiga desenvolver

projetos para o fortalecimento da agricultura familiar e manter relações com outros movimentos sociais. Na oportunidade, uma estudante de 14 anos, filha de agricultor e produtor de beiju, deu a sua opinião sobre a vida no campo e sobre a importância da educação e das atividades agrícolas familiar na comunidade:

Eu vejo você fazendo esse trabalho, me lembrei do meu que fiz para a escola, eu me emocionei muito. Eu entrevistei a minha tia para ela falar como era o trabalho na roça antigamente e comparei com os desafios que a gente tem hoje aqui na roça. Eu acho que deve ter esse incentivo na agricultura familiar para que os jovens como eu e meus amigos possam aproveitar a oportunidade e desenvolver projetos de sustentabilidade e meio ambiente aqui na comunidade. É preciso que invista na educação e nas escolas do campo e que venha mais tecnologia para a roça para inovar o campo. Eu desejo prosperidade para a comunidade, escolas, investimento para a juventude.

Diante da fala da estudante 14 anos, percebemos o desejo de trazer inovações tecnológicas, educação para a juventude e investimento na agricultura da comunidade. A juventude é atraída pela inovação, criatividade e oportunidades de trabalho, emprego e renda para ajudar sua família que mora no campo e percebe-se que muitos estão se preparando para deixar a comunidade e buscar outros horizontes na cidade. Os agricultores familiares durante o Grupo de Discussão deram suas opiniões e falaram das dificuldades que enfrentam para manter a produção do beiju e da desvalorização do trabalho agrícola familiar na Boa Vista:

Um das coisas que a gente percebe é a desvalorização da cultura e a produção do campo e do nosso trabalho. Tem muitas coisas acontecendo hoje e isso não é tão bom, porque faz a gente esquecer o passado. A cultura do beiju é muito rica, mas ainda é desvalorizada, não sei se essa modernidade no trabalho é tão bom assim, precisamos fazer alguma coisa para nossos costumes não se perderem se não vai desvalorizar tudo aqui ainda mais (aposentada ex produtora de beiju – 60 anos).

“A desvalorização dos órgãos públicos” foi uma das frases mais falada durante a discussão, é um problema que incomoda muito os produtores:

A nossa comunidade é grande, tem muita gente que passa dificuldade, as vezes acho que a gente não é valorizado, a gente planta, colhe e vende para a cidade, mas ainda há um preconceito com o povo do campo. Eu acho que a escola pode ajudar na educação do campo, porque não vejo manifestação da gestão, entendeu? Eu lembro há um tempo atrás aí que na gestão passada teve um pequeno investimento que valorizou muito o nosso beiju, teve uma dimensão maior (produtor de beiju – 50 anos).

A falta de incentivo na agricultura familiar, melhorias para as escolas do campo, melhores oportunidades de emprego para a juventude são algumas das dificuldades apontadas pela comunidade durante o período de discussão, por essa razão que cobram da atual gestão um olhar sensível para o povo do campo, em especial para a população da Boa Vista:

São muitas as dificuldades aqui na comunidade, a gente não faz a goma da mandioca porque não temos muitas estruturas, não temos tecnologia avançada para acelerar a produção, temos pouco apoio da gestão, a educação, a saúde não é lá essas coisas, emprego está difícil e nos dias de hoje com a carestia das coisas. Não sei onde vamos parar, muito caros as coisas, a dificuldade é ainda maior para aquele que não tem uma renda, vive de bico. Ainda bem que tem a renda do beiju para a gente viver e agradecer a Deus pelo esse trabalho (produtor de beiju – 60 anos).

Além dos problemas e desafios que os produtores da comunidade enfrentam no campo, atualmente vivenciam o aumento dos preços dos alimentos. O feijão, arroz, carne e farinha são comidas básicas da população brasileira e o próprio campo que produz estes alimentos está enfrentando sérios problemas. Inconformado, um produtor do campo impõe sua fala:

Parece ironia, a gente planta na roça e tem que comprar depois a comida mais cara, o valor bem mais alto, o engraçado quando a gente vende um produto nosso o valor não é assim tão caro, mas para a gente comprar é mais difícil. As famílias que ganham pouco com a produção de beiju não passam fome, mas passa por dificuldades, o preço das coisas estão muito alto, não dar para comprar muita coisa (produtor de beiju – 48 anos).

Estamos vivendo tempos difíceis, e é verdade que estamos vivendo “uma crise das brabas” como ressalta o produtor familiar da Boa Vista. No texto, "Carne sem osso e farinha sem caroço" de Reis e Aguiar (1996) ressaltam o comportamento político abusivo da classe mercantilista em aumentar o preço dos alimentos na Bahia no ano de 1850. Atualmente, os preços das coisas estão exorbitantes e a carestia dos alimentos é um absurdo a cada dia, fato que infelizmente está interferindo também na vida do trabalhador do campo e da Boa Vista:

O que a gente ganha da produção de beiju dá para sustentar a família, mas os preços das coisas estão tão alto que a gente deixa de comprar uma coisa para economizar, a gente compra só o necessário. Para falar a verdade, comida é o mais caro de tudo, o feijão, arroz, carne de boi nem se fala, é o mais caro de tudo, até a farinha se a gente for comprar fora, é mais cara! A gente aqui ajuda o outro se precisar de uma necessidade. É uma crise das brabas, Deus é mais! Ainda mais numa pandemia dessa (produtor do campo – 50 anos).

Com a Pandemia, a situação se agravou intensificando a crise no trabalho, Boa Vista enfrenta algumas dificuldades econômicas, sociais e com a pandemia, a situação torna-se mais preocupante para os trabalhadores e a produção local:

Meu filho trabalhava no comércio da cidade, mas com a pandemia interferiu no seu emprego. Ele voltou morar aqui na roça e está aqui ajudando a gente na produção. O trabalho está difícil, até na produção do beiju o coronavírus interferiu, porque os clientes não estavam indo para a feira comprar, as vendas caíram, agora que está melhorando um pouco. Agora juntou a Pandemia e a carestia das coisas, fica mais difícil ainda, acho que é importante investir na agricultura para a gente plantar o que quiser aqui na roça e não precisar compara nada na cidade (produtor de beiju – 40 anos).

Durante o grupo de discussão, os moradores e produtores da Boa Vista apontaram alguns problemas, como a queda das vendas do beiju logo no início da pandemia, dificuldade de fazer circular e distribuir o produto na região e a volta de pessoas para o campo, pois ficaram desempregadas na cidade, mas agora pensa em investir no campo.

Eu falei para minha filha ficar aqui na roça até essa pandemia passar, morar na cidade tem mais gasto, o dinheiro não sobra para nada. A gente pensa em aumentar a produção do beiju porque as vendas voltaram o normal e ela pode está ajudando e ganhar seu dinheiro. Alguns jovens daqui estavam pensando em trabalhar na cidade, mas a pandemia não deixou, eu acho que agora tem que ficar aqui, já basta as dificuldades da vida e agora com esse vírus, não podemos vacilar né meu filho? (produtora de beiju – 55 anos).

Os produtores falaram da necessidade do governo e da sociedade respeitar e cuidar da saúde, educação, cultura e trabalho do povo do campo, pois sem isto o povo da cidade também não vive - um exemplo disso é a comida que vem do campo através da agricultura familiar:

Mesmo com tantas dificuldades no trabalho em tempo de pandemia o povo do campo resiste essa guerra, eu vejo na televisão o que passa, muita gente passando fome sem ter o que comer, a gente aqui passa dificuldades, mas fome não. Se alguém tiver passando por um momento ruim desse a nossa comunidade ajuda. É crise no trabalho, na educação porque os alunos não podem ir para a escola, não podemos comemorar ou fazer uma festinha com muita gente, tomara passar logo isso para a gente continuar a nossa vida normal (produtor de beiju – 48 anos).

Apesar dessas dificuldades, alguns moradores da Boa Vista falaram que alguns deles aproveitam o momento da pandemia e criaram alguma forma de ganhar dinheiro para complementar a renda, os produtores se reinventaram para sobreviver:

Com essa crise, tudo caro, alguns com pouca renda para viver começaram a ter umas ideias, como o comercio voltou a funcionar a gente pensou em vender alguns produtos da roça como ovos de quintal, tempero verde, frutas e batata e aipim. Aproveitamos o mês de chuva e plantamos, não é muita coisa, mas ajuda muito nas compras de casa. Tem vizinhos nosso que já vende isso tudo na cidade há anos, mas a gente só trabalha com o beiju, o importante que estamos conseguindo viver bem, a família toda trabalha para sobreviver (produtora de beiju – 42 anos).

Outra moradora da comunidade aproveitou o momento da fala e opinou sobre a importância de aprender e saber fazer outras coisas para somar com a renda familiar:

Eu aproveitei o forno quente depois que a gente fez o beiju e fiz alguns biscoitinhos, é aquele que o povo chama de sequilhos, fiz cocada e doce de algumas frutas e coloquei para vender na barraca do beiju, não é que conseguir vender tudo menino? Não perco mais, vou continuar a vender, eu brinco que o doce é para comer com beiju, os clientes começam a sorrir e leva junto com o beiju para casa. O beiju ajuda a vender outras coisas junto com ele na feira, é uma beleza! (produtora de beiju – 50 anos).

Esses relatos apresenta a importância de valorizar a ainda mais a cultura do campo, isso demonstra que os saberes do trabalho na Boa Vista fazem muito sentido, cada ideia pensada pelos moradores, significa e a expansão do beiju e o desenvolvimento econômico da localidade. Nesse sentido, podemos perceber que as atividades agrícolas da comunidade estão sempre associadas com os saberes, pois é através da cultura local, experiências e habilidades que os trabalhadores conseguem dinamizar a localidade. Uma filha de agricultor familiar expressa sua opinião:

Eu como filha de produtor agrícola, penso que a educação é uma forma de melhorar o trabalho no campo, investir na agricultura familiar é uma das alternativas positivas para o desenvolvimento local. Escola e comunidade têm que trabalhar juntas e desenvolver técnicas de empreendimento social para os alunos daqui da comunidade. A juventude merece ter emprego e renda para ajudar a suas famílias principalmente nessa crise pandêmica. Acho que a educação camponesa poderá evoluir com os saberes tradicionais do campo (estudante e comerciante – 25 anos).

A fala da estudante é um incentivo para a juventude da Boa Vista crescer e transformar a comunidade. Os associados acreditam no desenvolvimento econômico da localidade, mas é preciso estabelecer novas alternativas produtivas a partir das técnicas agrícolas sem desprezar a cultura do beiju, dentre outros costumes tradicionais. A educação camponesa é uma grande referência nos espaços de produção e pode contribuir com o avanço econômico e social da

comunidade. Nesse sentido, a produção poderá ganhar visibilidade melhorando a agricultura familiar:

Conhecimento sempre é bom, estudar e trabalhar é importante, eu não tive essa oportunidade, sempre estive para o trabalho, minha vida foi cuidar dos afazeres de casa, trabalhar na roça e cuidar da família. Só depois de anos que fui estudar um pouquinho mais, hoje sei ler e escrever e incentivo meus filhos a estudar e trabalhar. Se aqui na roça as oportunidades chegarem para a juventude, seria uma boa, eles estudavam e depois vinha trabalhar com a famílias deles, é um sonho de todos ver seus filhos bem, com saúde e trabalho para viver na sociedade (produtora – 45 anos).

Os saberes do trabalho construídos pela comunidade precisam ser repensados, é preciso regularizar e alertar os produtores sobre os seus direitos e oportunidades para a juventude da comunidade. A reconfiguração da produção de beiju no passado possibilitou outra forma de produção, uma estratégia positiva que até hoje sustentando grande parte das famílias da comunidade:

Assim como antes a gente apostou na ideia da fabricação do beiju devido as dificuldades daquela época, a gente pode trabalhar para renovar a localidade, quando falo renovar não é deixar de seguir a nossa cultura local não, é somar o que temos de bom com outras coisas importantes para a agricultura familiar, escola, trabalho no campo para todos, eu acredito que vamos ter uma mudança ainda no campo, mesmo que seja ao longo prazo e tomara que a produção do nosso beiju seja lembrado pela nova geração, que procure inovar com os estudos (produtor de beiju – 40 anos).

A fala do produtor de beiju almeja uma transformação social do campo através da educação; isso significa que a população pensa em modernizar o espaço de produção sem ferir a cultura e a tradição local. Investir na agricultura familiar é um trabalho educativo que pode trazer benefícios culturais e econômicos para a Boa Vista e esse movimento deve começar com a própria escola da comunidade, ensinando e aprendendo com as relações sociais e atividades do dia a dia. A Educação do Campo, enquanto instituição e movimento social, tende a fortalecer os espaços de produção e a cultura do lugar de forma a construir conjuntamente um projeto de educação baseado nos saberes do trabalho da comunidade. O movimento da Educação do Campo é convidado a fazer parte da luta e realidade de vida dos agricultores familiares, do trabalho organizado pelas famílias produtoras de beiju da localidade. A Educação do Campo poderá contribuir e agregar valor à produção local e que ajude a comunidade a desenvolver medidas para fortalecer o associativismo na Boa Vista e passe ser

mais atuantes nos movimentos agrários em busca de mais investimentos e educação para o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo realizado na Boa Vista, comunidade de agricultores familiares da mandiocultura localizada a 5 km do município de Santo Antônio de Jesus, procuro analisar os saberes do trabalho desenvolvidos na produção do beiju sob a luz e relevância da Educação do Campo na reorganização da cultura agrícola da comunidade. Boa Vista é caracterizada por um número significativo de agricultores familiares que a partir da reorganização local do trabalho se tornaram produtores familiares do beiju.

Os participantes dessa pesquisa qualitativa são trabalhadores envolvidos com este tipo de produção foram coletadas informações a partir de um Grupo de Discussão formado por doze participantes, seis homens e seis mulheres, representando as famílias produtoras de beiju da Comunidade, e a realização de uma entrevista aberta com o presidente da Associação agrícola da comunidade.

Na referida pesquisa, busco retratar a Educação do Campo como instrumento de luta e troca de saberes entre o movimento e a comunidade em dois sentidos: primeiro destacando o processo de formação da Educação do Campo no Brasil a partir da educação rural, a educação popular e a Pedagogia da Alternância, consideradas umas das principais influencias pedagógicas na construção do movimento social e educacional do sistema agrário brasileiro, tendo como referências Freire, Caldart, Arroyo e Molina. Em seguida, a organização dos principais movimentos sociais e do campo, a exemplo do Movimento dos Sem Terras – MST e PRONERA, responsáveis pelo surgimento da Educação do Campo e o seu fortalecimento enquanto conceito, Caldart (2002, p.18) afirma que a “Educação do Campo é um conceito de um movimento em construção, porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica” e assim, torna-se um movimento de inclusão social e compromisso de vida para população do campo.

Nesta pesquisa, tanto o MST quanto o PRONERA são apontados como uns dos principais organismos envolvidos no processo de construção dos sujeitos que através das políticas públicas, estudantes e trabalhadores rurais e camponeses conseguiram a formação profissional e técnicas durante décadas no Brasil. A Educação do Campo surge com a responsabilidade de contextualizar os saberes do trabalho agrícola familiar, a cultura da produção e as especificidades da comunidade da Boa Vista, os sujeitos “desafiarem as relações pedagógicas” e passarem a dialogar com outros grupos sociais, políticos, econômicos, culturais formados por homens e mulheres camponeses que transformam a realidade de

pessoas que vivem em seu meio, neste caso, o próprio campo (VERGUTZ; CAVALCANTE, 2014).

Constata-se também que a agricultura familiar do Brasil, especialmente no Nordeste, tem um significado importante na vida de muitas pessoas que depende dos recursos para viver. Durante o percurso, apresento alguns dados sobre o crescimento da agricultura familiar nos últimos anos que, segundo o IBGE no ano de 2014, mostrou-se responsável por produzir 89% da produção de alimentos no combate a fome, tornando-se fonte de renda para milhares de trabalhadores e consumidores da população brasileira. Outra informação é a relevância do trabalho agrícola familiar, a construção dos saberes, conhecimento da terra e dos cultivos passados dos pais para os filhos continuarem com o trabalho preservando as técnicas e a tradição da cultura local, pois, apesar dos desequilíbrios econômicos do atual governo federal, a agricultura familiar resiste às situações de desgaste nos modos de produção. “A agricultura familiar é um conceito genérico, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” (WANDERLEY, 1996, p.02). Autores como Abramovay, Antunes, Marx e Tiriba deram suporte teórico para relacionar a agricultura com os saberes do trabalho.

O cultivo da mandioca é uma das culturas agrícolas mais influentes na agricultura familiar no Recôncavo baiano; é um alimento de grande valor nutricional e fonte de renda para as famílias agricultoras de toda a região desde há muito tempo. Diante desse contexto, apresentei alguns programas e projetos agrícolas importantes que fomentaram a produção e a venda da mandioca e seus derivados voltados para o desenvolvimento econômico do interior baiano a partir da mandiocultura, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/2010), o Programa Nossa Raiz e a cooperativa da COOPAMIDO, no município de Santo Antônio de Jesus dando apoio na inovação tecnológica e de alguma forma, estimulando os agricultores familiares da região ao cultivo de forma cooperadamente e facilitando a comercialização com a venda garantida da raiz pela BAHIAMIDO, empresa que produz o amido. A comunidade de Boa Vista teve o apoio por algum tempo de entidades como a EBDA, EMPRAPA, SEBRAE, dentre outras que contribuíram e promoveram investimentos, porém atualmente há ainda uma ausência de orientações técnicas enfrentando problemas como queda de produtividade, fragilidade do solo, variação de valores e terras insuficiente para plantação dentre outros fatores atuais a exemplo dos impactos causados pela pandemia do covid19. Por isso que na comunidade de Boa Vista os agricultores familiares tiveram dificuldades para continuar cultivando mandioca e fazer frente às novas leis do mercado, optando pela fabricação do beiju.

A fécula comprada vem do Paraná - primeiro estado produtor responsável por 65% a 70% da produção nacional porque a agricultura está mais modernizada - e na Boa Vista as casas das farinhas tornaram-se fabricas de beiju, singularizando a comunidade de agricultores familiares que agora se destaca na região pela sua produção de beiju. Apesar de já ter água potável, ainda compram a fécula devido à falta de uma boa estrutura técnica para manipular o produto. A fécula é preparada e levada ao forno onde o beiju é assado. Em seguida as mulheres empacotam os beijus e depois embalam para ser comercializados.

O beiju é considerado o principal elemento agrícola da comunidade por ser um alimento de alto valor nutritivo e de fácil vendagem no mercado. Seu menor tempo de produção é calculado pelos principais produtores da localidade, relatam que as exigências para a fabricação é de pouca mão de obra, tem uma real diminuição nos custos e é de boa flexibilidade na comercialização. A partir desse processo de reorganização, o cenário local passou a ganhar outro destaque: uma nova configuração como alternativa rentável geradora de emprego e renda proporcionou aos agricultores familiares oportunidades de se tornarem empreendedores de seus próprios negócios, uma vez que a cultura do beiju é capaz de dinamizar economicamente a comunidade local e regional exercendo também uma forte influência nas regiões circunvizinhas.

Mas ainda, há um desconhecimento comercial do beiju por não ser muito divulgado, por falta de lugares para a comercialização, como as feiras e eventos tipo Expormandioca, que deixou de existir; os produtores acreditam que os eventos culinários e culturais sobre a mandioca seria uma boa ideia para atrair a população. Outro fator apontado seria a ideia de introduzir novas tecnologias em função de aperfeiçoar o processo de produção; a instalação de uma fábrica de fécula poderia contribuir com o aumento da produtividade, gerando assim, uma lucratividade maior.

Os próprios produtores reconhecem que é preciso também que a comunidade se mobilize e construa formas de organização social mais sólida com o apoio da Secretaria de Cultura do município e, principalmente, com a participação ativa dos agricultores nos movimentos sociais do campo. A colaboração dos próprios produtores no processo de cadastramento jurídico da Associação de agricultores familiares da Boa Vista é fundamental, pois essa irregularidade do associativismo prejudica a própria impedida atualmente de fazer parte do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e inclusive para a comercialização do beiju na merenda escolar.

Os produtores desejam que a cultura do beiju na Boa Vista seja um legado para a juventude da comunidade, garantindo a estabilidade e a continuação do trabalho mesmo

aprimorando as formas de produção. Para isso, é necessário criar novos projetos com a comunidade e ter uma maior participação dos envolvidos em busca de novos empreendimentos comerciais para ampliar as vendas dos beijos. Acredito que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB poderia colaborar com a comunidade. A Universidade conseguiu aprovar três de seus projetos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para participar do Edital do Programa de Residência Profissional Agrícola chamado de AgroResidência.

Segundo a Instituição, os projetos serão financiados para que desenvolvam atividades voltadas à qualificação técnica de estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins, Cooperativas da Agricultura Familiar, Formação Acadêmica e de Recém-Formados dos Cursos de Ciências Agrárias do Recôncavo da Bahia, e para qualificação profissional de jovens das ciências agrárias que trabalham na produção e comercialização de alimentos e empreendimentos da agricultura familiar no estado da Bahia. Seria uma oportunidade para a juventude camponesa de Boa Vista adentrar e fazer parte desse movimento; é também um compromisso de vida do movimento da Educação do Campo com o próprio campo, pois precisa também incentivar os envolvidos nesse processo e juntar os interesses capazes de viabilizar o crescimento e o fortalecimento agricultura familiar e da mandiocultura local a partir das ações afirmativas integradas com políticas públicas agrícolas pelo desenvolvimento da localidade.

Nos últimos anos, a Boa Vista tem enfrentado grandes desafios no que diz respeito as questões agrícolas e foi preciso desenvolver estratégias no modo de produção para continuar mantendo a cultura do beiju, maior fonte de renda da produção local. A Educação do Campo também vem enfrentando as forças hegemônicas que oprimem a classe trabalhadora deste país. Nós, enquanto representantes desse movimento, precisamos fortalecer a nossa luta contra qualquer sistema político opressor que venha atacar os direitos do povo camponês. No atual momento, estamos travando uma batalha pela efetivação das Secretarias e Coordenações de Políticas Públicas Sociais para o Campo dentre outras conquistas importantes para a população camponêsina como o PRONERA, todas desativadas pelo atual governo federal sem a consulta prévia dos movimentos sociais e representantes do campo. Movimentos sociais e do campo, universidades e outras organizações estão se mobilizando para manter o funcionamento das políticas públicas do campo legalmente reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC, e contra o fechamento das escolas do campo. A Educação do Campo neste momento precisa do apoio de todos, principalmente das comunidades agrícolas como a Boa Vista, pela história de seu povo.

Os produtores da Boa Vista estão se reorganizando para desenvolver atividades do trabalho com a construção de um projeto de educação popular no campo. Esperamos que a comunidade consiga ampliar a produção cultural do beiju e criar alternativas e manter uma boa relação do lugar e com outras entidades. A Educação do Campo, enquanto instituição e movimento social pode estar contribuindo nesse processo e agregando valor à soberania alimentar e a agroecologia através dos saberes do trabalho dos agricultores familiares da comunidade.

Acredito que essa troca de conhecimento poderá intensificar a participação dos produtores nos encontros e regularizar os cadastros agrícolas jurídicos pendentes nos processos administrativos da Associação dos agricultores familiares da Boa Vista. Juntos podemos construir formas de planejar, propor, executar e dialogar sobre ações para uma educação de qualidade. Entende-se que a comunidade da Boa Vista tem o direito de definir seus próprios caminhos, suas intencionalidades e continuar mantendo ativas as relações socioeconômicas e culturais. Nesse sentido, apesar das dificuldades, a Educação do Campo é emancipadora e tem a responsabilidade de incentivar os sujeitos do campo a pensarem em novas formas e alternativas de vida, assumindo sua identidade de sujeitos do campo a partir da aprendizagem, saberes do trabalho e a cultura do lugar.

A referida pesquisa em seu percurso apresenta algumas concepções acerca do movimento da Educação do Campo e das relações dos sujeitos com o trabalho agrícola familiar, tendo a comunidade da Boa Vista como principal objeto de reflexão desta proposta. A escrita traz elementos que nos fazem pensar nas condições de trabalho e nos desafios que os produtores tiveram e têm que enfrentar como os impactos causados no trabalho pela pandemia. Isso nos faz refletir sobre uma nova configuração na comunidade, a pluralidade agrícola. O cultivo do cacau é uma nova representação produtiva, segundo os relatos dos agricultores, a secretaria de agricultura do município tem o desejo de investir na produção, fato que deve ser discutido futuramente em uma outra discussão sobre o trabalho agrícola familiar da Boa Vista.

Espera-se que esta pesquisa seja aporte para outros estudos acadêmicos sobre o tema e que venha contribuir no processo de construção e reorganização histórica do modo de produção agrícola familiar para outras comunidades levando em consideração o registro de fatos e acontecimentos produzido na comunidade e que venha contribuir e ser referência para questões agrárias e da Educação do Campo em outros espaços de produção.

Pontua-se também aqui uma educação libertadora baseada nos critérios e no discurso crítico do mestre Paulo Freire com possibilidades de mudanças e transformação social no

campo a partir da práxis. Que tenhamos uma educação renovada capaz de mobilizar os agricultores familiares e unir forças contra as ações perversas do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Diversidade: Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular, São Paulo, Rio de Janeiro, 2012.
- ARROYO, M. G. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas**. In: MOLINA, M. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- ARROYO, M. G.; Fernandes, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.
- AGUIAR, M. G. D. de; REIS, J. J. **“Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia**. Artigo Publicado na Revista de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH - USP, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2009.
- ANDRADE, Emanuel Silva. **Impasses e Estratégias de Reprodução Social do trabalho Agrícola na Comunidade de Santo Antônio de Aldeia, em Maragogipe-Bahia**. Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cachoeira – Bahia, 2015.
- ABROMAVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. Fórum Internacional Território, Desenvolvimento rural e Democracia. Fortaleza, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: **dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BIANCHINI, Valer: **O universo da Agricultura Familiar e sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural**, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Agricultura Familiar, 2000.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Política de educação no campo (1952- 1963). São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESP, 2010. 152p.
- BRANDÃO, Carlos R. **Aprender a saber com e entre outros**. Acervo do Centro de Referência Paulo Freire Educação Popular na Perspectiva Freiriana SÃO PAULO 2009.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo. Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular, São Paulo, Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO, Cremilda Souza. **Política Territorial Rural. Contribuição do Programa Nossa Raiz para o desenvolvimento econômico local.** Salvador: EDUEB: 2008.

CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.** Documentos Finais. Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção.** Seminário Nacional, Brasília, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE, 4 de dezembro de 2001.

Censo Populacional 2015. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Agosto de 2015.

_____. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Dossiê Educação do Campo: documentos 1998-2018 (et al. Organização) Brasília, Editora Universidade de Brasília - UNB, 2020.

Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - julho de 2008.

ECCO, Idamir; BRESOLINE, Paoline. **Pedagogia da Alternância e Casa Familiar Rural Agroflorestal Alto Uruguai: uma prática de Interações, Saberes e Aprendizagens,** RS, maio de 2010.

ETENE, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Ano 4, nº 5, 2010.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Estudo Prospectivo. **Produção de mandioca no Brasil: o desafio do incremento de produtividade com preservação de solos.** Cruz das Almas, Ba, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo, UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa.** São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, G.. Tecnologia. In.: EPSJV. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde,** Rio de Janeiro: EPSJV, 2006, p.243-48.

FERNANDES, Michele de S. dos S. Grupo de discussão e entrevista coletiva: **a construção de dispositivos metodológicos em uma pesquisa discursiva.** Artigo – produto da dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2014.

FIGUEIREDO, Daniel A. de. **História da Educação Popular: uma leitura crítica.** Acervo: Educação Popular na Perspectiva Freiriana, São Paulo, 2009.

Fórum Nacional de Educação do Campo. Carta de Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo, Brasília, 2010.

FRAZÃO, G. A. DÁLIA, J. M. T. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense.** Artigo – Publicado no Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 2011.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: **ensinar e aprender com sentido.** Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GODINHO, L.F.R. Trabalho, direitos e vulnerabilidades sociais. Artigo: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Editora, UFRB. Cruz das Almas Bahia, 2020.

GODINHO, L.F.R. Um mosaico de classe: a terceirização na Refinaria Landulfo Alves. 2003. Dissertação (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2003.

GODINHO, L.F.R. Laços frágeis e identidades fragmentadas - Interações, discriminações e conflitos entre trabalhadores da refinaria Landulfo Alves Mataripe - 1990-2006 / - Jundiáí, Paco Editorial. 2010.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a organização da cultura 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GARGIA, Marirrodriaga, R; PUIG-CALVÓ, P. **Formação em Alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo.** Belo Horizonte, MG: O Lutador, 2010.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: **novos percursos e novos conceitos.** Sociologia – Problemas e Práticas, n. 3, p. 59-74, 1993.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. **A cultura da mandioca no Brasil e no mundo: um caso de roubo da história dos povos indígenas.** Artigo - Publicado no VIII Encontro Estadual de História, ANPUH, Feira de Santana/Ba, 2016.

GASPAR, Lúcia. Casa de farinha. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2014.

GOMES, J. de. C. **Calagem e adubação.** In: MATTOS, P. L. P de. GOMES, J de. O cultivo da mandioca. Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2004.

GARCIA. R. W.D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: Considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas-SP, 2003.

HENRIQUES, Lucas F. C; TORRES, Michelangelo M. **Potencialidades do Círculo de Cultura na Educação Popular:** Acervo: Educação Popular na Perspectiva Freiriana, São Paulo, 2009.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Brasília: IBGE/Pnad, 2010.

INCRA. **Análise e diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília. Incra, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Populacional 2015.

JESUS, Simone Soares Batista de. **Produção do espaço agrário do município de São Felipe (Ba): Agricultura Familiar e as Políticas Públicas (PRONAF, PAA E PNAE) 1999 a 2015**. Dissertação de Mestrado, 2017: Universidade Federal da Bahia – UFBA.

_____. Lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Nova cultura, Livro I, Tomo I, 1985.

MOLINA. Mônica Castagna. **Por uma Educação do campo**. Seminário Nacional de Educação do campo. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: 2002.

MEC. Ministério da Educação. Relatório dos Programas da Coordenação Geral de Educação do Campo CGEC/2010. Brasília: **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC)**. Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Beltrand, Brasil, 2001.

MOLINA, M. C.; Jesus, S. M. S. A. (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004.

MOLINA. Mônica Castagna. **Por uma Educação do campo**. Seminário Nacional de Educação do campo. Brasília, 2002.

MOLINA. Mônica Castagna. **Dossiê Educação do Campo: documentos 1998-2018 (Organização)** Brasília, Editora Universidade de Brasília - UNB, 2017 - 2020.

NETO, Marcos Mergarejo. **A Agricultura Familiar e sua Organização**. Universidade Estadual Paulista - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

OLIVEIRA, de L. M.T.; CAMPUS, M. **Educação Básica do Campo. Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular, São Paulo, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, M. A. de; DALMAGRO, S. L. **A questão Agrária, a Educação do Campo e os Projetos em disputa.** Artigo Publicado na Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia, São Paulo, USP** v. 39, n. 1, p. 13-37,1996.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária. Estudos Avançados,** São Paulo, 1989.p.87-108.

PRONERA. Seminário Nacional de Educação Profissional: registros/memória. Luziânia, junho de 2008.

PINTO, Manuela Pereira de Almeida; GERMANI, Guiomar Inez. **Escola família Agrícola: Um Modelo Autogestionário?** Encontro Nacional de Geografia agrária. 21. Anais... Universidade de Uberlândia - MG, 15-19 de outubro de 2012.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná.** Presidente Prudente, [2003]. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

PINTO, Elizangela Santana. **“Aqui eu fui guerreira!”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária.** Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Dissertação de Mestrado 2014.

ROSE, Mike. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador.** São Paulo: Editora SENAC, 2007.

KOLLING, E. J. et al. **Por uma educação básica do campo.** Brasília: MST/Unb/CNBB/UNICEF/UNESCO, 1999.

KOLLING, E. J.; Nery, I.; Molina, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória).** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

ROCHA, M. I. A. **Representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Tese - Doutorado em Educação.

SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Caderno: MEC/2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
SERPA, Angelo. Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade. EDUFBA: Salvador – Ba, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. (Tese de Doutorado).

SEI. Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais. Mapa do Recôncavo Sul. Bahia: Salvador/2010.

SANTANA, Valdir Rocha. **A priorização da produção de beiju na comunidade da Boa Vista.** (Defesa de Monografia - Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus V). Santo Antônio de Jesus-Ba, 2016.

SANTOS, C. J. de; SANTOS, J. J. dos; BARBOSA, J. A; KUSTNER, R. C. **Educação no Campo:** A Pedagogia da Alternância na Casa de Família Rural de Tancredo Neves-Bahia. Artigo - Publicado na Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS, 2016.

SOUZA, Sidneia Santos de. **Educação do Campo e Educação Popular: caminhos para uma formação humana.** Artigo Publicado no IV Seminário de Representações sociais, subjetividade e educação, México, 2017.

SANTOS, Félix Souza. **Crise Agrícola no Recôncavo Baiano.** Dissertação de Mestrado Planejamento Territorial e Social, Universidade Católica, Salvador 2013.
SOUZA, A. da S. **Seleção e preparo de material para plantio.** In: Embrapa; Mandioca e Fruticultura. O cultivo da mandioca. Cruz das Almas Ba. 2000.

SANTOS, Diana Anunciação; CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. **Educação Rural e as Contradições do Sistema de Ensino: O caso da Escola Família Agrícola do Sertão.** Educação em Revista, Marília, v. 12, n. 2, p. 41-58, jul./dez. 2011.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. *Saberes do trabalho associado.* In CATTANI, Antônio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298. (ISBN 978-972-40- 722-6).

TONIETTO, J. **O conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro.** Bento Gonçalves: EMBRAPA, p. 20, 1993.

TORRES, Míriam R; WILLIAN, S. **Educação do Campo: por uma superação da Educação Rural no Brasil.** Artigo Publicado na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Litoral, 2015.

TIRIBA, Lia; ALVES, A.; E.;S. Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. **Artigo Publicado na Revista Trabalho Necessário TN**, licenciada por Creative Commons (Atribuição 4.0 Internacional).

TARDIN, José M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 178-186.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

WANDERLEY, Maria N. **O camponês: um trabalhador para o capital.** Cad. Dif. Tecnol. V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

VELOSO, Tatiana Ribeiro. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no Estado da Bahia.** (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

VERGUTZ, C. L. B. CAVALCANTE, L. O. H. **As aprendizagens na Pedagogia da Alternância e na Educação do Campo.** Artigo Publicado na Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, 2014.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho por meio deste documento pedir consentimento a comunidade da Boa Vista para realizar uma entrevista coletiva, cujo tema: A Educação do Campo e Agricultura Familiar: produção de beiju como estratégia de reprodução social na Boa Vista em Santo Antônio de Jesus/Ba.

O objetivo deste projeto é compreender como a Educação do Campo poderá agregar valor ao trabalho dos produtores de beijus da comunidade da Boa Vista. O integrante tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para o desenvolvimento desta pesquisa. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/pessoal.

Se você/sr^o/sr^a decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista em grupo e/ou de uma entrevista individual que durará aproximadamente de 2 horas, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

O diálogo será gravada em áudio, e ouvida por mim. Durante a gravação seu nome não será utilizado. As gravações serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você/sr^o/sr^a não quiser ser gravado em áudio, tem o direito de não participar deste estudo.

Se Você/sr^o/sr^a achar que determinadas perguntas lhes incomodam, porque as informações que coletamos são sobre trabalho e suas experiências de vida, assim pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado (a).

Sua participação ajudará a contribuir com o processo de aprendizagem da sociedade sobre a cultura do campo de sua comunidade, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas gravações de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

Esta pesquisa está sendo realizada no Curso de Educação do Campo. Possui vínculo com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, através do Programa de Pós Graduação em Mestrado Profissional em Educação do Campo, sendo o estudante Valdir Rocha Santana pesquisador principal, sob a orientação do Professor Luís Flávio Reis Godinho

e da Coorientadora Rocio Castro Kustner. Os investigadores estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você/sr^o/sr^a tenha.

Caso seja necessário, entre em contato no telefone do pesquisador (75) 998074393 e e-mail: valdir32rocha@hotmail.com ou no telefone da instituição (75) 3634-3921 mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br. Você/sr^o/sr^a terá uma via deste consentimento para guardar com você/sr^o/sr^a fornecerá nome, endereço e telefone apenas para que a equipe do estudo possa lhe entrar em contato em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura:

Data: _____

Endereço _____

Telefone de contato _____

Assinatura (Pesquisador):

Valdir Rocha Santana

Data: _____

Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo
Avenida Nestor de Melo Pita nº 535,
Amargosa – BA.

**TEMAS DISCUTIDOS NO GRUPO DE DISCUSSÃO FORMADO PELOS
PRODUTORES FAMILIARES DE BEIJU DA COMUNIDADE DA BOA VISTA NO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA.**

A) MANDIOCULTURA:

História e cultura da Boa Vista
Cultura do trabalho artesanal
Produção de farinha e beiju na comunidade
Cultura e comercialização do beiju.

B) AGRICULTURA FAMILIAR

Organização do trabalho agrícola familiar
Condições das terras para o plantio
Produção do beiju com outros alimentos
Renda familiar dos produtores.

C) EDUCAÇÃO DO CAMPO

Escola do campo da Boa Vista
Relação entre a Escola e comunidade
Relação entre a comunidade e as instituições educacionais
Movimento social do campo e a comunidade.

D) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO

Pronaf: Credamigo, Agroamigo, Bolsa família.
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
Programas agrícolas estaduais e municipais.

E) TECNOLOGIA PARA O CAMPO

Investimento nas atividades agrícolas da Boa Vista
Expansão da produção local
Criação de emprego e renda para a juventude
Parcerias e criação de serviços técnicos para os produtores da comunidade.

**QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO: PERFIL DOS PRODUTORES DE BEIJO DA
COMUNIDADE DA BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE
JESUS/BA.**

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Localidade _____

Idade. _____;

Sexo () masculino () feminino

2. ESCOLARIDADE

() 1ª grau completo () 1º grau incompleto () 2º completo () 2º incompleto () 3º grau completo () 3º grau incompleto () Não alfabetizado.

3. QUANTAS PESSOAS NA FAMÍLIA?

() apenas 1 pessoa () 1 a 3 pessoas () 1 a 5 pessoas () acima de 5 pessoas

4. ESTADO CIVIL

() solteiro(a) () casado(a) () divorciado(a) () viúvo(a)

5. CONSIDERA-SE:

() branco () preto () indígena () preto () pardo

6. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL NA COMUNIDADE?

() Sim () Não

() associação

() cooperativa

() outros

7. PARTICIPA DE ALGUMA POLÍTICA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR?

() sim () não

8. JÁ ACESSOU ALGUMA POLÍTICA PÚBLICA COMO:

() PRONAF () PAA () PNAE () crédito amigo () Aposentadoria Rural () ()
Bolsa Família () Outros Programas

9. COMO SOUBE DESSAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS?

() rádio () televisão () jornal () banco () Associação Rural () internet

- Sindicato e Secretaria de Agricultura amigos outros
10. QUAL A QUANTIDADE DA PRODUÇÃO DIRECIONADA PARA A VENDA?
 uma pequena parte 10%, metade 50%, mais da metade 80%, toda a produção 100% nenhuma
11. QUAL O VALOR DA DIÁRIA POR TRABALHADOR NA PRODUÇÃO DE BEIJU?
 abaixo de 500 reais entre 500 a 1000 reais entre 1000 a 3000 reais
 acima de 3000 reais.
12. QUANTAS FAMÍLIAS TÊM APROXIMADAMENTE NA COMUNIDADE?
 entre 5 a 10 famílias entre 10 a 30 famílias acima de 30 famílias
 50 famílias abaixo de 100 famílias mais de 100 famílias.
13. QUANTAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE BEIJU APROXIMADAMENTE TÊM NA COMUNIDADE?
 entre 5 a 10 famílias entre 10 a 30 famílias acima de 30 famílias
 50 famílias abaixo de 100 famílias mais de 100 famílias
14. ATUALMENTE ONDE VENDE O PRODUTO?
 feira livre centro de abastecimento supermercado atravessador
 outros.
15. COM A PRODUÇÃO DO BEIJU ATUALMENTE A RENDA FAMILIAR MENSAL VARIA ENTRE:
 abaixo de 500 reais entre 500 a 1000 reais entre 1000 a 3000 reais
 acima de 3000 reais.
16. QUAL O VALOR APROXIMADAMENTE DO PACOTE DE BEIJU?
 abaixo de 1 real entre 1 a 3 reais acima de 3 reais.
17. A SUA RENDA ESTÁ SENDO SATISFATÓRIA PARA A SOBREVIVÊNCIA DA FAMÍLIA?

- sim, não precisa melhorar
- sim, mas precisa melhorar
- não, mas precisa melhorar
- não, não tem como melhorar

18. COM A PRODUÇÃO DO BEIJU PASSOU A CONSUMIR OUTROS BENS COMO:

- alimentos, bebidas, roupas e calçados.
- passeios, festas, viagens em outros lugares.
- carros, casas, motos, bicicletas, terrenos.
- todos esses consumos e serviços

19. QUAIS OS PRINCIPAIS BENS DE USO DOMÉSTICO FORAM ADQUIRIDOS COM A RENDA DO PRODUTO?

- geladeira, fogão, rádio, TV e celular.
- cama, mesa, sofá, cadeiras, armários
- máquina de lavar micro-ondas
- todos os itens nenhum dos itens.

20. QUANTAS ESCOLAS DO CAMPO TÊM NA COMUNIDADE?

- 1 a 2 escolas 2 a 3 escolas mais de 3 escolas apenas 1 escola.

21. QUANTOS PROFESSORES DO CAMPO TÊM NA COMUNIDADE?

- 1 a 2 professores 2 a 3 professores mais de 3 professores apenas 1 professor (a).

22. QUANTOS ALUNOS ESTUDAM APROXIMADAMENTE NA ESCOLA DA COMUNIDADE?

- 10 a 50 alunos 50 a 100 alunos acima de 100 alunos abaixo de 10 alunos.